



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA



LUCIANA LINS DE CARVALHO ROCHA

**Diálogos entre Psicologia e Feminismo(s): Possibilidades de atuação da
Psicologia na Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres no
Grande Recife – PE.**

**Recife
2015**

LUCIANA LINS DE CARVALHO ROCHA

Diálogos entre Psicologia e Feminismo(s): Possibilidades de atuação da Psicologia na Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres no Grande Recife – PE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

**Recife
2015**

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

R237d Rocha, Luciana Lins de Carvalho.
 Diálogos entre Psicologia e Feminismo(s) : possibilidades de atuação da
 Psicologia na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no
 Grande Recife-PE / Luciana Lins de Carvalho Rocha. – 2015.
 124 f. : il. ; 30 cm.

 Orientadora : Prof^a. Dr^a. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2015.
 Inclui Referências.

 1. Psicologia. 2. Mulheres. 3. Feminismo. 4. Violência contra as
 mulheres. I. Cordeiro, Rosineide de Lourdes Meira (Orientador). II. Título.

150 CDD (22. ed.)UFPE (BCFCH2017-183)

LUCIANA LINS DE CARVALHO ROCHA

Diálogos entre Psicologia e Feminismo(s): Possibilidades de atuação da Psicologia na Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres no Grande Recife – PE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 15/05/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jorge Luiz Cardoso Lyra da Fonseca (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Vívian Matias dos Santos (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Pensei que escrever os agradecimentos seria a parte mais fácil de todo o processo de elaboração dessa dissertação. Para minha surpresa não foi. Ao me deparar com a tela em branco do computador apenas intitulada com o termo “Agradecimentos” percebi que haveria uma imensidão de coisas, afetos e sentimentos para os quais talvez eu não conseguisse encontrar palavras capazes de traduzi-los em algo inteligível. É a limitação natural das palavras. Há momentos em que elas, as palavras, simplesmente não chegam para a linguagem dos afetos. Mas a racionalidade insana da humanidade me conduziu ao equívoco de tentar exprimir o inexprimível. Não consegui. Eram as palavras sendo insuficientes outra vez.

Por isso decidi apenas agradecer.

Agradeço, acima de tudo, de todas e de todos, à Divindade maior que tem regido minha vida sob o seu manto de luz e proteção, sem ela eu verdadeiramente não estaria mais aqui dentre os seres vivos desse plano. Àquela a quem me ensinaram desde criança a chamar de Deus, de Senhor, de Pai celestial, de Criador, devoto a minha gratidão maior.

Agradeço à Martha minha mãe, por me ensinar minhas primeiras palavras. Por me ensinar a ler e escrever quando a escola não pôde fazê-lo. Nunca esqueci de quando ao meu lado você sentou e ensinou como unir cada letrinha. Obrigada por não ter desistido de ser nossa mãe, minha e de Marina, mesmo quando nos momentos mais difíceis da sua vida desistir teria sido mais fácil.

À Marina minha irmã por te me apoiado em momentos difíceis.

À minha amada companheira Maria, que esteve comigo nos momentos de calamidade existencial.

À professora Rose, que ora me acolheu, ora me chamou à realidade nos momentos em que estive perdida de mim mesma. Não tenho dúvidas de que seus ensinamentos fizeram de mim uma pessoa mais madura.

Às minhas tias *In memoriam*, Taty e Guiomar que partiram pra grande viagem assim que iniciei o mestrado. Nunca esquecerei do amor e dos cuidados prestados à mim nos momentos em que mais precisei.

À minha Psicoterapeuta Rafaela que me ajudou a desatar os nós, a resurgir das cinzas.

Ao programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco por todas as oportunidades de crescimento e evolução.

À banca do exame de qualificação, Karla Galvão Adrião e Vívian Santos que contribuíram generosamente para o andamento desse trabalho. E à banca final, Jorge Lyra-da-Fonseca e à Vívian Santos pela disponibilidade em participar desse momento tão delicado e especial.

À Facepe pelo apoio financeiro.

E, por fim, às interlocutoras que generosamente compartilharam suas histórias de vida e de profissão comigo. Ana, Ane, Andrea, Carolina, Mirela, Thaís, Maria, Marta e Paula obrigada por terem escrito esse trabalho junto comigo.

O problema da questão de gênero é que
ela prescreve como devemos ser em vez
de reconhecer quem somos.

(Chimamanda)

RESUMO

Este estudo teve por objetivo investigar as possíveis influências das teorias feministas e de gênero nas práticas de psicólogas atuantes na rede de enfrentamento à violência contra mulheres no Grande Recife – PE. E como objetivos específicos: 1) Identificar as possibilidades de atuação dessas profissionais dentro da rede; posteriormente 2) Examinar se há influências do(s) feminismo(s) nas práticas das psicólogas entrevistadas; além de 3) Refletir sobre a inserção da psicologia dentro da rede de enfrentamento à violência contra mulher, tomando como ponto de tensão o fato de ser essa uma seara de reivindicações históricas do(s) movimento(s) feminista(s). A fim de contemplar esses objetivos, nos apoiamos nos referenciais teórico-metodológicos das epistemologias feministas. Dessa forma, nosso estudo realizou entrevistas semiestruturadas com nove psicólogas distribuídas em sete centros da rede. Foi utilizada a análise de conteúdo como recurso analítico dos dados obtidos durante a realização da pesquisa. Observamos que o diálogo com as epistemologias feministas fortalece o avanço da psicologia e a sua consolidação em espaços outros, para além da clínica. Além disso, a perspectiva feminista tem favorecido o desenvolvimento de olhares em psicologia que privilegiam a compreensão da subjetividade como sendo algo de uma inscrição social, rejeitando leituras meramente individualizantes. Ser feminista em psicologia demonstrou ser uma importante ferramenta de intervenção política, uma vez que representa a subversão de conceitos legitimadores de opressões às mulheres. A falta de referencial teórico-prático sobre a atuação da psicologia em contextos de violência contra as mulheres indica a urgente necessidade de inclusão de temas sociais – tais como violência, gênero, políticas públicas, dentre outros – nos cursos de graduação em psicologia. Apesar de, em alguns espaços, o fazer da psicologia ainda estar em pleno processo de desenvolvimento, os desafios apresentados revelam a construção de novas práticas e saberes que se desenrolam a partir da inclusão da psicologia na Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres no Grande Recife – PE.

Palavras-chave: Psicologia. Feminismo(s). Violência contra mulheres.

ABSTRACT

In this research we investigate the possible influence of feminist and gender theories in psychologists practice working in the violence against women network in the Grande Recife - PE. The specific objectives were: 1) To identify the possibilities of action of these professionals within the network; then 2) consider whether there influences of feminisms and the feminist and gender theories in the practices of psychologists; plus 3) Reflect on the inclusion of psychology in the violence against women network taking as point of tension the fact that this is one of many of historical claims of feminist(s) movement(s) In order to address these objectives, we rely on especially in theoretical and methodological framework of feminist epistemology. Thus, our study initially conducted a survey together with the *Secretarias da Mulher do Recife e Pernambuco* aiming to identify where the psychologists were located within the violence against women network. Later, semi-structured interviews were conducted with nine psychologists distributed in seven network centers. Content analysis was used as analytical resource of the obtained data during the research. We observed that most of the respondents considered themselves feminists. The insertion of these professionals in the violence against women network as well as causing destabilization in the use of certain concepts and categories in psychology, open to discipline the need for discussions on the possibilities of (re) construction of therapeutic spaces that take into account analytical factors, intersected, important as gender, race, class, sexuality and ethnicity for example. Then, before new contexts - the public policies for addressing violence against women – we concluded that the place of psychology in some of the devices on the network is not yet clear, nor the activities are given with obviousness, and at times, is difficult to distinguish an action that is peculiar psychology. Then arises the question of traditional models that supported long psychology in the doings and provoking reflections on the need to (re) construction of new places, knowledge and practices.

Word-Keys: Psychology. Feminist. Violence against women.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	DADOS GERAIS DA VIOLÊNCIA	13
2	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	16
2.1	MOVIMENTO FEMINISTA E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	16
2.2	CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	20
2.3	OBSERVAÇÕES SOBRE O USO DE ALGUMAS CATEGORIAS NOS DEBATES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL	28
3	APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ENTRE A PSICOLOGIA SOCIAL E AS TEORIAS FEMINISTAS E DE GÊNERO.	32
3.2	SITUANDO CONCEITOS E PONTOS DE PARTIDA	33
3.3	PSICOLOGIA SOCIAL E A CRISE NA DISCIPLINA	35
3.4	CONTRIBUIÇÕES DO(S) FEMINISMO(S) NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO EM PSICOLOGIA SOCIAL	40
3.4.1	Nas ondas do(s) Feminismo(s)	41
3.4.2	O “efeito” Feminismo na Psicologia Social	42
4	MÉTODO	49
4.1	ELEMENTOS GERAIS: TIPO DE PESQUISA, REFERENCIAL TEÓRICO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ANÁLISES E OUTROS ELEMENTOS.	49
4.1.1	Primeiros passos e a delimitação do campo de pesquisa	50
4.1.2	Dos Instrumentos da Pesquisa	52
4.1.3	Da Estruturação do Roteiro de Entrevista	53
4.1.4	Aspectos éticos da pesquisa	54
4.1.5	Sobre o procedimento da análise	55
4.2	LOCALIZANDO A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	61
4.2.1	Rede de Atendimento à Violência contra as Mulheres	62

4.3	INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VCM: DEMANDAS, CONTRIBUIÇÕES, DIFICULDADE E DESAFIOS.....	64
4.3.1	Clarice Lispector:	65
4.3.2	Casa Abrigo:	68
4.3.3	Cisam e Wilma Lessa	71
4.3.4	1ª e 2º Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher.	74
4.3.5	NAM.....	77
4.4	PSICOLOGIA E POLÍTICA FEMINISTA NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO GRANDE RECIFE – PE.....	79
4.5	PRÁTICAS "PSI" E SEUS EFEITOS POLÍTICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O FAZER EM PSICOLOGIA E A URGÊNCIA DE (RE) CONSTRUÇÃO DE NOVOS SABERES	93
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
	ANEXOS.....	108

1 INTRODUÇÃO

Por que decidir versar sobre a atuação de profissionais da psicologia em um contexto de enfrentamento a violência contra mulheres? Há para essa pergunta duas respostas. A primeira refere ao meu trajeto profissional. Na verdade, meu interesse em estudar violência e mulher foi especialmente realçado a partir da vivência profissional em uma unidade de saúde no município de Araçoiaba, situado na região metropolitana de Recife.

Apesar de atender a diversas demandas e públicos, me percebia afetada nos casos que envolviam situações de violência contra mulher. Assim, em 2012, cursei uma disciplina sobre estudos feministas e de gênero no curso de Mestrado em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Essa experiência, além de iniciar uma “virada teórica” na minha formação, conduziu um movimento de auto-reflexão quanto a minha própria condição política de ser mulher. Foi, então, que percebi que aquela afetação dizia da minha própria identificação com aquelas que, assim como eu, sofrem violências.

Era bastante comum chegar em meu consultório pessoas com demandas que envolviam violência doméstica, geralmente, atos violentos praticados contra crianças, adolescentes e mulheres. A teoria psicanalítica clássica, a qual eu havia me filiado durante a graduação, por vezes, não funcionava enquanto facilitadora para o entendimento desses casos. Essa constatação se acentuava ainda mais no momento das evoluções dos prontuários psicológicos¹, quando eu buscava elencar elementos clínicos e interpretá-los à luz da teoria psicanalítica clássica. Na verdade, as categorias ‘mulher’ e ‘feminino’ pensadas à luz da psicanálise freudiana estão profundamente impregnadas de concepções ontológicas e universalizantes (NARVAZ, 2010), o que tornava problemático empregá-las na avaliação dos casos envolvendo violência contra mulher. Uma noção crítica de gênero, tensionada junto a outras interseccionalidades como raça, classe e etnia, se fizeram necessárias para minhas reflexões críticas.

No estudo teórico e na supervisão clínica para meus atendimentos, me deparava com leituras psicanalíticas clássicas que, além de universalizantes e essencialistas, tendiam a um entendimento das mulheres como essencialmente masoquistas que conduzem seus companheiros a agredi-las (NARVAZ, 2010). Assim, as mulheres tornavam-se as principais responsáveis pela violência vivenciada, implicando desresponsabilização de seus/as

¹Nesse caso, “evolução” é uma terminologia técnica utilizada em saúde por diversos campos como enfermagem, medicina, psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, dentre outras, para referir o preenchimento dos prontuários dos pacientes contendo informações relevantes do atendimento realizado. O prontuário deve ser atualizado (evoluído) após a realização de cada atendimento.

agressores/as. Além disso, as leituras psicanalíticas tradicionais, geralmente, aparecem coladas ao paradigma edípico patriarcal e falocêntrico. Desse modo, Conceição Nogueira (2004, p.01) reflete sobre a psicologia como um campo de saber que pode ainda estar impregnado de uma noção biologicista e determinista do sexo, funcionando politicamente como mantenedora de uma ordem estabelecida de um “estatuto menorizado das mulheres”.

A segunda resposta para a escolha do tema diz respeito ao fato de que as atuais políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres no Brasil refletem uma história de lutas e reivindicações travadas pelos movimentos feministas no país. Os principais dispositivos voltados ao enfrentamento da violência como as delegacias especializadas, Casas abrigo, Lei 11.340/2006 (conhecida como Lei Maria da Penha) e Secretaria de Políticas para as Mulheres (SecMulher), são frutos de suas lutas e estão sob a égide de paradigmas e pressupostos atravessados pelas epistemologias feministas. A SecMulher do Estado de Pernambuco por exemplo no anuário de 2014² traz como marco conceitual as teorias feministas e de gênero que orientam a definição de suas ações e políticas sociais de atendimento às mulheres em situação de violência. Nesse contexto estão inclusos apoio nas áreas jurídica, assistência social e atendimento psicológico.

A despeito disso, foi, mais precisamente, o tensionamento da atuação da Psicologia na Rede de Atendimento à Violência Contra Mulheres junto às Teorias Feministas – a problematização disparadora a partir da qual se desenrolou esse estudo. De modo que o foco de suas investigações centrou-se, mais especificamente, na inserção/ atuação da psicologia na Rede de Atendimento à Violência Contra Mulheres. Tal escolha se justifica a partir da nossa compreensão de que é exatamente nesse território, nesse campo de atuação, em que se dá a intervenção mais técnica, mais direta e, portanto, mais cara da psicologia. Partimos do entendimento que é a partir da atuação na ponta, junto às mulheres, que a psicologia sofre seus maiores estremecimentos. É nesse momento, conforme adiante exploramos mais amiúde, que as discussões a cerca do fazer em psicologia se tornam mais profícuas, a saber – indo além do questionamento sobre “o quê faz a psicologia nesses espaços”, coloca-se “o porquê ou pra quê da psicologia nessa seara?”.

² O documento faz uma prestação de contas dos dois primeiros anos de gestão, anuncia as metas para 2013 e homenageia as mulheres pernambucanas que ocupam espaço de decisão nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e no Ministério Público

1.1 DADOS GERAIS DA VIOLÊNCIA

Há cinco tipos de violência praticados contra mulher que se encontram tipificados no parágrafo 7º da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, a qual ficou conhecida como Lei Maria da Penha:

Tipo de violência	Caracterização
VIOLÊNCIA FÍSICA	Quando uma pessoa que se encontra em posição de poder em relação à outra, causa (ou tenta causar) danos físicos não acidentais a outrem.
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional, à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento.
VIOLÊNCIA SEXUAL	Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL	Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
VIOLÊNCIA MORAL	Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Quadro 1 – Tipos de violência

Júlio Jacobo Waiselfisz (BRASIL, 2013), no mapa da violência de 2013, aponta que entre os anos de 1980 e 2011 foram assassinadas no Brasil 96.612 mulheres. Ainda segundo o mesmo estudo, no ano de 2011, foram registrados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) 70.270 atendimentos de mulheres vítimas de violência física, sendo que desses casos 71,8% das agressões ocorreram no domicílio da vítima. Em 43,4% dos casos, o agressor era parceiro ou ex-parceiro da vítima. No caso específico do grupo de mulheres com faixa etária entre 30 e 39 anos de idade, esse percentual chegou a 70,6%. Os números permitem inferir a caracterização doméstica dessa tipologia de violência, pois o estudo ressalta também que o pico máximo desses crimes ocorreu entre os 15 e 37 anos das mulheres.

O estado de Pernambuco ocupa a décima posição no ranking nacional, com a taxa de 5,5 homicídios femininos a cada 100 mil/mulheres. Entre as capitais, Recife ocupa a 6ª posição com taxa de 7,6. Esses dados fazem parte do relatório elaborado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher, do Congresso Nacional (BRASIL, 2013).

Conforme informação divulgada no site do Portal Brasil³, dentre 84 países, o Brasil ocupa a sétima posição entre os países que mais agredem as mulheres, apresentando uma prevalência de 4,4 homicídios em cada 100 mulheres. A cada duas horas, uma mulher é

³Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/08/divulgado-relatorio-final-sobre-a-violencia-contra-a-mulher-no-brasil> > Acesso em 12 de mar de 2014

assassinada no Brasil⁴. De acordo com a pesquisa promovida pelo Data Popular e Instituto Patrícia Galvão em 2013⁵, 98% dos 1.501 entrevistados/as tem conhecimento da Lei 11.340 Maria da Penha. Contudo, 85% das pessoas entrevistadas acreditam que, ao denunciar o agressor, a mulher corre maior risco de ser assassinada pelo mesmo. Cerca da metade da população entrevistada acredita que a forma como a Justiça pune não diminui a prática da violência contra mulher. Quanto à questão da impunidade no Brasil, Waiselfisz, no mapa da violência de 2013 (BRASIL, 2013), destaca que a taxa de elucidação de crimes envolvendo homicídios é baixíssima, variando entre 5% e 8%. Segundo o autor, para além da impunidade, outras questões chamam atenção como a naturalização e aceitação das violências sofridas por mulheres e outros grupos. Em suas palavras:

Como opera esse esquema de “naturalização” e aceitação da violência? Por diversos mecanismos, mas fundamentalmente, pela culpabilização da vítima, justificando a violência dirigida, principalmente, a setores subalternos ou particularmente vulneráveis que demandam proteção específica, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, etc. Por essa via, a estuprada foi quem provocou o estupro, ou ela se vestia como uma “vadia”; o adolescente torna-se marginal, delinquente, drogado ou traficante (BRASIL, 2013, p. 98).

Mediante esse cenário, o presente estudo teve por objetivo principal investigar as possíveis influências das teorias feministas e de gênero nas práticas de psicólogas atuantes na rede de enfrentamento à violência contra mulher no Grande Recife – PE. Os objetivos específicos são: 1) Identificar as possibilidades de atuação dessas profissionais dentro da rede; 2) Examinar se há influências do(s) feminismo(s) e das teorias feministas e de gênero nas práticas das psicólogas entrevistadas; 3) Refletir sobre a inserção da psicologia dentro da rede de enfrentamento à violência contra mulher tomando como ponto de tensão o fato de ser essa uma seara de reivindicações históricas do(s) movimento(s) feminista(s).

Inicialmente apresentamos um capítulo dedicado ao tema da violência contra mulheres, onde contextualizamos essa violência no Brasil, posteriormente, apresentamos as influências dos movimentos feministas na luta pelo enfrentamento ao problema. Avançando nas discussões, trouxemos o debate teórico que está dividido em duas partes: nos tópicos - Contribuições feministas para o estudo da violência contra as mulheres e Observações sobre o uso de algumas categorias nos debates sobre violência contra mulher no Brasil.

No capítulo seguinte foi realizado o esforço de aproximação e discussão teórica entre a Psicologia Social, pensada enquanto disciplina que por um lado não só resulta de práticas e

⁴Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/11/19/a-cada-duas-horas-uma-mulher-e-morta-no-brasil-diz-secretario-do-ministerio-da-justica> acesso em 21 mar 2014

⁵DATA POPULAR/ INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres*. 2013. Disponível em: <http://homolog.agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2014.

discursos sociais construídos, mas que também produz efeitos e intervenções sobre essas mesmas práticas e discursos, e as Teorias Feministas e de gênero enquanto teoria e práxis.

No último capítulo, dividido em duas etapas, damos conta dos aspectos metodológicos da nossa pesquisa, dados gerais da mesma e, por fim, as análises que foram baseadas na análise de conteúdo proposta por Bardin (2004), em que foi realizado um procedimento descritivo-analítico dos principais eixos temáticos da pesquisa: Inserção da Psicologia na rede de enfrentamento à VCM: Demandas, contribuições, dificuldade e desafios; Psicologia e política feminista na rede de enfrentamento à violência contra mulheres no Grande Recife – PE; e, por fim, Práticas "Psi" e seus efeitos políticos: Considerações Sobre o Fazer em Psicologia e a Urgência de (Re) Construção de Novos Saberes.

Ao final, apresentamos as considerações finais, em que apresentamos um apanhado geral dos principais resultados obtidos nessa pesquisa, e, que incluem os desafios, as contribuições e os tensionamentos que se constituem a partir da inclusão da psicologia na Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres no Grande Recife – PE.

2. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Como o tema de interesse do presente estudo teve como recorte a atuação específica de profissionais da psicologia em dispositivos ligados à rede de enfrentamento a violência contra mulheres no Grande Recife – PE trouxemos, nesta primeira parte do trabalho, um capítulo dedicado à contextualização da problemática que compôs o pano de fundo da nossa pesquisa. Como o tema da violência contra mulher já foi debatido à exaustão pela literatura acadêmica brasileira por diversas áreas do conhecimento, resolvemos trazer os principais elementos identificados durante o trabalho de revisão da literatura, dispondo-os da seguinte maneira:

Na primeira parte, Movimento Feminista e o Enfrentamento à Violência Contra Mulher, fizemos o esforço de elencar alguns dos principais marcos iniciais, catalogando-os a partir de uma linha cronológica; no tópico seguinte: Contribuições Feministas Para o Estudo da Violência Contra as Mulheres – demonstramos que, conforme apontou a revisão da literatura, foi o início das discussões sobre o tema, entre os anos 1980 e 1990, marcado pela necessidade de visibilização da problemática da violência, tendo em vista retirá-la da esfera privada, trazendo-a para o debate público e denunciando o fenômeno da violência doméstica como uma prática criminosa que vitimizava principalmente as mulheres, cobrando, por parte do Estado, ênfase nas ações punitivas dos autores de violência e proteção da parte vitimizada. Posteriormente a ênfase foi deslocada para a compreensão da posição das mulheres nas situações de violência passando a problematizar narrativas que construíam essas mulheres como vítimas passivas; e no tópico final - Observações Sobre o Uso de Algumas Categorias nos Debates Sobre Violência Contra Mulher no Brasil – em que concluímos o capítulo com algumas considerações sobre a diferenciação de termos e categorias, geralmente sobrepostas ou até mesmo confundidas em alguns trabalhos com os quais nos deparamos no decorrer da revisão da literatura. Ao final, demarcamos os pressupostos aos quais nos afiliamos teoricamente.

2.1 MOVIMENTO FEMINISTA E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

O tema da violência contra mulheres começou a surgir no cenário político nacional nos anos de 1970 (PASSINATO, 2006), que constitui um dos principais temas dos estudos feministas no Brasil (SANTOS E IZUMINO, 2005). Houve uma estreita relação entre esses estudos e militâncias de movimentos feministas até o início dos anos 1980, em que grande parcela de artigos e teses sobre feminismo e violência contra mulher foram produzidos em meio aos diálogos travados entre militância e academia em razão de várias feministas terem duplo

pertencimento, atuando em grupos feministas e nas universidades, geralmente, como professoras das pós-graduações (GROSSI, 1994).

No Brasil, o julgamento do caso do assassinato de Ângela Diniz, morta pelo seu então namorado Doca Street no final dos anos 1970, foi considerado o marco inicial da luta pelo enfrentamento da violência contra mulher (GROSSI, 1994; NASCIMENTO, CORDEIRO, 2011). Após a absolvição do réu, desse caso, foram iniciadas manifestações públicas contra a alegação do advogado de defesa, que se valeu do argumento de se tratar de um crime cometido em “legítima defesa da honra”. Posteriormente, em resposta a esse crime, foi criado o lema “Quem ama não mata” (NASCIMENTO, CORDEIRO, 2011). Nos anos seguintes o tema foi alcançando maior visibilidade e veio a se tornar uma das principais bandeiras dos movimentos de mulheres, além de constituir tema de interesse de diversos estudos em diferentes áreas das ciências humanas (PASSINATO, 2006).

Nessa época, tanto os estudos como as militâncias tinham como objetivo central visibilizar a violência contra mulheres (SANTOS; IZUMINO, 2005). Tendo sido este período demarcado pela ênfase na denúncia da prática de crimes passionais ainda fortemente carregados da ideia de serem estes praticados em nome da honra e que culminavam com a impunidade dos criminosos.

O tema da violência contra as mulheres desempenhou um papel importante no processo de desenvolvimento dos movimentos feministas no Brasil. Tendo sido esses movimentos diretamente afetados pelo processo de democratização ocorrido entre o fim dos anos de 1970 e início dos anos 1980, encontraram espaço para reivindicar por parte do Estado políticas de prevenção e punição às práticas de violência contra mulher (PASSINATO, 2004). De acordo com Farah (2004) diversos movimentos sociais desde os anos 70 participaram diretamente na luta pela democratização do regime militar e reivindicação pelo acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida. Nesse primeiro momento, as mulheres e a problemática de gênero já estavam presentes, de modo que “a história desses movimentos é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo, em que estas deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada” (FARAH, 2004, p. 50).

Na década de 1980, o ambiente havia se modificado. A partir de 1979, com a Lei da Anistia, muitas ativistas feministas puderam retornar ao Brasil, podendo se associar aos partidos políticos e emplacarem suas demandas. Além disso, “lentamente foram abertos canais de comunicação do Estado com os movimentos sociais, possibilitando que políticas públicas de

grande êxito pudessem ser criadas nesse momento” (BRASIL, 2014b, p. 18). Começaram então a aparecer as organizações feministas, abrindo novas formas de associação e de reivindicação.

A exemplo disso, temos o SOS Corpo criado em Recife no ano de 1981, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (1981) em São Paulo, o Grupo Ceres no Rio de Janeiro (1981), Nzinga — Coletivo de Mulheres Negras — (1983-1985) no Rio de Janeiro, dentre outros. Mais tarde, esses grupos se transformaram em organizações não governamentais com relevante trajetória até os dias atuais (BRASIL, 2014b).

A Constituição Federal (CF) de 1988, que conta com o maior nível de legitimidade popular devido ao grande número de emendas populares (BRASIL, 2014), reflete o processo de articulação de movimentos de mulheres no período pré-1988 em que se destaca Carta de Mulheres Brasileiras aos Constituintes, documento que contemplava as principais reivindicações do movimento e que mais adiante obteve o mérito de ter tido grande parcela de seu teor incorporado à CF de 1988 (BRASIL, 2014). Há que se notar que o movimento feminista brasileiro teve papel decisivo na ampliação da cidadania da mulher perante a CF de 1988 e resulta da sua atuação junto ao Legislativo e Executivo, propondo políticas públicas e influenciando na interpretação e formulação de leis. Nessa mesma época, várias propostas dos movimentos feministas que incluíam temas relativos à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra foram incorporadas à Constituição (FARAH, 2004).

Sob influência desses movimentos, foram implantadas, ainda na década de 1980, as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. A exemplo disso, houve a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e a inauguração da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) no ano de 1985, ambos no Estado de São Paulo. Ainda em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão vinculado ao Ministério da Justiça (FARAH, 2004).

Nessa época (década de 1980), os discursos que enfatizavam a vitimização das mulheres estiveram recorrentemente presentes nas campanhas contra a impunidade nos crimes passionais promovidas pelo movimento de mulheres. Além de úteis para visibilizar a problemática da violência contra mulher, constituíram importante instrumento para a definição de políticas públicas, dentre elas as DDMs (PASSINATO, 2006). Já nos anos 1990, seguindo o debate internacional “o movimento de mulheres e a produção acadêmica se alteram, e a luta inicial pelo fim da impunidade foi substituída por uma luta pelo direito a uma vida sem violência, perspectiva mais abrangente que coloca em jogo outros aspectos” (PASSINATO, 2006, p.133).

O Brasil, junto a outros países, na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, aprovada pela ONU, em 1993 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”), aprovada pela OEA, em 1994, passou a reconhecer que a violência contra mulher, seja ela praticada na esfera pública ou privada, constitui grave violação dos direitos humanos, sendo esta reconhecida como limitante, total ou parcial, do exercício dos seus direitos fundamentais (BRASIL, 2014) o que fere diretamente o princípio da indivisibilidade⁶ conforme preposto na Declaração Universal de 1948.

Tanto a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher de 1993⁷, quanto a Convenção de Belém do Pará de 1994⁸ apresentaram a seguinte definição para a violência contra mulher: “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”. Considera-se que ocorre uma violência baseada no gênero, quando um ato é dirigido contra uma mulher, por ser mulher e/ou quando atos afetam as mulheres de forma desproporcional (BRASIL, 2014). A convenção de Belém do Pará ressalta sua preocupação por considerar que “a violência contra a mulher constitui ofensa contra a dignidade humana e é manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens” (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994) e elenca uma série de direitos a serem assegurados às mulheres destacando o direito que toda ela tem de ser livre de qualquer forma de violência, tanto na esfera pública quanto privada.

No Brasil, durante a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, destacou-se na luta pelo enfrentamento à violência contra mulher o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985 (PINTO, 2006). Pinto (2006) afirmou que ainda nesse governo

O Conselho passou a ser vinculado junto ao Ministério da Justiça. No final do segundo governo FHC (1999 a 2002), foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (2002), também vinculada ao Ministério da Justiça. As prioridades estabelecidas pela Secretaria foram: combate à violência contra a mulher, participação da mulher no cenário político do país e sua inserção no mercado de trabalho (PINTO, 2006, p. 5).

Em 2002, foi criada no governo Lula a Secretaria Especial de Direitos da Mulher. Posteriormente, já em 2003, a mesma foi transformada em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres adquirindo *status* de Ministério no governo do então presidente da República. (SPM). A partir de então, as políticas públicas para enfrentamento da violência contra mulher

⁶ A indivisibilidade dos direitos humanos trata do princípio em que a garantia dos direitos civis e políticos são condição necessária para a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais, entendendo que quando um destes é violado os demais também o são.

⁷ Disponível em: <http://www.onu.org.br/> Acesso em: 27 de maio 2014.

⁸ Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm> Acesso em: 27 de maio 2014.

foram consideravelmente ampliadas. Em setembro de 2006 entrou em vigor a Lei 11.340/06 conhecida com Lei Maria da Penha, tendo como um de seus principais intuitos que as violências nela tipificadas deixassem de ser tratadas como crimes de menor potencial ofensivo.

Dentre as ações da SPM, destacam-se as campanhas amplamente divulgadas como a Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta e Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres, ambas de 2008, e o lançamento do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, em 2009; a implementação de Secretarias da Mulher em vários Estados; ampliação e melhoria de dispositivos já existentes, como as Delegacias Especializadas e Casas abrigo.

Nesses mais de 10 anos da SPMs, destacam-se também, o Disque Denúncia 180 que, desde sua implantação, já computou o total de 3.364.633 atendimentos⁹; o lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2007; e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), uma importante ferramenta das mulheres nos espaços de participação nos quais se discute a implementação do enfoque de gênero na gestão governamental. Foi por sua vez elaborado a partir da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, pela SPM e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (BRASIL, 2010). Em 2003, a CNDM passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo, ampliando o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

2.2 CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

As autoras Miriam Pillar Grossi (1994) e Wânia Passinato (2006), pontuaram que o fenômeno da violência contra mulher foi sendo construído ao mesmo tempo em que era denunciado e desvelado pelas feministas. Há que se destacar sobre este ponto, que foi operada uma politização dos discursos acerca das práticas de violência contra mulheres, estando estes fortemente imbuídos de apelos à criminalização e punição destas violências (PASSINATO, 2004).

⁹ Informação disponível em ADMIN. Dados e estatísticas sobre violência contra as mulheres. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

O fenômeno da violência contra mulheres, além de ter sido em certa medida construído politicamente sob forte influência dos movimentos feministas, privilegiou posicionamentos que pendiam fortemente à vitimização presumida da mulher. Constituiu-se assim um dos aspectos mais caros para os movimentos feministas naquela época – na medida em que a mulher em situação de violência era tomada como vítima incondicional reiterava-se, o lugar de passividade e fragilidade atribuído socialmente às mulheres. Sobre este ponto, Wânia Passinato (2006) contribui para a discussão, pontuando que, muito embora a posição vitimista¹⁰ adotada pelos movimentos feministas em relação às mulheres em situação de violência tenha sido problemática, sob diversos aspectos, foi útil por ter operado diretamente sobre a afirmação dos contornos da problemática como um assunto que requeria ser tratado publicamente, além de influenciar diretamente no delineamento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulher citando, como exemplo de destaque, as Delegacias de Defesa da Mulher criadas nos anos 1980¹¹ (PASSINATO, 2006).

Conforme já demonstrado em diversos trabalhos, os anos de 1980 demarcaram uma efervescência nos debates acerca da violência contra mulher tanto a nível de militância por parte dos movimentos de mulheres quanto por parte da academia vindo a constituir-se como tema de interesse multidisciplinar. Nesse período, foram realizadas diversas publicações de pesquisas que contemplavam a temática e privilegiavam determinadas correntes de pensamento e que por sua vez partiam de concepções teóricas feministas e de gênero distintas. Nesta parte do capítulo foi feito o esforço de trazer alguns dos principais trabalhos identificados durante a realização da revisão da literatura.

As autoras Cecília MacDowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) identificaram, a partir dos principais estudos produzidos entre as décadas de 1980 e 1990, dentre eles alguns aqui já citados, três correntes teóricas que demarcavam compreensões distintas acerca do fenômeno da violência contra mulher, bem como as posições ocupadas por essas em relações violentas. A primeira corrente teórica é a que as autoras denominam como ‘dominação masculina’, na qual a violência contra mulher é vista como resultante da dominação masculina. Nessa perspectiva, as mulheres são entendidas tanto como vítimas da dominação, quanto como cúmplices, a partir do momento em que são vistas como produtoras e reprodutoras de ideologias que reforçam a dominação masculina, porém sendo vistas como sujeitos coisificados e sem

¹⁰ Conforme dito anteriormente, nos anos 1980, o recurso à *vitimização feminina* esteve presente em várias campanhas promovidas por feministas contra a impunidade nos casos de crimes passionais. E foi, de acordo com Passinato (2004), também utilizado pelos trabalhos acadêmicos e de pesquisa que basearam suas análises na hipótese da dominação masculina *versus* sujeição feminina, inspiradas especialmente na teoria do patriarcado.

¹¹ A primeira Delegacia de Defesa da Mulher foi fundada no ano de 1985 no Estado de São Paulo.

autonomia. Esta corrente teria como seu maior expoente o polêmico trabalho da autora Marilena Chauí “Participando do debate sobre mulher e violência”. Já a segunda corrente, nomeada pelas autoras como ‘dominação patriarcal’ teria sido inaugurada pela autora feminista e marxista Heleieth Saffioti, em que segundo as quais a mulher, apesar de vista como sujeito social autônomo, é vitimada pelo patriarcado. Esta perspectiva, de acordo com as autoras, também retoma a noção de dominação masculina, entretanto, estaria esta vinculada diretamente aos sistemas capitalista e racista. Por fim, na terceira corrente, a ‘relacional’, as noções dicotomizadas de dominação masculina e vitimização feminina são relativizadas e a violência é entendida como um jogo, no qual a mulher não é vítima e, sim, cúmplice. Ao contrário da primeira linha teórica, a mulher não é vista como vítima da dominação masculina, mas como personagem de um jogo relacional no qual ela participa ativamente. Essa perspectiva tem como seu maior expoente o trabalho *Cenas e Queixas* de Gregori e difere do trabalho de Chauí na medida em que considera a mulher como sujeito autônomo e ativo na relação.

Sobre o trabalho de Gregori (1993), Santos e Izumino (2005) consideram que a autora inaugurou um debate importante e que tem acompanhado os estudos sobre violência contra mulher no Brasil desde os anos de 1990 e que apesar de ter provocado inicialmente reações contrárias às suas proposições, a partir da sua pesquisa alguns movimentos de mulheres passaram a “discutir a ‘cumplicidade’ da mulher na relação de violência conjugal e começaram a usar a expressão ‘mulheres em situação de violência’ ao invés de ‘mulheres vítimas de violência’” (SANTOS E IZUMINO, 2005, p. 07).

Mesmo tendo considerado o trabalho de Gregori útil para se questionar as posições de sujeito envolvidos em situações de violência e colocar em xeque discursos vitimistas, Santos e Izumino (2005), com base em Saffioti¹², consideram problemática a sua concepção de violência contra mulher por estar apresentada como algo que ocorre fora do contexto de uma relação de poder, a autora estaria dessa forma assumindo a pressuposição de uma igualdade social entre os parceiros. Outra ressalva feita pelas autoras ao trabalho de Gregori refere-se a sua análise por, segundo elas, não situar as cenas de violência analisadas em seu contexto social mais amplo e por não discutir as queixas das mulheres dentro do contexto institucional de atendimentos que eram prestados pelas feministas do SOS – Mulher de São Paulo¹³, local onde fora realizada a

¹² SAFFIOTI, Heleieth I. B. “Violência de Gênero no Brasil Atual”, *Estudos Feministas*, vol. 2 (Número Especial), 1994, p. 443-461; SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, v. 16, n. 2001, p. 115-136, 2001.

¹³ De acordo com Gregori (1993) o SOS – Mulher inaugurou uma nova forma de organizar e encaminhar a luta feminista. Sobre o problema da violência contra mulher atuava voluntariamente prestando os serviços psicológico, social e jurídico.

pesquisa, fato que segundo as autoras poderia exercer influência sobre a produção das queixas feitas pelas mulheres e que fora desconsiderados por Gregori. Em última análise, Santos e Izumino (2005) avaliaram que Gregori teria generalizado o significado das queixas sem levar em conta a variação dos sentidos das queixas em função dos contextos em que são produzidos e as particularidades das histórias de vidas das mulheres. Sua análise privilegiaria a interpretação da queixa enquanto produtora da vitimização em detrimento de outras leituras possíveis.

Santos e Izumino (2005) demonstram por meio de outros trabalhos realizados a partir dos dados fornecidos por registros de violência conjugal registrados em Delegacias de Defesa da Mulher e no Judiciário, outras leituras possíveis sobre os sentidos das queixas. As autoras apresentaram, por exemplo, o trabalho de Brandão¹⁴, que demonstrou que o uso reiterado de suspensão das queixas poderia representar para as mulheres um instrumento de negociação com o parceiro podendo atender a objetivos como a manutenção, modificação ou dissolução da relação conjugal, enquanto que sob a ótica policial, poderia reiterar a noção de que a violência contra mulher não seria crime (SANTOS E IZUMINO, 2005); e o trabalho de Izumino (1998)¹⁵ o qual demonstrou que no decorrer de processos judiciais as narrativas das mulheres, bem como suas posturas, apresentavam variações significativas no decorrer das diferentes fases dos processos penais e que variavam de acordo com o interesse da vítima de absolver ou punir criminalmente o parceiro. Em ambos os casos Izumino (1998) observou que as mulheres exerciam papel ativo na condução dos processos demonstrando que, ao invés de se colocarem no lugar de vítimas, as mesmas exerciam poder ao construir variadas versões dos fatos para que atendessem aos seus interesses.

Um dos trabalhos mais polêmicos dos anos 1980 que tratou do tema da violência contra mulheres foi o trabalho de Marilena Chauí, publicado em 1985 (SANTOS E IZUMINO, 2005). Conforme assinalam Santos e Izumino (2005), nesse estudo, Chauí propôs que a violência contra as mulheres seria resultante de uma ideologia de dominação masculina produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres que dessa forma se tornariam cúmplices e instrumentos da dominação masculina. Ainda segundo as mesmas autoras, Chauí definiu violência “como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trataria o ser dominado como ‘objeto’ e não

¹⁴ Brandão, Elaine Reis. “Violência Conjugal e o Recurso Feminino à Polícia.” In: Bruschini, Cristina e Holanda, Heloísa Buarque de. *Horizontes Plurais: Novos Estudos de Gênero no Brasil*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 1998, pp. 53-84.

¹⁵ Izumino, Wânia Pasinato. *Justiça e Violência contra a Mulher: O Papel do Sistema Judiciário na Solução dos Conflitos de Gênero*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 1998.

como ‘sujeito’, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo”¹⁶ (p. 03). No entendimento de Chauí a violência reflete uma ideologia que define o feminino como inferior à condição ao masculino, sendo as mulheres seres sem autonomia.

Já a autora Maria Filomena Gregori (1993), baseando-se em Barthes (1985 APUD GREGORI, 1993)¹⁷, propôs que as cenas de agressões ocorridas nos casos por ela analisados fariam parte de um diálogo ou discurso amoroso a partir do qual o casal obteria gozo mesmo que perversamente. Ainda baseando-se em Barthes, a autora sublinhou que as cenas de discussão não teriam por finalidade chegar a um entendimento comum, mas sim, de um dos parceiros dar a palavra final, calar o outro. Para a autora o uso de xingamentos desempenharia um papel importante – o de iniciar um segundo momento, o das agressões físicas, em que a mulher sairia da posição de parceria e se tornaria vítima. Seria na interpretação da autora uma forma da mulher de dar a palavra final. Indo além, a autora considera que estaria interagindo em cena: “Um perverso jogo de feminilidade e masculinidade, ou melhor, de imagens que desenham papéis de mulher e de homem em relações conjugais” (GREGORI, 1993, p. 180). Ser vítima implicaria a adesão de uma determinada imagem de mulher: “Estar na posição de vítima, além de permitir o pedido de um auxílio ou proteção externos, reequilibra a relação segundo um recorte em que a mulher se coloca no lugar de alguém que quer amparo” (GREGORI, 1993, p. 180).

Gregori em sua análise avaliou que o problema maior não estaria necessariamente na ocupação de um lugar de vítima (passiva) por parte da mulher diante de uma determinada situação que envolve violência, mas no fato de que, algumas delas, cooperariam na sua própria produção enquanto não-sujeito na medida em que agiriam de modo a demandar do companheiro o acionamento de atos e gestos de agressividade. Entretanto, a autora ressaltou que estes movimentos seriam evocados inconscientemente por parte de ambos os atores envolvidos em cena.

No entanto, Gregori não advogava em favor da deslegitimação da queixa da vítima, a autora defendeu sua posição da seguinte maneira:

Não estou me valendo desses *insights* para, num procedimento bastante habitual, culpar as vítimas. Trata-se, pelo contrário, de entender os contextos nos quais a violência ocorre, e o significado que assume. Tarefa complexa e que exige cuidado na análise. Não cabe afirmar "vai ver que ela fez algo que o irritou" no sentido de tornar inteligíveis e justificáveis os atos de agressão. Este procedimento é o reverso da medalha na medida em que, mantendo a oposição agressor x vítima, desvitimiza para justificar a agressão. Mas, "ela provocou e não evitou" e vale saber qual o sentido

¹⁶ Conceito extraído e parafraseado por Santos e Izumino (2005) do trabalho de Chauí (1985)

¹⁷ BARTHES, Roland. Fragmentos de um discurso amoroso. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1985.

disso. Cabe indagar em que medida o seu entendimento permite apreender essa situação, refeita cotidianamente, onde a mulher é mantida dependente, submissa e exposta aos atos de agressão. (GREGORI, 1993, P. 184)

A autora propunha a relativização da perspectiva dominação – vitimização que em seu entender engessaria as posições de homens e mulheres envolvidos em situações de violência, sendo eles tidos como os dominadores violentos e elas como as vítimas passivas (SANTOS E IZUMINO, 2005). Dessa forma, Gregori enfatizou que

É preciso se indignar e se contrapor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho mais profícuo parta da pressuposição de uma dualidade entre vítima e algoz — em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de ação) e o segundo a uma atividade destruidora e maniqueisticamente dominadora (GREGORI, 1993, P. 184).

Além de constituir um aspecto caro para a militância feminista¹⁸, a dicotomia ‘agressor – vítima’ acabaria por mascarar outros elementos que dinamizam situações de violência entre homens e mulheres e que estão situadas nos entremeios do que Gregori (1993) chamou de “buraco negro” da violência contra mulher, ao referir-se às situações em que a mulher não só é produzida (passivamente), mas também se autoproduz (ativamente) como não-sujeito:

Existe alguma coisa que recorta a questão violência contra a mulher que não está sendo considerada quando ela é lida apenas como ação criminosa e que exige punição (a leitura reafirma a dualidade agressor x vítima). As cenas em que os personagens se vêem envolvidos e que culminam em agressões estão sujeitas a inúmeras motivações — disposições conflitivas de papéis cujos desempenhos esperados não são cumpridos, disposições psicológicas tais como esperar do parceiro certas condutas e inconscientemente provocá-lo, jogos eróticos etc.

Para a autora, as mulheres produziriam discursivamente a sua posição de vítima por meio de queixas cujas narrativas comporiam os personagens envolvidos nas cenas, estando elas sempre do lado vitimado e os companheiros do outro – o culpado (GREGORI, 1993). Dessa forma, o trabalho de Gregori (1993) ao conceber a violência contra mulheres como uma forma de comunicação, perversa e inconsciente, entre os parceiros, colocou em debate aspectos como afetividades e erotismo imbricados com essa violência ainda pouco observados pelos estudos da época. Apesar de levar em conta os efeitos desiguais produzidos pela violência conjugal ao considerar que os prejuízos maiores recaem sobre os corpos das mulheres e que seria equivocada a culpabilização das vítimas, seu trabalho pouco considera as desigualdades de gênero historicamente constituídas e as relações de poder existentes entre os mesmos.

¹⁸ Por reiterar papéis e lugares que remetem à lógica sexista que reitera a representação das mulheres como frágeis e passivas e dos homens como agressivos ou violentos.

Sobre os trabalhos de Gregori e Chauí, Grossi (1994) considera serem as críticas feitas aos seus estudos extremamente passionais. Para ela, o conceito de gênero enquanto categoria analítica das relações homem/mulher evidencia que o masculino e o feminino são construções simbólicas e históricas incapazes de existirem separadamente. Em suas palavras:

O imaginário e o uso da violência nas relações de gênero implica, sim, uma relação concreta entre cada mulher e cada homem em cada relação conjugal/emocional determinada, relação da qual as mulheres são participantes ativas e não passivas do desejo alheio. O lugar de passividade pode fazer parte do jogo relacional mas não necessariamente remeter a uma visão estática de um feminino a-histórico e a-cultural (GROSSI, 1994, P. 478).

Grossi (1994) observa que para se desenvolver melhor seu ponto de vista, seria necessário contrapor a visão feminina, já tão analisada com estudos que contemplem o ponto de vista masculino nas relações conjugais violentas. Na ausência destes estudos, resta para a autora tomar emprestada a análise proposta por Contardo Calligaris¹⁹ sobre o laço conjugal moderno em que:

Segundo o psicanalista, uma das principais crises não só das mulheres mas também dos homens diz respeito à impossibilidade de viver o ideal da conjugalidade moderna: misto de amor romântico, simbiose, igualdade de papéis e necessidade imperiosa de construção de um desejo comum que justifique o casamento. Neste contexto de impossibilidade e frustração de viver o "modelo ideal", talvez se possa ir além das teorias da opressão e desigualdade e buscar entender a "irracionalidade" do uso de violência física nas "modernas" relações de gênero (GROSSI, 1994, P. 478).

Fica claro portanto que a pressuposição que subjaz ao trabalho de Grossi (1994) é que tanto o conceito de violência quanto o de gênero são categorias historicamente construídas. E que assim como os significados de ser homem e ser mulher variam culturalmente e de acordo com o momento histórico, a percepção social da violência contra mulher também está sujeita às mesmas variações. Para a autora seria necessário “desnaturalizar” a violência e deixar de tratá-la no singular, uma vez que as violências não seriam vivenciadas e nem percebidas da mesma forma por todas as mulheres brasileiras. Inspirada nas ideias de Marilena Chauí, Grossi opõe-se aos posicionamentos de vitimismo e vê na complexidade das relações de gênero um caminho promissor para se pensar a problemática da violência contra mulher. Suas palavras esclarecem melhor o seu ponto de vista:

se se continuar negando a complexidade das relações de gênero, nas quais o papel de vítima é mais fácil, dificilmente se conseguirá ir mais fundo na busca de soluções globais para a questão, uma vez que a História também é construída pela interseção

¹⁹ CALLIGARIS, Contardo et all. *O Laço Conjugal*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

de inúmeras subjetividades, entre elas a das mulheres que militam e pesquisam sobre violência (GROSSI, 1994, P. 483).

Na contramão das correntes até agora apresentadas, a autora feminista brasileira Heleieth Saffioti produziu trabalhos importantes no campo da violência de gênero²⁰ entre os anos 1990 e 2000, foi a sua teoria, com enfoque no patriarcado e dominação masculina, referência para muitos trabalhos acadêmicos da mesma época. Um dos eixos centrais de seu pensamento era o de que apesar da ideologia de gênero ser uma ferramenta extremamente útil ao patriarcado não seria em si mesma suficiente para garantir “a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este a necessidade de fazer uso da violência” (SAFFIOTI, 2001, P.115). Dessa forma, o que a autora chama de “ordem patriarcal de gênero” prescindiria da presença física de um homem para funcionar, podendo, por delegação, uma mulher exercer a função patriarcal sobre outras mulheres, empregadas e empregados da casa, bem como crianças e adolescentes. A autora, apesar de considerar improvável, ressalva que uma mulher pode até agredir seu marido, companheiro ou namorado, contudo, não há por parte das mulheres enquanto categoria social um projeto de dominação – exploração dos homens (SAFFIOTI, 2001)²¹. De acordo com sua construção teórica, nos entremeios da violência de gênero nem sempre a mulher seria vítima podendo aparecer inclusive como coautora de violência, porém, estas violências seriam praticadas geralmente em nome do patriarca e da manutenção da ordem patriarcal de gênero.

Saffioti (2001) baseando-se no conceito de dominação simbólica de Bourdieu (2002) para pensar a relação exploração – dominação existente entre mulheres e homens em que:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos... (BOURDIEU, 2002. [S.P]).

A autora, ainda baseando-se em Bourdieu, pontua que essa dominação já seria em si mesma uma forma de violência simbólica. Seria portanto, a introjeção e naturalização da

²⁰ Para Saffioti (2001) a violência de gênero seria um conceito mais amplo que o de violência contra mulher por englobar outras categorias como crianças e adolescentes independentemente de seus gêneros.

²¹ A dominação referida por Saffioti transcende a noção de um sistema de dominação masculina que se limite a uma ideologia machista. A dominação tal qual proposta pela autora trata na verdade de um sistema em que a dominação estaria situada nos campos ideológicos e políticos e a exploração estaria diretamente relacionada ao campo econômico. Não obstante, cabe o adendo de que a autora ressalva ser esta uma divisão que figura apenas para fins analíticos. A autora prefere “entender exploração-dominação como um único processo, com duas dimensões complementares” (SAFFIOTI, 2001, P117).

relação de dominação por parte do dominado, de modo que a percepção de quem é dominado sobre si e sobre quem domina seria “produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto” (BOURDIEU, 2002, [S.P]). Para Saffioti (2001) apenas nesses termos deve ser pensada a participação de mulheres na produção da violência de gênero – em um nível de atuação não consciente. Não obstante, em sua teorização Saffioti se opõe a noções vitimistas defendidas em alguns estudos ²². Para ela estes estudos estariam equivocados na medida em que não contemplavam as possibilidades de reação de defesa das mulheres que em sua visão apesar de dificilmente terem condições de romperem com situações de violência sem o auxílio externo, demonstram quase sempre algum tipo de reação ao agressor, considerando, portanto a autora, inadequado denominá-las de vítimas.

Saffioti (2001), em menção aos trabalhos de Chauí (1985) e Gregori (1989), faz críticas aos posicionamentos que defendiam a cumplicidade das mulheres em situação de violência por considerar que, segundo esta lógica, as mulheres seriam tidas como diretamente responsáveis pelas agressões vivenciadas, além de serem, enquanto categoria, socialmente igualadas aos homens sem levar em conta a assimetria de poder existente entre os gêneros.

2.3 OBSERVAÇÕES SOBRE O USO DE ALGUMAS CATEGORIAS NOS DEBATES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO BRASIL

Medrado e Mélo (2008) em seu estudo dedicaram especial atenção a situações dos homens que cometem violência tomando como ponto de tensão a forma como “as pessoas se posicionam e são posicionadas em práticas de poder e jogos de verdade” (MEDRADO E MÉLLO, 2008, P. 78). Para tal, consideram ser imprescindível “compreender os recursos discursivos e não-discursivos que instauram, constroem e mantêm uma prática, no caso a de violência às mulheres” (MEDRADO E MÉLLO, 2008, P. 78). Suas reflexões teóricas partem da pressuposição de que “as maneiras como as pessoas se relacionam cotidianamente são variáveis e mutantes. Assim, longe de serem determinadas por uma natureza intrínseca ou extrínseca, acreditamos que as relações humanas são construídas e institucionalizadas” (MEDRADO E MÉLLO, 2008, P. 78). Entretanto, os autores consideraram que muitos dos argumentos e práticas existentes nos debates sobre violência contra mulher caminham na

²² Saffioti se referiu, dentre outros, ao trabalho de Azevedo (1985) que qualificava as mulheres em situação de violência como vítimas sem capacidade de defesa. AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres espancadas – a violência denunciada. São Paulo, Cortez Editora, 1985.

contramão deste pressuposto e ensejam portanto ações simplistas e que se limitam à punição. Em sua avaliação:

Qualquer acontecimento, sejam os caracterizados como violentos ou não, são modos afirmativos de o ser humano viver, ainda que suas conseqüências sejam indesejáveis. Assim, tratar como “não-humano” práticas violentas engendradas por seres humanos não nos parece um caminho que favorece a transformação social (MEDRADO E MELO, 2008, P.79).

Segundo os autores, para que se torne possível uma análise sobre a violência (praticada por homens) contra mulheres alinhada à perspectiva crítica e ética por eles proposta, seria necessário incluir análises sobre os processos de socialização masculina em nossa sociedade (MEDRADO E MÉLLO, 2008) cujo corolário requer a repressão das emoções e o uso de agressividade por parte dos homens como pré-requisito para reconhecimento da sua masculinidade. No entendimento dos autores este modelo de socialização estimularia o acionamento de posturas destrutivas e até mesmo autodestrutivas por parte dos homens:

Os homens estão colocados no contexto da violência em diferentes lugares, inclusive muitas vezes como produto-alvo de padrões de subjetividade orientados por modelos de gênero e de relações hierárquicas de poder que definem a dominação masculina sobre as mulheres. Ou seja, o mesmo sistema de poder que autoriza os homens a agirem de modo agressivo e fazer valer os seus direitos sobre as mulheres em nome da honra é o mesmo sistema de poder que os coloca em situação de vulnerabilidade (MEDRADO E MÉLLO, 2008, P. 81).

Sobre o foco nas ações de criminalização da violência e ao modo de operar de alguns dos dispositivos que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, dentre eles as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) e a Lei 11.340/2006 (conhecida como Lei Maria da Penha), parece haver, de acordo com Passinato (2004), uma apropriação por parte do Estado de algumas ideias do movimento feministas que originalmente buscava a formulação de uma política de combate à violência contra mulher que, dentre outras ações, contemplasse a criminalização de práticas violentas contra mulher. Tal perspectiva pode ser tida como insuficiente e problemática uma vez que segundo Medrado e Mélo (2008)

A função punitiva não logra compreender os meandros de uma relação que descamba em violência, nem serve como medida que inquiete os autores de violência impedidos de agir com violência por medo da punição. Assim, a punição não tem ajudado na “prevenção” nem na compreensão da situação, especialmente porque a Lei universaliza as situações (MEDRADO E MÉLLO, 2008, p. 83).

Passinato (2006) observou a necessidade de ressaltar o resguardo de distinção sobre o emprego de algumas categorias e conceituações utilizadas nos debates sobre violência contra mulher, dentre elas o cuidado com a generalização, ou melhor, a sobreposição dos conceitos de crime e violência. Violência seria um conceito construído socialmente, situado histórica e

culturalmente, enquanto crime seria um conceito jurídico. Por tratar-se de um conceito mais amplo, violência não deveria ser equiparada ou reduzida a uma conceituação meramente criminológica. A distinção da autora teve por finalidade demonstrar que nem todo crime é necessariamente violento e que nem todo comportamento socialmente considerado como violento é tipificado como crime pela legislação penal brasileira (PASSINATO, 2006). Para a autora, ao estabelecer esta distinção torna-se possível avançar no entendimento de que as práticas de violência contra as mulheres podem estar expressas de diferentes maneiras, podendo ser compreendidas a partir dos diferentes contextos, motivações e dinâmicas sociais, devendo o seu enfrentamento também ser múltiplo e abrangente às especificidades.

Outra distinção importante observada por Passinato (2006) e demonstrada em outros estudos²³ é a especificidade dos termos “violência doméstica”, “violência intrafamiliar” e “violência conjugal”. A primeira, violência doméstica, seria qualquer expressão violenta cometida contra qualquer membro (ou não membro) da família dentro do espaço doméstico. Já a violência intrafamiliar difere da primeira por ser extensiva a eventos violentos manifestados entre os membros de uma mesma família em contextos fora do domiciliar. Apesar de semelhantes, estas duas categorias foram delimitadas pelo movimento feminista com o objetivo de denunciar que tanto o lar quanto a família constituem espaços de manifestação de relações violentas e exercício de poder, sendo as mulheres um dos alvos principais (PASSINATO, 2006). Quanto à violência conjugal, teria esta o objetivo de referir a violência praticada contra a mulher em um contexto relacional específico – o conjugal, podendo estar representada não só em relacionamentos estáveis mas também namoros e noivados, por exemplo, sendo o principal autor da violência o cônjuge.

Já o termo “violência contra mulher” foi o termo utilizado por movimentos feministas tendo por objetivo chamar atenção para diversas formas de violências que são cometidas contra as mulheres apenas por serem estas mulheres (PASSINATO, 2006). Este conceito é expansível a qualquer caso de violência cometida contra a mulher não importando o tipo de relação que haja entre esta e o autor da violência e nem o contexto onde ocorra. Por sua vez difere de “violência de gênero”, conceito mais amplo que engloba outras categorias (SAFFIOTI, 2001) como crianças, adolescentes e idosos independentemente do seu gênero, bem como mulheres e homens em qualquer contexto. Por representar uma das bandeiras históricas de luta do

²³ Ver por exemplo o de SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, v. 16, n. 2001, pp. 115–136, 2001.; e TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a Mulher?* São Paulo: Brasiliense, 2002, 120 p.

feminismo brasileiro, o termo violência contra mulheres demonstrou ser o mais conveniente para atender aos objetivos desta pesquisa.

Após situar alguns dos principais posicionamentos teóricos e tensões que envolvem a vasta produção acadêmica sobre o tema, consideramos que o fenômeno da violência contra mulher, apesar de manifesto mundialmente, não deve ser tomado como universal ou a-histórico partindo unicamente do pressuposto de que todas as mulheres sofrem opressão. Ao contrário, acreditamos, baseando-nos em Gregori, que a violência se dá nos contextos das relações entre homens e mulheres, entretanto, ressaltamos ser necessário tomar o cuidado de não recair em reducionismo ao incorrer no erro de limitar o nosso olhar ao contexto específico das microrrelações. Sobre este aspecto, levamos em conta a contribuição de Saffioti que advertiu sobre a necessidade de entendimento do fenômeno da violência contra mulher como inserido em um contexto mais amplo em que há relações assimétricas de poder historicamente constituídas entre as pessoas a partir do sexo biológico. Entendemos que as violências vivenciadas nas relações entre mulheres e homens, assim como diversas outras práticas construídas por seres humanos, estão perpassadas por uma miscelânea de elementos que vão desde fatores culturais a componentes de uma comunicação intersubjetiva que, interagindo produzem efeitos e resultados diversos, ou até mesmo nefastos e para os quais as teorizações do patriarcado ou a da dominação-exploração não dão conta.

O levantamento da literatura sobre o tema da violência contra mulheres no Brasil também demonstrou haver considerável ênfase no papel da mulher na manutenção de situações de violência, ao passo que outros pontos nevrálgicos – como a participação dos homens na violência, indo desde suas motivações individuais para (re)produzirem comportamentos violentos para com as mulheres, até os padrões de socialização que os colocam em posição de agressores – permaneceram pouco explorados durante mais duas décadas de debates.

Quanto à posição dos atores envolvidos em situações de violência, preferimos utilizar a expressão “mulheres em situação de violência”, por acreditar que há por parte dela a possibilidade de agência e exercício de poder, seja buscando auxílio exterior - ou manipulando e construindo sua posição enquanto vítima passiva; e “homens autores de violência”, termo cunhado por Medrado e Mélo (2008) ao questionarem a díade vítima-agressor, cuja distinção está muito mais próxima de uma lógica sexista que reitera a representação das mulheres como frágeis e passivas. Além disso, ao enfatizarmos a posição dos homens apenas como os “agressores” e a necessidade de puni-los, pouco contribuimos para a resignificação das situações que implementam e retroalimentam a violência entre homens e mulheres.

3. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ENTRE A PSICOLOGIA SOCIAL E AS TEORIAS FEMINISTAS E DE GÊNERO.

“A verdade é um espelho que caiu das mãos de Deus e se quebrou. Cada um recolhe um pedaço e diz que toda a verdade está naquele caco”.

(Provérbio Iraniano)

Nesse capítulo foi realizado o esforço de aproximação e discussão teórica entre a Psicologia Social, pensada enquanto disciplina que por um lado não só resulta de práticas e discursos sociais construídos, mas que também produz efeitos e intervenções sobre essas mesmas práticas e discursos, e as teorias feministas e de gênero enquanto teoria e práxis. Partindo desse ponto, buscamos situar as principais tensões que envolvem as tentativas de diálogo entre ambas, bem como o que justifica a suposição de que esse diálogo seja de fato necessário.

Cabe, nessa introdução, dois apontamentos: O primeiro é o de que foi tomado o cuidado de, ao referirmo-nos às terminologias “Teorias Feministas” bem como “Psicologia Social”, localizar à quais “Teorias Feministas” e “Psicologia Social” estávamos nos referindo. Tal cuidado advém da compreensão de que várias são as possibilidades de leituras, vieses e abordagens nelas presentes, tendo em vista o cuidado de não incorrer no equívoco de tratar no singular elementos que são, na verdade, extremamente plurais e diversos.

O segundo apontamento, igualmente importante, e, que localiza o nosso trabalho em um determinado campo epistêmico, é a observação de que, apesar de estar enquadrado sob a lógica e égide metodológica que conferem aos saberes o *status quo* de validáveis, verdadeiros ou acadêmicos, não está comprometido com o estabelecimento de verdades absolutas. É, portanto, um “caco” como dito no provérbio iraniano.

Fragmentado, situado histórica e geograficamente em um determinado contexto que reflete a posição dos sujeitos epistêmicos ora porta-vozes de um conhecimento produzido coletivamente nas e pelas relações²⁴, o trabalho aqui apresentado se imbrica com as experiências pessoais de sua autora, a saber – mulher, acadêmica, oriunda da classe média²⁵ e autodeclarada

²⁴Spink (2013) Observou que o próprio pensamento já é em si mesmo uma prática social construída dialogicamente. Na perspectiva construcionista defendida por Spink (2014), Kenneth Gergen, Conceição Nogueira, dentre outras/outras autoras/autores importantes dessa corrente de pensamento, a própria noção de indivíduo é reconhecida como uma construção social. Dessa forma consideramos imprescindível situar os entornos políticos, econômicos, sociais e institucionais entendidos por nós como elementos integrantes da pesquisa.

²⁵ Dentre outros tantos recortes sociais possíveis, como raça, orientação sexual, etnia e etc.

feminista. Ao contrário, partimos do entendimento de que o pessoal também é político e que portanto sua localização preconiza parte da objetividade sob a qual se pretendeu nortear esse trabalho.

Por fim, pontuamos que ao referirmo-nos às teorias, sejam elas quais forem, estamos compartilhando de um entendimento influenciado pelo pensamento pós-moderno, em que:

As teorias, antes que verdades absolutas, são apenas diferentes maneiras de construir e organizar o conhecimento e referendar uma práxis legitimada por determinada comunidade científica em determinado contexto histórico. A pós-modernidade trouxe-nos a pluralidade e o questionamento das certezas como marcas de uma época em que não há um único modelo a ser seguido (NARVAZ, MARTA; KOLLER, 2006, p. 648)

3.2 SITUANDO CONCEITOS E PONTOS DE PARTIDA

Até os anos de 1970, perdurou “o sonho da Psicologia Científica, pensando ciência como um fazer pautado pela demonstração e generalização dos resultados”. (SPINK e FREZZA, 2013, p. 2). As correntes teóricas advindas da Psicologia Experimental tradicional estiveram empenhadas com o desenvolvimento de leis universalistas do comportamento dos seres. Ancoradas sob o modelo empírico de produção do conhecimento baseado na observação sistemática e supostamente neutra dos comportamentos (GERGEN, 2008; NARVAZ; KOLLER, 2006; NEVES; NOGUEIRA, 2004, 2005; NOGUEIRA, 2001a, b, 2008; NOGUEIRA; NEVES; BARBOSA, 2005) para, a partir de então, criar dispositivos conceituais e metodológicos que pudessem retratar com fidedignidade aquilo que era entendido como análogo ao conceito de realidade – a verdade dissociada de seus contextos culturais, situacionais e que queria se fazer crer como elementar.

Não poderíamos deixar de lançar um breve olhar sobre a construção da história, uma vez que, repleta de exemplos de teorizações sobre as mulheres e o feminino, apresentou e reeditou papéis que conferiram às mulheres posições e lugares (geralmente de assujeitamento) na(s) sociedade(s). Sob a égide de discursos biológicos, foram (re)produzidos significados sobre o “ser mulher” e o “feminino” que estão representados em diversas teorias, ainda atuais, dos mais diversos campos de construção dos conhecimentos que atravessam a história da humanidade (NOGUEIRA, 2001b).

Conforme bem observou Nogueira (2001b) a cultura ocidental, sob influência do pensamento grego, considerava que o homem seria o "criador da ordem e da lei, enquanto a mulher está associada ao desejo e à desordem, um ser inferior pela sua natureza." (NOGUEIRA,

2001b, p. 02). A autora prosseguiu nesse ponto observando que é sobre essas diferenciações simbólicas que se organizam as sociedades e é por meio da percepção da diferenciação das naturezas de mulheres e homens que se atribuem valores e qualidades inferiores às mulheres distanciando-as da participação ativa e igualitária da sociedade em que vivem.

Sobre a privação das mulheres dos espaços públicos (e também políticos) Timm et al (2011) destacam que na antiguidade o pensamento grego preconizava clara distinção e dicotomia entre *polis* e *oikos*, sendo a *polis* pertencente à organização política da qual participavam os cidadãos, título conferido aos homens, e *oikos* domínio do privado caracterizado também enquanto espaço de domínio masculino e território do familiar, do privado onde estavam colocadas as mulheres – em lugar de privação do “pertencimento à esfera considerada propriamente humana – a *polis*.”(TIMM; PEREIRA; GONTIJO, 2011, p. 249). Reclusas à esfera privada, a cidadania das mulheres era-lhes até então conferida a partir da condição de esposas de cidadãos (NOGUEIRA, 2001b).

Na passagem para o Iluminismo o que era tido como mito ou crença supostamente deu lugar a razão, a partir daí surgiu, segundo Nogueira (2001), a filosofia Iluminista que com seu discurso deu origem a ciência moderna. Entretanto, apesar de supostamente se desvincular do que era tido como mitológico ou natural(izado), nem o Iluminismo nem a ciência moderna ao fim das contas foram capazes de irromper com a crença da suposta inferioridade das mulheres. Ao contrário, novos discursos foram sendo forjados no intuito de reproduzir e reafirmar com o que já estava posto e pré-existia ao seu surgimento. Nogueira (2001b) ofereceu um bom exemplo sobre isso ao destacar que para os filósofos iluministas as mulheres ou não teriam razão ou a teriam em uma proporção inferior a dos homens. Nogueira apresentou outro exemplo, o do discurso médico, que mesmo ante fatos segundo a autora cientificamente contraditórios, partiu de uma “descrição do corpo feminino como uma cópia defeituosa do corpo do homem” (NOGUEIRA, 2001, p. 03) sendo a sua natureza frágil e “sujeita às desordens provenientes dos seus órgãos reprodutivos” (p. 03). Mas qual a finalidade de tais discursos?

Desde os textos medievais, passando pelo renascimento, até ao discurso na época da revolução, o discurso médico é sempre utilizado para permitir justificar a colocação da mulher na esfera familiar, conferindo-lhe um estatuto particular na sociedade. (NOGUEIRA, 2001b, p. 03)

No final das contas o que se teve foi a mera substituição ou “sofisticação” de modelos explicativos que se basearam sempre na mesma lógica e intencionalidade: “O discurso científico legitima o lugar dado à mulher, e que é, a maternidade” (NOGUEIRA, 2001b, p. 03). Na ciência, o projeto de dominação sistemática masculina sobre as mulheres apesar de

multifacetado agiu de maneira mais ou menos óbvia engendrando sempre, por meio do exercício de práticas de poder produtoras de jogos de verdade e de sujeitos, dispositivos metodológicos e conceituais que objetivavam sempre a legitimação dos discursos de inferiorização da mulher.

As práticas e discursos, tanto sociais quanto científicos que conferiram durante séculos não só o lugar da mulher na sociedade mas também normas de conduta definidoras de sujeitos em homens e mulheres merecem especial atenção um vez que:

Se desde a Antiguidade é expressa a desigualdade, e se os mitos que a sustentam vão ser integrados na ciência moderna, a partir do século XVII e XVIII, estes vão-se recolocar nas ciências sociais e humanas que nascem no século XIX. **Por isso, esta questão é central na psicologia e especificamente na psicologia social** (NOGUEIRA, 2001b, p. 03,04 Grifo nosso).

3.3 PSICOLOGIA SOCIAL E A CRISE NA DISCIPLINA

A psicologia foi de acordo com Kenneth Gergen (2008) “usualmente definida como ciência do comportamento humano e a psicologia social como aquele ramo dessa ciência que lida com a interação humana” (p. 475). Sendo “o estabelecimento de leis gerais por meio da observação sistemática” (p.475) um dos grandes objetivos da ciência. De modo que para muitos psicólogos sociais o desenvolvimento de tais leis teriam por finalidade a descrição e explicação das interações sociais (GERGEN, 2008). Essa perspectiva descenderia de acordo com o autor diretamente do “pensamento setecentista” (próprio do século XVIII) em um momento histórico importante para as ciências físicas onde foram empreendidas importantes contribuições para esse campo. A possibilidade de aplicabilidade das leis que garantiram notável sucesso às ciências naturais ao estudo do comportamento humano surgiu com ímpeto bastante otimista.

Reconhecido como importante pensador do construcionismo social, Kenneth Gergen, demonstrou o quanto a aplicabilidade das leis universalistas comuns nas ciências naturais seriam ineficazes à pesquisa social sendo o seu uso injustificado a partir do momento em que se parte da premissa de que a estabilidade de determinados eventos da natureza como gravidade e combinações químicas, por exemplo, efetivam-lhes a possibilidade de reprodução e manipulação em qualquer laboratório, em qualquer momento. Ao passo que os elementos com os quais lidam a psicologia social são irremediavelmente instáveis e com poucas possibilidades reais de reprodução nos espaços artificiais dos laboratórios. De forma que o autor considerou que “se os eventos naturais fossem caprichosos, a ciência natural seria amplamente substituída

pela história natural” (GERGEN, 2008, p. 475). Em sua definição, a psicologia social seria em primeira instância “um inquérito histórico” (p.475) uma vez que:

Diferentemente das ciências naturais, ela lida com fatos que são em grande medida irrepetíveis e notadamente instáveis. Os princípios da interação humana dificilmente podem ser desenvolvidos porque os fatos sobre os quais são baseados geralmente não permanecem estáveis. O conhecimento não pode ser acumulado, no sentido usual, porque tal conhecimento geralmente não transcende seus limites históricos. (GERGEN, 2008, p. 475)

Nogueira (2001a, 2008) chama atenção para a crise vivida na psicologia social em meados dos anos 1960. Essa crise deveu-se segundo a autora ao descontentamento com o empiricismo-positivista implementado na disciplina, sendo portanto uma crise estabelecida a nível do epistemológico. Nos termos da autora o problema central estaria na pressuposição de que os indivíduos estariam no centro de todas as coisas (NOGUEIRA, 2001a, b; 2008) e, portanto, veio a constituir sua “principal unidade de pesquisa e análise” (NOGUEIRA 2001a, p.43).

Nogueira, dentre outras e outros (ver por exemplo: GERGEN, 2008; MÉLLO *et al.*, 2007; NARVAZ, MARTA; KOLLER, 2006; NEVES; NOGUEIRA, 2004, 2005; NOGUEIRA, 2001a, b, 2008; NOGUEIRA; NEVES; BARBOSA, 2005; SPINK; FREZZA, 2013), consideraram ser o individualismo influência do positivismo e demais forças experimentais sob as quais buscou-se conferir à disciplina um caráter científico. Esse processo de “individualização” na psicologia social levou ao desinteresse pelos processos sociais e fenômenos coletivos que haviam interessado psicólogos pioneiros como Wundt por exemplo. Apesar do descontentamento epistemológico vivenciado na disciplina ter perdurado até meados dos anos 1990, pouco foi escrito sobre o impasse de modo que a questão permaneceu ao longo de décadas pouco debatida (NOGUEIRA, 2001a).

Referindo-se aos anos de 90, Nogueira (2001a) destacou a emergência do que ela chamou de “uma segunda cultura acadêmica” (p.44) marcada pelo descontentamento com o projeto empiricista aplicado às ciências sociais e na psicologia especialmente dizia da insatisfação e discordância da “visão do conhecimento como algo de individual” (p.44). Essa nova cultura acadêmica apesar de não estar localizada em uma única origem, apresentava como denominador comum o ceticismo ao empiricismo aplicado às ciências humanas (NOGUEIRA, 2001a).

Além de provocada pela insatisfação de alguns estudiosos da psicologia social, a emergência de uma segunda cultura acadêmica esteve segundo Conceição Nogueira (2001a) também influenciada por trabalhos de pensadores importantes como Derrida, Foucault e Kuhn

que contribuíram para a desconstrução da razão enquanto garantidora de validação do conhecimento produzido através dessa. A partir daí passaram a ser levantadas dúvidas e críticas às pressuposições de que a “ciência sistemática possa produzir descrições culturalmente descontextualizadas, isto é, dizer o que é verdade sem respeitar as organizações de significado humanas” (NOGUEIRA, 2001a, p. 44).

Jane Flax (1990) em *“Thinking Fragments: Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West”*²⁶ faz a seguinte observação:

Psychoanalysts echo and extend Freud's claim that psychoanalysis undermines our belief and pride in a particular and definitive human excellence—reason. Postmodernists also question the nature and powers of reason, but they locate the decline and changes in our beliefs about it within a story about the death of a "metanarrative"—the Enlightenment. (FLAX, 1990, p. 07)

A partir da reflexão de Flax, chamamos atenção para a teorização freudiana que, por exemplo, constituiu um dos grandes golpes no ego da humanidade na medida em que esteve centrada na ideia de que todos os seres humanos seriam seres do inconsciente. Dito de outra forma, os seres humanos estariam muito mais sujeitos à sua condição enquanto sujeitos desejantes do que à razão como propunham o Iluminismo e sua precursora - a lógica cartesiana. Concordamos com Flax quando propôs em sua afirmativa que tanto a psicanálise quanto o pós-modernismo (mesmo que por vias diversas) solaparam a “crença e orgulho em uma excelência humana específica e definitiva — a razão”²⁷ (FLAX, 1990, p. 07).

Nogueira (2001a) destacou algumas críticas propostas por Flax (1990) quanto a determinadas crenças ocidentais que tem sua gênese na Era Iluminista. Por sua vez, dentre as críticas destacadas por aquela autora tomamos emprestadas as seguintes: 1) a crença na existência de um *self* estável e coerente; 2) a razão colocada enquanto premissa suprema da produção do conhecimento, sendo ela tida como garantidora de um saber supostamente objetivo, confiável e universal; 3) o conhecimento fincado a partir da premissa da racionalidade que arroga a si mesmo o status de neutro e dissociado de interesses particulares, supondo que por tal razão o saber produzido a partir daí seria socialmente benéfico; 4) a ciência tida como exemplo do que se supõe ser o uso correto da razão e paradigma para o conhecimento verdadeiro e apesar de supor-se neutra em seus métodos e conteúdos defende uma suposta utilidade social a partir de seus resultados; 5) e por fim a crença de que a linguagem seria

²⁶ Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?id=qii0REgJeUgC> > Acesso em: 22 dez 2014

²⁷ Tradução livre

transparente na medida em que os fenômenos e objetos por ela descritos não seriam produzidos por meio da linguagem ou socialmente construídos.

Consideramos importante trazer esses tópicos para refletir sobre os reflexos dessas influências ainda presentes em determinadas práticas comuns na psicologia. Em nosso entendimento, Flax (1990) e Conceição Nogueira (2001b) foram assertivas ao considerarem fundamental discutir os respingos do Iluminismo sobre a ciência moderna nos séculos XVII e XVIII uma vez que foram precursoras das ciências humanas e sociais que vieram a surgir no século seguinte exercendo sobre essas influência direta.

A fim de provocar certo estranhamento quanto a noção que de fato seja possível haver um self estável e coerente, baseamo-nos em Nogueira (2001b) que considerou a psicologia como forte influência para modelar e dar suporte às crenças dos indivíduos como entidades autocontidas. A exaustiva ênfase dada ao estudo das diferenças individuais além de provocar crises no interior da psicologia social, conforme já debatemos anteriormente, abriu espaço para que as diferenciações entre homens e mulheres fossem tomadas como importante variável para análise comparativa nos estudos da disciplina em detrimento de outras variáveis, ao nosso ver mais importantes como por exemplo os mecanismos que engendram as supostas tais diferenças. Reproduzimos a seguir as palavras de Nogueira afim de melhor esclarecer o seu ponto de vista

Esta visão centrada no indivíduo, determinou que se elevassem as ações individuais a determinantes, acima da influência do contexto onde as ações decorriam. A independência, a autonomia e as fronteiras de um Ego bem delimitadas, tornaram-se objectivos do desenvolvimento saudável. **Igualmente se pode considerar que a grande importância dada às diferenças individuais, surgiu desta ênfase no indivíduo, e no campo das diferenças, aquelas entre homens e mulheres foram, como já se referiu, as mais analisadas** (NOGUEIRA, 2001b, p.12 GRIFO NOSSO).

Quanto a crença da ciência enquanto representante de maior legitimidade da razão, por ter em seus métodos o que se suporia ser o meio correto e “objetivo” de seu manuseio, problematizamos, baseadas em Nogueira (2001a), não apenas a supremacia e validade real de dispositivos metodológicos construídos em uma determinada localização histórica (HARAWAY, 1995), mas também a dissimulação das influências e interesses dos sujeitos epistêmicos criadores e/ou operadores desses mesmos dispositivos.

Haraway (1995) em sua reflexão propôs que a objetividade seria corporificada. Logo, o saber produzido por essa objetividade seria localizado e parcial. Este elemento conceitual é extremamente útil para se pensar a historicidade dos conceitos, das categorias e do conhecimento produzido pela ciência e estabelece um contraponto à visão falaciosa de uma

objetividade que pretende transcender “acima de todos os limites e responsabilidades” (HARAWAY, 1995, p.21).

Pensar a objetividade a partir das perspectivas feministas críticas, de um modo geral, possibilitaria a produção de análises e saberes mais comprometidos politicamente (NEVES; NOGUEIRA, 2005). Haraway (1995) pontuou que “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (HARAWAY, 1995, p.21). A autora destaca que não existem visões inocentes e que a “objetividade feminista abre espaço para surpresas e ironias no coração de toda produção de conhecimento; não estamos no comando do mundo” disse Haraway (HARAWAY, 1995, p.38).

Sandra Harding (1993) por outro lado, refletiu sobre a necessidade de aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas, refletindo, a partir delas, sobre determinados aspectos e tomando as próprias instabilidades como “recurso de pensamento e prática” (p.11). Propôs, assim, que as categorias analíticas (obviamente pensadas a partir das teorizações feminista), não só poderiam como deveriam ser instáveis. “Teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais” (HARDING, 1993, p.11).

Consideramos, portanto, problemática a noção um conhecimento autodeclarado neutro, apolítico e isento. Nogueira observou que a ciência moderna teria legitimado “as preferências do poder” justificando para tal, posições normativas que seriam segundo ela muito mais valorativas do que mesmo “fatos científicos” (NOGUEIRA, 2001a, p. 45).

Ainda sobre algumas das intencionalidades da ciência moderna, Nogueira questionou o seu suposto desinteresse altruístico ao destacar o exemplo de que em alguns casos os resultados das pesquisas científicas foram utilizados para “provar de forma *ad hoc* o valor subjectivo das orientações das ideologias políticas. A ciência moderna foi acusada de ‘cobrir’ os abusos dos governos, nas sociedades democráticas e ‘trabalhar’ para a sustentação dos regimes totalitários” (NOGUEIRA, 2001a, p. 45). Gergen (2008) observou que determinadas teorias acerca do comportamento social poderiam se tornar em instrumentos de controle social “na medida em que um comportamento de um indivíduo é predizível, ele se torna vulnerável” (GERGEN, 2008, p. 478). O autor alertou para o fato de que esse conhecimento, nas mãos de alguns, pode ser transformado em poder.

Sendo a defesa de valores quase como “um produto inevitável da existência social” (GERGEN, 2008, p. 478) da qual dificilmente conseguiríamos nos dissociar enquanto participantes da sociedade, Gergen propôs que “talvez nossa melhor opção seja mantermo-nos

tão sensível quanto possível aos nossos vieses e comunicá-los tão abertamente quanto possível. A defesa de valores pode ser inevitável, mas podemos evitar mascará-la como reflexões objetivas da verdade”. (2008, p. 478)

Por fim, para descentrar a noção de transparência que é conferida à linguagem empregada para decodificar os fenômenos descritos pela ciência recorreremos à Foucault que, em “A Ordem do Discurso”, partiu da pressuposição de que em toda “sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (2013, p.8 - 9). Em sua analítica, o filósofo tomou como elemento chave as interdições operadas sobre os discursos que circulam em determinados meios e contextos históricos.

Para Foucault, o discurso estaria longe de ser transparente ou neutro. Dentre os interditos, sexualidade e política seriam elementos que de modo privilegiado exerceriam alguns de seus mais temíveis poderes (FOUCAULT, 2013). Para o filósofo, as interligações do discurso com o desejo e o poder estariam evidenciadas uma vez que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2013, p. 9 – 10). Para melhor justificar seu ponto de vista, Foucault recorreu à teoria psicanalítica afirmando que

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise demonstrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto que a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 2013, p. 10).

3.4. CONTRIBUIÇÕES DO(S) FEMINISMO(S) NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Muitos são os estudos²⁸ que buscaram demonstrar os efeitos negativos e ainda atuais, provocados pela herança positivista na produção e manutenção de conhecimentos, que produzidos sob a égide da pretensa neutralidade científica, funcionaram (e ainda funcionam) como mantenedoras da ordem estabelecida e um “estatuto menorizado das mulheres” (NOGUEIRA, 2008, p. 220). Não duvidamos da hipótese de que alguns estudos produzidos

²⁸ Para maiores esclarecimentos sugerimos a leitura dos seguintes trabalhos: NARVAZ, MARTA; KOLLER, 2006; NARVAZ, MARTHA GIUDICE; KOLLER, 2006; NEVES; NOGUEIRA, 2005; NOGUEIRA, 2001, 2008.

sobre as diferenças sexuais a partir das epistemologias experimentais em psicologia tenham operado de maneira muito mais prescritiva do que mesmo investigativa ou desprestigiada.

Dessa forma, buscamos nesse tópico fazer uma breve alusão às contribuições do feminismo acadêmico enquanto movimento contra-hegemônico à ciência tradicional por meio do recorte apresentado em Nogueira (2001b), antes, porém, situamos um pouco do enquadramento histórico do(s) feminismo(s) no decorrer de suas três ondas²⁹, e como as mesmas vieram a demarcar contribuições importantes para a construção de novos olhares em psicologia social.

3.4.1 Nas ondas do(s) Feminismo(s)

Conforme Nogueira (2001b) a primeira onda do feminismo esteve localizada em meados do meio do século XIX. A emancipação das mulheres, a reivindicação dessas enquanto cidadãs nos mesmos termos que os homens, o direito ao voto por parte das sufragistas constituíram preocupações centrais do que é considerado como o primeiro período da história do feminismo. A autora também chamou atenção para a circunscrição histórica que afetou diretamente esse momento do feminismo

No entanto, ainda durante o período da primeira vaga, é importante não esquecer a importância das duas grandes guerras para o movimento do feminismo e para a posição social das mulheres em geral. Com os homens a combater, foi pedido às mulheres que desempenhassem muitas das funções até aí atribuídas aos homens (NOGUEIRA, 2001b, p. 5).

No entanto, a autora observou que esta situação pode ser vista contraditoriamente uma vez que para algumas/alguns autoras/autores a inserção das mulheres nas indústrias e no mercado de trabalho, pode ter sido um fator mais importante para a emancipação das mesmas. Enquanto que para outros o fenômeno não foi mais que “apenas mais uma das situações, típicas de casos de emergência, onde as mulheres são requisitadas, para posteriormente, (quando deixa de ser necessário) se voltar a falar da sua importância e da relevância do desempenho dos seus papéis na família” (NOGUEIRA, 2001b, p. 5).

Na segunda onda, o feminismo ressurgiu no pós-guerra entre os anos de 1960 e 1970. Especialmente nos Estados Unidos e na França, as feministas norte-americanas enfatizaram a necessidade de “denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649), enquanto as feministas francesas “postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres” (p. 649), chamando atenção para a

²⁹ Divisão utilizada para apresentar uma divisão histórica do(s) feminismo(s) em três grandes momentos.

“especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada” (p.649). As propostas feministas caracterizadas por assumirem posição favorável à igualdade ficaram conhecidas como “o feminismo da igualdade”, enquanto as que destacaram “as diferenças e a alteridade” ficaram conhecidas como “o feminismo da diferença” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

Narvaz e Koller (2006) apresentaram de forma sintética uma leitura possível sobre o que viria a ser a terceira onda do feminismo. Reproduzimos o trecho a seguir:

Nos anos 1980, a crítica pós-modernista da ciência ocidental introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento. As feministas francesas, influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista que predominava na França, especialmente pelo pensamento de Michel Foucault e de Jacques Derrida [...], passam a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo. Surge, assim, a terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda), cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas - cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo *das e pelas* mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista - dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional [...]. O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. (NARVAZ, MARTA; KOLLER, 2006, p. 649)

3.4.2 O “efeito” Feminismo na Psicologia Social

Conceição Nogueira (2001b) apresentou em seu trabalho, um breve levantamento de estudos em psicologia que, datados desde 1910, já se desdobravam sobre a afirmação das diferenças sexuais. Para ela, em Psicologia Social a pesquisa “acerca das diferenças sexuais está historicamente associada ao desejo masculino de compreensão da natureza das mulheres” (NOGUEIRA, 2001b, p. 9), além de “imbuída de conflito e mistificação desde os seus tempos mais remotos” (NOGUEIRA, 2001b, p. 9).

De acordo com Nogueira (2001b), nesses estudos a afirmação reiterada das diferenças sexuais era tomada como justificativa para a suposta inferioridade das mulheres e as consequentes limitações a elas colocadas. Apesar de já mencionado aqui à exaustão, não seria demais lembrar que essas limitações estiveram quase sempre circunscritas em torno da exclusão das mulheres dos espaços públicos (esfera de ação), sendo essa uma das principais questões que impulsionaram (e ainda impulsionam) os movimentos feministas que historicamente tem reivindicado a igualdade social entre as pessoas independentemente do sexo que lhes seja atribuído.

Ainda de acordo com a mesma autora, tais estudos, além de reiterarem concepções depreciadoras e condicionantes das mulheres, forneceram rapidamente subsídio à formulação de teorias que postulavam a existência de “temperamentos masculinos e femininos” (NOGUEIRA, 2001b, p. 10). Foi dessa forma iniciado um “vasto programa de pesquisa sobre as diferenças sexuais” (NOGUEIRA, 2001b, p. 10). O que a nosso ver contribui para a psicologização de diferenças entre homens e mulheres a partir do desenvolvimento de estudos que buscaram implementar teorias da personalidade diferenciadas para homens e mulheres. Curioso notar que tais teorizações estiveram inadvertidamente pautadas na oposição das funções, à época, atribuídas a homens e mulheres e que demarcavam a oposição do exercício de suas funções nas esferas pública e privada. Dessa forma, para alguns estudos³⁰

A imagem de uma mulher [...] difere do homem pela sua emocionalidade mais rica e variada, que condiciona o seu comportamento quotidiano, sendo igualmente tímida, dócil, vaidosa e sem espírito de aventura, torna-se uma espécie de protótipo de temperamento que vem assim a constituir-se como norma para um grupo. Os temperamentos, para além de se tornarem o centro de gravidade dos grupos, o que permite o entendimento da variação individual, estão organizados em função da oposição entre esfera privada e esfera pública, família-trabalho. Estruturam a organização da divisão entre a esfera produtiva e a doméstica (NOGUEIRA, 2001b, p. 10).

Não seria, contudo, de causar estranheza os usos que seriam feitos de tais teorizações. A título de exemplo reproduzimos o seguinte recorte do trabalho de Nogueira (2001b):

Assiste-se ao assumir de disposições individuais consistentes e estáveis, os traços, sendo as personalidades femininas e masculinas tomadas a priori para justificar, por exemplo, a desigualdade no acesso a posições de chefia, supostamente requerendo traços instrumentais, logo masculinos (NOGUEIRA, 2001b, p. 11).

Conforme Nogueira (2001b) tais posicionamentos teóricos só vieram a sofrer abalos a partir da segunda onda do feminismo. Entretanto, não seria demais pontuar que a inserção do feminismo em solo acadêmico além de pouco receptivo foi alvo de resistências a níveis teóricos uma vez que suas críticas afrontavam diretamente os paradigmas positivistas absorvidos pela psicologia. Autodenominar-se feminista implicaria diretamente em assumir um posicionamento favorável a um grupo historicamente minorizado, as mulheres. Estaria, portanto formalizada uma postura não-neutra e frontal ante a psicologia fundamentada sob a égide da neutralidade e objetividade científicas (NOGUEIRA, 2001b).

Contudo, as críticas realizadas pelas feministas da segunda onda, apesar de questionarem os enviesamentos sexistas das pesquisas científicas que debruçaram-se sobre as

³⁰ Afim de obter maiores detalhamentos desses estudos recomendamos a leitura do trabalho de Nogueira (2001b).

diferenças sexuais, propunham que os enviesamentos androcêntricos dessas pesquisas só poderiam ser eliminados por meio da adesão rigorosa aos métodos normativos da ciência já existentes à época (NOGUEIRA, 2001b). Entretanto, por mais que, segundo Nogueira (2001b), as feministas daquela onda tenham questionado, em certa medida, alguns dos métodos científicos apontados por elas como incompletos, a normativa científica preexistente permaneceu inalterada e isenta de suas críticas (NOGUEIRA, 2001b). Esse momento histórico do movimento feminista acadêmico foi demarcado portanto pela defesa da adesão rigorosa das mesmas aos métodos científicos, uma vez que se supunha que o sexismo nas ciências se deveria a uma má ciência, distorcida pelas influencias sociais bem como de seus preconceitos fruto de falsas crenças, ignorância e superstições (NOGUEIRA, 2001b). Não obstante, outras influencias demarcaram os esforços feministas da segunda onda. Nogueira (2001b) apontou os trabalhos de Sandra Bem e Alice Eagly³¹ como exemplos de teóricas que representaram importantes influencias para a época por possuírem características de um feminismo do tipo mais socialista e liberal.

Apesar de terem assumido posturas essencialistas, como no caso do feminismo da diferença, de forma geral, as feministas da segunda onda assumiram um posicionamento de questionamento frente às velhas posições sexistas de uma ciência que historicamente se defendeu sob a justificativa de que “a procura do conhecimento científico supõe-se ser neutra, objectiva, desapaixonada e desinteressada (pelo menos em termos da perspectiva da ciência moderna), procurando proteger os resultados da pesquisa dos valores sociais dos pesquisadores e das suas culturas” (NOGUEIRA, 2001b, p.11).

Ora, assim sendo, mesmo que não intencionalmente, as estudiosas feministas ao auto-declararem-se contrárias à posição androcêntrica, minaram um dos grandes pilares positivistas da ciência – a neutralidade. Afinal, eram (talvez ainda sejam), mantidos sob a sua égide, velhos interesses e preferências do poder. “Na psicologia, o feminismo empiricista e o seu programa incidiu sobretudo na remoção dos enviesamentos sexistas e androcêntricos da pesquisa, mas permitiu ainda assim, que muito ficasse por questionar”. (NOGUEIRA, 2001b, p. 18). O feminismo terminou colocando para a psicologia, na verdade para as ciências humanas de modo geral, um questionamento crucial – a quem ou a quê serve uma psicologia supostamente neutra (despolitizada)?

³¹Bem, S. (1981). *Bem sex-role Inventory: professional manual*. Palo Alto: CAConsulting Psychologist.; Bem, S. L. (1993) *The Lenses of Gender*. London: Yale University Press.; Eagly, A. H. (1987). Sex differences in social behavior: A social-role interpretation. N.Y.:Erlbaum.

Consideramos, portanto, que os métodos supostamente neutros aplicados ao estudo das diferenças entre homens e mulheres mascararam uma intencionalidade que, apesar de aparentemente bem óbvia, merece ser mencionada: “Estas diferenças foram atribuídas a factores de ordem biológica, assumidas como naturais e moralmente correctas. As diferenças biológicas serviram para colocar as mulheres ‘nos seus devidos lugares’, isto é, na esfera familiar e nas relações de suporte afectivo” (NOGUEIRA, 2001b, p. 12).

Apesar de existirem um sem número de trabalhos que desmistificam a existência de diferenças entre as pessoas baseando-se tão somente no sexo biológico, Nogueira observou que “grande número de pessoas continuam a acreditar em distintos posicionamentos de homens e mulheres face à vida, atitudes relacionadas com o trabalho ou com a família, motivações, comportamentos e traços de personalidade” (2001b, p. 16). Sendo que as características associadas à independência, agressividade e dominação estariam para os homens, assim como afetividade, sensibilidade e gentileza estariam para as mulheres (NOGUEIRA, 2001b). Na verdade, conforme a autora, as pessoas sempre tiveram a tendência de crer nas diferenças sexuais, sendo a ciência social nesse contexto apenas mais um meio para (re)criar e reiterar tais credos por meio do desenvolvimento de teorias que se basearam apenas nas diferenças em detrimento das semelhanças (Nogueira, 2001b).

Mary Gergen (1993) avaliou que por mais que os empreendimentos intelectuais feministas tenham chegado à academia de maneira pouco receptiva, suas contribuições estariam cada vez mais sendo tornadas evidentes. Segundo a autora, vários empreendimentos intelectuais teriam sido, em diversos lugares, influenciados com a introdução dos estudos e críticas feministas. Provavelmente referindo-se aos países norte-americanos e talvez europeus³², Mary Gergen (1993) fez a seguinte observação:

O mundo acadêmico pode não ter recebido essas e outras contribuições de braços abertos, mas como está ficando cada vez mais evidente, empreendimentos intelectuais em toda parte foram influenciados com sua introdução. Tornou-se lugar comum a criação de cursos e programas de estudos sobre a mulher na universidade e a introdução de perspectivas feministas nas disciplinas ‘principais’ da pesquisa (GERGEN, 1993, p. 110)

Em nosso entendimento, o(s) feminismo(s), apesar de em muitos momentos ter(em) sido invisibilizado(s) pelas grandes narrativas sobre a história humana, influenciou grandes movimentos que impactaram profundamente as sociedades ocidentais. Seus impactos estão registrados nas ciências, nas políticas institucionais, nas práticas cotidianas de pessoas e coletividades e assim por diante. Mesmo que despercebidos (ou invisibilizados), seus

³² A autora não especificou a localização geopolíticas dos estudos e programas de pesquisa aos quais se referia.

desdobramentos foram refletidos em diversas práticas e setores. A exemplo disso, não poderíamos deixar de citar a possibilidade das mulheres de terem direito ao voto e participação nas diversas esferas políticas, sendo essas contribuições claras das reivindicações das feministas, especialmente das sufragistas que marcaram fortemente a primeira onda do feminismo em meados da metade do século XIX (BESSE, 1999; NARVAZ, MARTA; KOLLER, 2006); as denúncias e reivindicações dos movimentos feministas da segunda onda a partir dos quais se buscou efetivar o reconhecimento da igualdade legal/formal das mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2006) por parte dos Estados e lutou contra as opressões sofridas por elas no trabalho e na família, além de ter impactado profundamente a vida das mulheres ao incentivar sua emancipação e exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos após o advento dos métodos contraceptivos e conquista do direito ao divórcio (NOGUEIRA, 2001b).

Apesar de decorridos mais de 25 (vinte e cinco) anos da famosa publicação da historiadora Joan Scott no final da década de 1980³³ em que a autora identificou o gênero como uma importante categoria para análise (histórica, política, social e etc) das relações entre as pessoas, a insistência no dualismo baseado no sexo (construído sob a égide dos discursos anatômicos/biologizantes) ainda persiste. O conceito de gênero comumente associado “à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1991, p. 2), é por vezes (equivocadamente) utilizado como análogo ao conceito de sexo, ou relativo à mulheres³⁴ (SCOTT, 1991). Instável, o conceito de gênero vem sofrendo diversas influências de variadas perspectivas críticas, não sendo por tal motivo um conceito que possa ser considerado unívoco ou padronizável.

Nos debates de gênero atuais, há influências importantes como as de Joan Scott e Judith Butler - que partem de perspectivas críticas e discursivas com seus alicerces teórico-epistemológicos no pós-estruturalismo. Há também influências relevantes do pensamento pós-moderno, que em psicologia social tem sido bem representado pela abordagem do construcionismo social que tem caminhado “no sentido da valorização da construção social, histórica, cultural e politicamente comprometida da experiência humana” (NOGUEIRA; NEVES; BARBOSA, 2005, p. 5). Apesar de representarem posturas distintas, há por parte de

³³Versão traduzida para o português por Dabat e Ávila em 1991. (SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, 1991. Disponível em: <https://xa.yimg.com/kq/groups/23533422/1081670143/name/G%C3%AAnero-Joan-Scott.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2015.)

³⁴ Possivelmente o equivoco de associar o termo gênero como sinônimo de “mulher” se deva ao fato de que as discussões acerca do gênero tenham sido largamente enfatizadas por estudiosas feministas e pelos chamados “estudos das mulheres”.

ambas, posicionamentos claramente antiessencialistas posicionados contrariamente à tradição positivista nas ciências.

Joan Scott, por exemplo, influenciada pelas correntes pós-estruturalistas inspiradas em Foucault e Derrida, propôs uma nova forma de pensar o gênero, a partir de uma crítica a outras concepções que seriam incapazes de historicizar, por exemplo, a categoria sexo e o corpo (SENKEVICS, 2012a). Dessa forma, Scott colocou para as ciências sociais a utilidade analítica do conceito de gênero, indo além de um mero instrumento descritivo. Ela chamou a atenção para a necessidade de se pensar na linguagem, nos símbolos, nas instituições e sair do pensamento dualista que recairia nos binômios, sexo/gênero, homem/mulher, masculino/feminino (SENKEVICS, 2012a).

Conforme observou Nogueira (2001b) “talvez a ideia mais importante das perspectivas pós-modernas seja a negação da procura da verdade universal e absoluta” (p. 19) Verdade esta, outrora defendida pelo feminismo empírico/moderno da segunda onda, que abraçou sem maiores críticas a crença na existência de “um ‘indivíduo conhecedor’ estável e autônomo, a possibilidade de conhecimento objectivo e desinteressado, a existência de lógica, de racionalidade, de razão (independente de qualquer sistema social) e a crença na validade da linguagem para descrever a realidade” (Nogueira, 2001b, p. 19). Talvez seja essa uma das principais linhas que demarcam a distinção entre as feministas acadêmicas da segunda, da terceira onda. Não obstante, lembramos que esse é apenas um “aliás” dentre tantos outros possíveis sobre a(s) história(s) do(s) feminismo(s) em suas diferentes movimentações.

Apesar de muitas terem sido as contribuições do(s) feminismo(s) nas ciências e em outros espaços de pertencimento social, uma delas se fez indiscutível – “na psicologia, as feministas desafiam o que conhecemos acerca de homens e mulheres, questionando os resultados das pesquisas convencionais que contribuíram largamente para o significado de gênero” (NOGUEIRA, 2001b, p. 6).

Após essa breve localização, observamos que os diálogos entre Psicologia(s) e o(s) feminismo(s) têm ensejado enriquecedoras discussões. Por exemplo, os usos feitos da ciência no intuito de legitimar o desfavorecimento de grupos minoritários (GERGEN, 2008; NOGUEIRA, 2001a, b; 2008); a necessidade de historicização (SCOTT, 1991) e localização (HARAWAY, 1995) dos conceitos e das categorias empregadas nas pesquisas (HARDING, 1993); bem como a necessidade de re(avaliação) crítica constante da instituição dessas categorias e de seus usos (HARDING, 1993; NOGUEIRA, 2001b); a desfamiliarização de ideias profundamente arraigadas à produção do conhecimento em psicologia como as noções que propõem a existência de *selves* estáveis (NOGUEIRA, 2001a, b; SPINK e FREZZA, 2013)

e coerentes e de indivíduos autocontidos em si mesmos; as formulações de teorias da personalidade (NOGUEIRA, 2001b) que encapsulam e rotulam sujeitos; a questionável noção de neutralidade em psicologia e etc.

4. MÉTODO

4.1 ELEMENTOS GERAIS: TIPO DE PESQUISA, REFERENCIAL TEÓRICO PARA DESENVOLVIMENTO DAS ANÁLISES E OUTROS ELEMENTOS.

O presente estudo está caracterizado como sendo de natureza qualitativa, que costuma apresentar como um de seus principais objetivos a interpretação do fenômeno que observa, levando em conta o contexto do objeto pesquisado. Minayo (1994) descreveu as metodologias de pesquisa qualitativa como sendo aquelas que incorporam significado e intencionalidade como imanes aos atos, às relações e às estruturas sociais.

Construímos para a realização dessa dissertação um dispositivo analítico que privilegiou as epistemologias feministas como principal referencial teórico-metodológico para realização do procedimento analítico.

No Capítulo II dessa dissertação, foram apresentadas parcelas significativas dos referenciais teóricos que localizam o nosso trabalho nos campos da psicologia social (pós-moderna, crítica e alinhada à algumas das questões problematizadas pelo construcionismo social) e das epistemologias feministas. Entretanto, retomamos a seguir alguns aspectos essenciais para a delimitação metodológica da pesquisa.

A proposição de uma psicologia social pós-moderna construída dialogicamente junto às epistemologias feministas prevê, conforme vimos anteriormente, o rompimento com as pressuposições iluministas e a não dissimulação da politização dos saberes (GERGEN, 1993; 2008), que localizados historicamente e geograficamente (HARAWAY, 1995), refletem a posição dos sujeitos epistêmicos. Assim sendo, as autoras Conceição Nogueira e Sofia Neves (2005), à luz do construcionismo social, debateram a importância da reflexividade no processo de investigação. Sendo a reflexividade, conforme apontado pelas autoras, a aceitação da necessidade de atenção sobre o envolvimento pessoal de quem pesquisa no decorrer do processo de investigação como um todo. Devendo haver, por parte de pesquisadoras e pesquisadores, o desenvolvimento aguçado de uma consciência auto-reflexiva da interferência de suas identidades (ocidental, pertencente a determinado grupo étnico, uma determinada classe, gênero, dentre outras).

Dada a inadequação do empirismo e da objetividade positivistas na produção de conhecimento feminista (SPINK E FREZZA, 2013; GERGER, 1993; 2008; NOGUEIRA 2001a, b; 2008), Gergen (1993) defendeu a necessidade de emergência de novas ferramentas analíticas nas teorizações feministas. Entretanto, Gergen (1993) chamou atenção para o cuidado

de não incorrer no erro de inadvertidamente substituir a concepção androcêntrica do conhecimento empírico por visões que confirmam privilégios às feministas. Nesses termos, o autor defendeu a possibilidade de diálogo entre as epistemologias feministas e os pressupostos pós-modernos caminhando rumo a uma epistemologia social. Em última análise, o autor considerou que “torna-se cada vez mais compulsório ligar os argumentos da ciência ao processo social. À medida que as pensadoras feministas se movimentam nesta direção, encontram também vasto apoio em outros enclaves pós-modernos” (GERGEN, 1993, p.56).

Imbuída de preocupação semelhante à de Gergen, Sandra Harding (1993) refletindo sobre a história das mulheres na ciência, problematizou a incoerência de se pensar em uma história universal da “mulher” tomada enquanto categoria unívoca. Harding (1993) concluiu que se a ciência tradicional está calcada na experiência masculina, defender uma narrativa única sobre a história das mulheres implicaria na mera reprodução da lógica representativa androcêntrica que tomou como sujeito universal o homem, branco, heterossexual, europeu e burguês. Não nos esqueçamos de que a própria crítica feminista à ciência não é uma criação intelectual isolada, está corporificada, geralmente, nas experiências de algumas mulheres também brancas, heterossexuais, ocidentais e burguesas (HARDING, 1993).

Sandra Harding também influenciou nosso trabalho em outro aspecto - ao ponderar sobre a necessidade de aprendermos a aceitar e lidar com a instabilidade das categorias analíticas, refletindo, a partir delas, sobre determinados aspectos e tomando suas próprias instabilidades como “recurso de pensamento e prática” (1993, p.11). Propôs assim, que as categorias analíticas nas teorizações feministas, não só poderiam como devem ser instáveis, afinal “Teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais” (HARDING, 1993, p.11).

Em vez da busca pelas relações de causalidade e efeito dos fenômenos, preferimos a busca dos contrastes e das diversidades construídos nas e através das relações (NEVES; NOGUEIRA, 2003).

4.1.1 Primeiros passos e a delimitação do campo de pesquisa

Tendo sido o objetivo central desse estudo avaliar o diálogo examinar se há influências do(s) feminismo(s) e das teorias feministas e de gênero nas práticas das psicólogas que atuam na rede de enfrentamento à violência contra mulher no grande Recife, realizamos inicialmente

um mapeamento junto à Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco³⁵ em Dezembro de 2013, tendo por intuito localizar as principais instituições de referência no enfrentamento à violência que contassem com atuação direta de profissionais de psicologia em suas equipes.

Nesse levantamento foram localizados 07 (sete) serviços que atendiam aos nossos interesses de pesquisa. São eles: 1) Centro de referência Clarice Lispector; 2) Casa Abrigo; 3 e 4) 1ª e 2ª Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; 5) o Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM; 6) Serviço de Apoio à Mulher Wilma Lessa/Hospital Agamenon Magalhães e 7) Núcleo de Apoio à Mulher - NAM Maria Aparecida Clemente.

Serviço	Natureza do serviço
Centro Clarice Lispector	Centro de Referência de Atendimento à Mulher - CREAM
1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Juizado/Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Juizado/Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
Núcleo de Apoio à Mulher - NAM Maria Aparecida Clemente	Núcleo criado em parceria junto ao MPPE e o Ministério da Justiça, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), tendo por objetivo criar e estruturar núcleos que apoiem o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher ³⁶ .
Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM	O Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM/UPE, é uma maternidade vinculada a Universidade de Pernambuco – UPE, é referência no Estado no atendimento integral à gestante portadora de DST/HIV/AIDS, presta atendimento integral à saúde da mulher, da criança e apoio familiar.
Serviço de Apoio à Mulher Wilma Lessa/Hospital Agamenon Magalhães	Dispositivo de saúde especializado em pronto-atendimento. O Serviço de Apoio à Mulher Wilma Lessa é aberto 24 horas por dia, funciona no Hospital Agamenon Magalhães (HAM) ³⁷ .
Casa Abrigo Sempre Viva	A Casa Abrigo Sempre Viva tem o objetivo de garantir a integridade física, psicossocial e jurídica das mulheres, seus filhos e filhas entre zero e 12 anos, que se encontram em situação de violência doméstica e sexista e sob iminente risco de morte. ³⁸

Quadro 2 – Mapeamento da rede de enfrentamento à violência contra mulher do grande Recife quanto a natureza dos serviços prestados as usuárias.

Após esse levantamento iniciamos o processo de visitação às instituições, onde inicialmente foram apresentados a todas e todos profissionais de psicologia de cada uma das instituições, os objetivos da pesquisa por meio da apresentação e exposição de material informativo (ver anexo II) contendo os principais interesses da pesquisa. Em todas as visitas, foi ao final deixado além do material apresentado, uma cópia fidedigna do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo III); além de uma Carta de Intenção (Anexo IV)

³⁵ A Secretaria da Mulher (SecMulher) do Estado de Pernambuco foi criada pela Lei nº 13.205³⁵, de 19 de janeiro de 2007, é uma OPM estadual (organismo de política para as Mulheres) e vem consolidando desde então a política de combate e prevenção a violência contra mulher no Estado.

³⁶ Informação disponível no site do JusBrasil < <http://mp-pe.jusbrasil.com.br/noticias/2107042/mppe-inaugura-nucleo-maria-aparecida-clemente-de-apoio-a-mulher> > Acesso em 11/03/2014.

³⁷ Informação disponível em < <http://portal.saude.pe.gov.br/programas-e-acoes/servico-de-apoio-a-mulher-wilma-lessa/> > Acesso em 11/03/2014.

³⁸ Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-acoes/projetos/casa-abrigo-sempre-viva/>

contendo os dados das pesquisadoras envolvidas e formalização do convite para participação na pesquisa; e o comprovante de aprovação da pesquisa pelo Comitê de Pesquisa com Seres Humanos da UFPE gerado pelo site da Plataforma Brasil (Anexo V). Por fim, era feita a troca de contatos (endereços de email e/ou números de telefone) e agendada uma data para formalização por parte das e dos profissionais contatados se haveria interesse ou não em participar da pesquisa. Posteriormente, havendo o interesse de colaboração em nosso projeto, eram agendadas as datas de realização do procedimento de entrevista. Após essa etapa foi definido o número de interlocutoras que ficou distribuído da seguinte maneira:

INSTITUIÇÃO	Nº DE PSICÓLOGAS	Nº DE ENTREVISTADAS
Centro Clarice Lispector	03	02
1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	04	01
2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	04	01
Núcleo de Apoio à Mulher - NAM Maria Aparecida Clemente	01	01
Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM	03	01
Serviço de Apoio à Mulher Wilma Lessa/Hospital Agamenon Magalhães	07	01
CASA ABRIGO	02	02

Quadro 3 – Instituições participantes da pesquisa e número de profissionais por setor

4.1.2 Dos Instrumentos da Pesquisa

Para o procedimento de realização das entrevistas foram utilizados equipamento de gravação de áudio e um roteiro de entrevistas semiestruturadas (Anexo I).

As entrevistas semiestruturadas demonstraram ser o recurso que melhor se ajustou aos objetivos dessa pesquisa, tendo em vista a possibilidade que estas forneceram de elaboração prévia e cuidadosa de um roteiro que facilitasse a emergência dos conteúdos almejados (MINAYO, 1994).

As entrevistas foram compostas apenas por perguntas do tipo abertas, em que as interlocutoras eram convidadas a discorrerem livremente sobre às perguntas baseadas em roteiros padronizados e previamente elaborados. Para a elaboração dos roteiros nos baseamos nas contribuições de Minayo (1994) que defendeu a necessidade de as mesmas: 1) conterem questões que fizessem parte diretamente do delineamento do objeto; 2) possibilitarem a ampliação e aprofundamento e não cerceamento da comunicação; 3) contribuírem para a emergência das visões e juízos acerca dos fatos e das relações que compuseram o objeto. Ainda

segundo a autora, o roteiro de entrevista deveria conter poucas questões de modo à funcionar como um facilitador do que ela chamou de uma “conversa com finalidade” (p.99).

4.1.3 Da Estruturação do Roteiro de Entrevista

O roteiro de entrevistas foi estruturado de acordo com os objetivos geral e específicos da pesquisa, sendo que dependendo da natureza das instituições e do tipo de serviço por elas prestado, eram acrescentadas ou modificadas algumas das questões a serem debatidas. Dessa forma, estruturamos o roteiro de entrevista em quatro blocos de perguntas. Sendo o primeiro relativo ao objetivo geral da pesquisa, os demais foram desenvolvidos para atender aos objetivos específicos, a saber: a) compreensão das possibilidades de atuação das psicólogas dentro da rede de enfrentamento – a esse objetivo esteve alinhado o segundo bloco de perguntas; b) levantamento das possíveis influências exercidas pelos movimentos feministas e das teorias feministas e de gênero em suas práticas profissionais – à esse objetivo atendeu o terceiro bloco de perguntas; c) avaliação da inserção da psicologia dentro do contexto de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência – para esse objetivo foi desenvolvido o quarto e último bloco de perguntas.

O primeiro bloco foi subdividido em dois: a) Primeiro era solicitado que fosse feito o detalhamento de suas formações e percursos acadêmicos, tendo por objetivo identificar suas linhagens acadêmicas³⁹ e b) e segundo era solicitado às participantes que trouxessem um pouco de suas experiências profissionais fora do contexto acadêmico tendo em vista avaliar suas possíveis influências no exercício do trabalho que executam dentro da rede de enfrentamento a violência contra mulheres.

No segundo grande bloco de perguntas, buscamos realizar um levantamento detalhado das funções e atividades exercidas por essas profissionais levando em conta as principais dificuldades e desafios com os quais se deparam no exercício de suas funções bem como a relevância que as atividades por elas exercidas demonstram ter para o enfrentamento da violência contra às mulheres tomando como elemento de tensão o reconhecimento que elas julgam receber tanto por parte de colegas do setor que pertencem a outras profissões como da Secretaria da Mulher.

³⁹ Baseamo-nos na ideia de linhagens acadêmicas de Mariza Peirano (1992) definidas pelas perspectivas teóricas entre as diferentes gerações de acadêmicos. Ver PEIRANO, Mariza. Os antropólogos e suas linhagens. *Roberto Cardoso de Oliveira. Homenagem. Campinas: IFCH/UNICAMP.[Links]*, 1992. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_16/rbcs16_03.htm>. Acesso em: 18 mar. 2015.

Por se tratar de uma pesquisa intrinsecamente atravessada pelas epistemologias feministas e por entender que a atual conformação das políticas de enfrentamento a violência contra mulheres está diretamente influenciada pelos movimentos e debates feministas que tensionam, dentre outros aspectos, as assimetrias de poder existentes nas relações entre homens e mulheres, incluímos nas entrevistas as perguntas do terceiro bloco que tomavam como ponto a influência das teorias feministas em suas práticas profissionais. Além disso, foram elencados questionamentos sobre práticas e conceitos abrigados sob a égide dos paradigmas de algumas teorias psicológicas tradicionais bem como sobre os desafios enfrentados por profissionais da psicologia frente ao contexto de políticas públicas de saúde e sociais no qual se inserem as políticas de enfrentamento à violência contra mulheres.

4.1.4 Aspectos éticos da pesquisa

O projeto obedeceu às Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), conforme Resolução 466/12⁴⁰. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco e aprovado em 02 de julho de 2014. Somente após a sua aprovação, foram iniciados os procedimentos de coleta da pesquisa.

A participação de cada entrevistado/a na pesquisa só foi possível mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que obedeceu os requisitos também previstos nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, conforme Resolução 466/12.

A realização da pesquisa se baseou em três princípios éticos apontados por Spink (2000) os quais foram informados no momento que antecedia a realização das entrevistas. O primeiro princípio, segundo a autora, é o consentimento informado, ou seja, um acordo inicial que sela a colaboração que deve resultar na abertura de espaço para apresentar os objetivos, procedimentos e pressupostos que orientam a pesquisa. Mesmo havendo o consentimento informado por parte das entrevistadas, foi deixado claro as mesmas que em qualquer momento suas participações poderiam ser canceladas caso assim desejassem. Baseando-nos no segundo princípio apontado por Spink que trata do resguardo das relações de poder abusivas, cuidamos para que fosse estabelecida uma relação de confiança entre as interlocutoras e nós as pesquisadoras. As pessoas pesquisadas tiveram resguardados o direito da não-revelação das informações que desejaram manter em sigilo. Foi facultado as entrevistadas a possibilidade de

⁴⁰ Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em 29 mar 2014.

privarem-se de responder a quaisquer uma das perguntas feitas durante no decorrer da entrevista. O terceiro princípio ético referido por Spink (2000) se refere ao anonimato tendo sido rigorosamente firmado por nós o compromisso de garantir, dentro da medida do possível, a preservação das fontes de informação, resguardando o cuidado de não revelar informações que pudessem resultar na identificação das participantes da pesquisa.

4.1.5 Sobre o procedimento da análise

Foi utilizada a análise de conteúdo como recurso para análise do material obtido nessa pesquisa. Desse modo, foi possível uma análise de materiais produzidos a partir da comunicação das interlocutoras, foram também analisados documentos diversos das Secretaria de Políticas para as Mulheres da presidência da república, do Estado de Pernambuco e do município do Recife, como propagandas disponibilizados on line, dentre outros. A hermenêutica dos dados foi baseada na dedução e inferência proposta por Bardin (2004).

A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos diversificados aplicáveis aos discursos, que busca compreender criticamente os sentidos das comunicações (BARDIN, 2004), numa leitura que extrapola o mero conteúdo lexical dos materiais em análise. O processo de análise dos dados se constituirá em uma análise temática que de acordo com Bardin (2004) está dividida em três etapas:

- Pré-análise: Trata-se da fase da organização, seleção e escolha do *corpus* (no caso particular dessa pesquisa o *corpus* constitui-se pelas transcrições das entrevistas). Nesse primeiro momento a leitura deve ser flutuante, pois o intuito é estabelecer contatos mais iniciais com o texto, facilitando o surgimento de impressões que orientam a elaboração dos indicadores que servem para a interpretação dos resultados.
- Exploração do material: Fase onde se deseja categorizar e codificar as informações. É aonde se definem as categorias de análise.
- Tratamento dos resultados e interpretação: Os resultados brutos são tratados e permitem estabelecer quadros de resultados que destacam as informações fornecidas pelo processo de análise. Segundo Bardin (2004, p. 95) “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”.

Na fase de exploração do material foram realizadas três codificações das categorias analíticas. As primeiras leituras do corpus da pesquisa originaram a primeira codificação – as Categorias Iniciais, que consistiam em um levantamento provisório de possíveis categorias. Essa etapa permitiu a organização de blocos maiores que aninharam as categorias iniciais em eixos temáticos.

VISÃO GERAL DAS CATEGORIAS INICIAIS

EIXO	OBJETIVO DO EIXO	CATEGORIAS	OBJETIVO DA CATEGORIA
Eixo 1 Formação / Percursos Acadêmicos	Compreender a influência/ contribuição da formação das interlocutoras em suas práticas cotidianas	Formação acadêmica	Compreender o processo formativo acadêmico das interlocutoras e o rebatimento dessas formações em suas intervenções junto às mulheres em situação de violência
		Experiências profissionais	Compreender o percurso profissional das interlocutoras e o rebatimento dessas experiências em suas intervenções junto às mulheres em situação de violência
EIXO	OBJETIVO DO EIXO	CATEGORIAS	OBJETIVO DA CATEGORIA
Eixo_2 Psicologia no Atendimento às mulheres vítimas de violência	Compreender as possibilidades, contribuições, impasses e desafios da psicologia no campo do enfrentamento a VCM	Função Desempenhada	Identificar as funções exercidas por cada interlocutora por setor
		Tipos de Atendimento	Delimitar os tipos de atendimento psicológicos oferecidos
		Finalidade dos Atendimentos	Objetivos dos atendimentos
		Aporte Teórico	Identificar o viés teórico das interlocutoras
		Modelo Interventivo Adotado	Identificar os modelos interventivos adotados com base no aporte teórico adotado por cada interlocutora
		Técnicas Específicas	Identificar técnicas específicas empregadas pela interlocutora
		Contribuições do Setor Ao Enfrentamento À VCM	Compreender o lugar da psicologia nos dispositivos da rede de enfrentamento, importância e contribuições
		Dificuldades / Desafios	Identificação das principais dificuldades e desafios enfrentadas por cada interlocutora no desempenho de suas funções
		Dificuldades / Desafios Institucionais	Identificação das principais dificuldades e desafios institucionais enfrentadas por cada interlocutora no desempenho de suas funções
		Dificuldades / Desafios no Atendimento às Mulheres	Identificação das principais dificuldades e desafios enfrentadas por cada interlocutora no atendimento às mulheres usuárias da rede
EIXO	OBJETIVO DO EIXO	CATEGORIAS	OBJETIVO DA CATEGORIA
Eixo_3 Aproximações Teóricas e Metodológicas Entre Psicologia e Teorias Feministas.	Investigar/ Identificar as Possibilidades de Diálogo e Contribuições das Teorias Feministas e de Gênero no Campo de Atuação Psi no	Aproximação teórica com as TFG	Compreender a aproximação das interlocutoras com as TFGs
		Quais teorias conhecem/ dominam	Identificar quais teorias conhecem/ tiveram contato ou que possuem maior proximidade
		Rebatimentos das TFGs em suas práticas cotidianas	Analisar como o contato com as TFGs rebatem em seus atendimentos / atuação nos setores da rede

	Enfrentamento à VCM	Aproximação / participação em militâncias	Identificar se as interlocutoras participam ou já participaram de alguma militância feminista
		Posição da entrevistada frente ao feminismo	Identificar se a interlocutora se compreende como feminista ou não
		Diálogo entre psicologia e TFG	Analisar e discutir possibilidades de diálogo entre TFGs e psicologia
		Campo de tensão	Analisar e discutir as dificuldades de diálogo entre TFGs e psicologia, bem como os embates que tensionam a intersecção entre os campos
		Psicologia e política (feminista)	Discutir sobre a construção de uma psicologia politizada em favor das mulheres
		Temáticas de gênero durante formação em psicologia	Identificar se houve contato com as TFGs durante a graduação
		Importância das teorias (epistemologias) feministas e debate de gênero no processo formativo do profissional de psicologia	Compreender a importância / contribuição dos debates das TFGs no processo formativo em psicologia e de que forma ela é útil para repensar perspectivas androcêntricas em psicologia
		Neutralidade	
EIXO	OBJETIVO DO EIXO	CATEGORIAS	OBJETIVO DA CATEGORIA
Eixo_4 Contribuições da Psicologia Social no processo formativo de profissionais de Psicologia/ ou Inserção da psicologia no contexto de políticas públicas – contribuições da psicologia social	Compreender a importância da formação de psicólogas em temas de saúde pública/ ou contribuições da psicologia social na formação em psicologia	Temáticas de psicologia social e saúde pública na formação de psicólogas	Avaliar as contribuições da psicologia social no processo formativo das profissionais de psicologia
		Formação institucional / capacitação	Elencar as capacitações ofertadas pela Sec Mulher às interlocutoras bem como o rebatimento das mesmas na atuação das psicólogas na rede
		Psicoterapias e outros dispositivos de intervenção psicológica	Pontuar e discutir se há atribuições exclusivas ou abusivas (excessivas) das psicólogas dentro dos setores
		Dificuldades/ desafios da psicologia no campo das políticas públicas	Elencar os principais dificuldades que desafiam a atuação PSI em contextos de políticas públicas

Quadro 4 – visão geral categorias.

Em sequência, novas leituras permitiram o refinamento do corpus e das categorias, daí resultaram as Categorias Intermediárias.

CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS

CATEGORIAS INICIAIS	CONCEITO NORTEADOR	CATEGORIA INTERMEDIÁRIA
Formação acadêmica	Compreender o processo formativo acadêmico das interlocutoras e o rebatimento dessas formações em suas intervenções junto às mulheres em situação de violência	Perfil das profissionais da rede de enfrentamento à VCM: formação e percursos profissionais.
Experiências profissionais	Compreender o percurso profissional das interlocutoras e o rebatimento dessas experiências em suas intervenções junto às mulheres em situação de violência	

CATEGORIAS	CONCEITO NORTEADOR	
Função Desempenhada	Identificar as funções exercidas por cada interlocutora por setor	Contribuições da Psicologia para o enfrentamento da VCM: Categorização e tipos de atendimento; Possibilidades técnicas/ interventivas; Dificuldade e desafios institucionais e no atendimentos às usuárias da rede.
Tipos de Atendimento	Delimitar os tipos de atendimento psicológicos oferecidos	
Finalidade dos Atendimentos	Objetivos dos atendimentos	
Aporte Teórico	Identificar o viés teórico das interlocutoras	
Modelo Interventivo Adotado	Identificar os modelos interventivos adotados com base no aporte teórico adotado por cada interlocutora	
Técnicas Específicas	Identificar técnicas específicas empregadas pela interlocutora	
Contribuições do Setor Ao Enfrentamento À VCM	Compreender o lugar da psicologia nos dispositivos da rede de enfrentamento, importância e contribuições	
Dificuldades / Desafios	Identificação das principais dificuldades e desafios enfrentadas por cada interlocutora no desempenho de suas funções	
Dificuldades / Desafios Institucionais	Identificação das principais dificuldades e desafios institucionais enfrentadas por cada interlocutora no desempenho de suas funções	
Dificuldades / Desafios no Atendimento às Mulheres	Identificação das principais dificuldades e desafios enfrentadas por cada interlocutora no atendimento às mulheres usuárias da rede	
CATEGORIAS	CONCEITO NORTEADOR	
Aproximação teórica com as TFG	Compreender a aproximação das interlocutoras com as TFGs	Psicologia e (política) feminista: rebatimentos no processo formativo profissional; contribuições; militância; campo de tensão.
Quais teorias conhecem/ dominam	Identificar quais teorias (feministas e/ou de gênero) conhecem/ tiveram contato ou que possuem maior proximidade	
Rebatimentos das TFGs em suas práticas cotidianas	Analisar como o contato com as TFGs rebatem em seus atendimentos / atuação nos setores da rede	
Aproximação / participação em militâncias	Identificar se as interlocutoras participam ou já participaram de alguma militância feminista	
Posição da entrevistada frente ao feminismo	Identificar se a interlocutora se compreende como feminista ou não	
Diálogo entre psicologia e TFG	Analisar e discutir possibilidades de diálogo entre TFGs e psicologia	
Campo de tensão	Analisar e discutir as dificuldades de diálogo entre TFGs e psicologia, bem como os embates que tensionam a intersecção entre os campos	
Psicologia e política (feminista)	Discutir sobre a construção de uma psicologia politizada em favor das mulheres	

Temáticas de gênero durante formação em psicologia	Identificar se houve contato com as TFGs durante a graduação	
Importância das teorias (epistemologias) feministas e debate de gênero no processo formativo do profissional de psicologia	Compreender a importância / contribuição dos debates das TFGs no processo formativo em psicologia e de que forma ela é útil para repensar perspectivas androcêntricas em psicologia	
Neutralidade		
CATEGORIAS	CONCEITO NORTEADOR	
Temáticas de psicologia social e saúde pública na formação de psicólogas	Avaliar as contribuições da psicologia social no processo formativo das profissionais de psicologia	Psicologia Social, formação, psicoterapia e desafios da psicologia na atualidade.
Formação institucional / capacitação	Elencar as capacitações ofertadas pela Sec Mulher às interlocutoras bem como o reatamento das mesmas na atuação das psicólogas na rede	
Psicoterapias e outros dispositivos de intervenção psicológica	Pontuar e discutir se há atribuições exclusivas ou abusivas (excessivas) das psicólogas dentro dos setores	
Dificuldades/ desafios da psicologia no campo das políticas públicas	Elencar os principais dificuldades que desafiam a atuação PSI em contextos de políticas públicas	

Quadro 5 – Categorias Intermediárias.

Finalmente, já com as categorias aninhadas em eixos e devidamente conceituadas, criamos as Categorias Finais, que são a condensação das categorias intermediárias, em seus respectivos eixos. As Categorias Finais nomearam os tópicos das análises apresentadas no próximo tópico, o das análises. O quadro a seguir apresenta uma síntese da progressão das categorias, desde as iniciais até as finais.

SÍNTESE PROGRESSÃO ATÉ CATEGORIAS ATÉ AS FINAIS

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIA INTERMEDIÁRIA	CATEGORIAS FINAIS
Formação acadêmica	Levantamento do histórico profissional e acadêmico das profissionais da rede de enfrentamento à VCM: formação e percursos profissionais.	<i>O Profissional Também É Político: Percursos Acadêmicos, Profissionais e as Histórias de Vida das Mulheres “Psis” que Compõem a Rede de Enfrentamento à VCM.</i>
Experiências profissionais		
CATEGORIAS	CATEGORIA INTERMEDIÁRIA	CATEGORIAS FINAIS
Função Desempenhada	Contribuições da Psicologia para o	
Tipos de Atendimento		

Finalidade dos Atendimentos	enfrentamento da VCM: Possibilidades técnicas/ interventivas;	<i>Inserção da Psicologia na rede de enfrentamento à VCM: Demandas, contribuições, dificuldade e desafios.</i>
Aporte Teórico		
Modelo Interventivo Adotado		
Técnicas Específicas		
Contribuições do Setor Ao Enfrentamento À VCM		
Dificuldades / Desafios	Localização das demandas contribuições, bem como dificuldade e desafios institucionais e no atendimento às usuárias da rede.	
Dificuldades / Desafios Institucionais		
Dificuldades / Desafios no Atendimento às Mulheres		
CATEGORIAS	CATEGORIA INTERMEDIÁRIA	CATEGORIAS FINAIS
Aproximação teórica com as TFG	Feminismo e Psicologia – Rebatimentos no processo formativo profissional; contribuições teóricas, políticas e tensões.	<i>Psicologia e política feminista na rede de atenção às mulheres em situação de violência do Recife.</i>
Quais teorias conhecem/ dominam		
Posição da entrevistada frente ao feminismo		
Diálogo entre psicologia e Teoria Feminista		
Campo de tensão		
Psicologia e política Feminista		
Temáticas de gênero durante formação em psicologia		
Importância das teorias (epistemologias) feministas e debate de gênero no processo formativo do profissional de psicologia		
Neutralidade	Feminismo e Psicologia – Rebatimentos nas práticas profissionais das Psicólogas da Rede.	
Rebatimentos das TFGs em suas práticas cotidianas		
Aproximação / participação em militâncias		
CATEGORIAS	CATEGORIA INTERMEDIÁRIA	CATEGORIAS FINAIS
Temáticas de psicologia social e saúde pública na formação de psicólogas	Psicologia Social, formação, psicoterapia e desafios da psicologia na atualidade.	<i>Considerações sobre o fazer em Psicologia e a urgência de (re) construção de novos saberes.</i>
Formação institucional / capacitação		
Psicoterapias e outros dispositivos de intervenção psicológica	Psicologia em contextos de saúde e políticas públicas	

Dificuldades/ desafios da psicologia no campo das políticas públicas		
--	--	--

Quadro 6 – Síntese progressão até Categorias Finais.

4.2 LOCALIZANDO A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres construído pela SPM, além de amplo, privilegia atuações articuladas entre instituições/serviços governamentais, não-governamentais e comunidade (SPM-PR, 2011). A Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres deve, conforme diretrizes da SPM-PR (2011), visar o

Desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (SPM-PE, 2011, p.13).

Essa noção de Rede compreende ações que pretendem dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres numa perspectiva ampliada. Haja vista intervir não só sobre situações de violência previamente instaladas, indo além, norteia suas ações a partir dos pilares da prevenção, do empoderamento e da (re)construção da autonomia de mulheres em situação de violência, tendo em vista a construção de mecanismos para rompimento de ciclos cronificados de violência.

Em síntese, a rede de enfrentamento tem por objetivo efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres⁴¹:

- Combate,
- Prevenção,
- Assistência e
- Garantia de direitos.

A fim de contemplar esses propósitos, a rede de enfrentamento é composta por vários agentes sociais governamentais e não-governamentais, dentre eles:

Formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres (organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimentos de

⁴¹ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília:** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 205 p. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_PNPM.pdf >.

mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres etc.); serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; universidades; órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (que compõem a rede de atendimento) (SPM-PR, 2011, p. 13-14).

4.2.1 Rede de Atendimento à Violência contra as Mulheres

Já a rede de atendimento pode ser compreendida como o eixo da “assistência” de atuação da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, conforme previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A conceituação apresentada pela SPM-PR (2011) sobre a Rede de Atendimento é particularmente útil para compreensão dessas distinções:

Refere-se ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e à integralidade e à humanização do atendimento. Assim, é possível afirmar que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência é parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, contemplando o eixo da “assistência”. (SPM-PR, 2011, p. 14. GRIFO NOSSO).

O eixo da assistência, segundo prevê a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, objetiva:

[...] garantir o atendimento humanizado e qualificado àquelas em situação de violência, por meio: i) da formação continuada de agentes públicos e comunitários; ii) da criação, reaparelhamento ou reforma de serviços especializados (Casas abrigo, Centros de Referência, Centros de Reabilitação e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher); e iii) da constituição/fortalecimento da Rede de Atendimento a partir da articulação dos governos – Federal, Estadual, Municipal – e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento. (SPM-PR, 2008, p. 94).

Dessa forma, conforme normatizações e diretrizes da SPM-PR (2011), a rede de atendimento à mulher em situação de violência está dividida em quatro setores/áreas principais:

- Saúde,
- Justiça,
- Segurança pública e
- Assistência social

Sendo composta por duas categorias de serviços:

- Serviços não-especializados de atendimento à mulher – geralmente são a porta de entrada da mulher na rede, como hospitais gerais, serviços de atenção básica, PSFs (programa saúde da família), delegacias comuns, polícias militar e federal, Centros de Referência de Assistência Social/CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social/CREAS, Ministério Público, defensorias públicas (SPM-PR, 2011, p. 15);
- Serviços especializados de atendimento à mulher – são aqueles que “atendem exclusivamente a mulheres e que possuem expertise no tema da violência contra as mulheres” (SPM-PR, 2011, p. 15).

Fazem parte dos serviços especializados:

Os Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de Saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante (SPM, 2011, p. 15-16).

Apresentamos a seguir um quadro síntese que esquematiza as especificidades da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento à Violência Contra Mulheres.

REDE DE ENFRENTAMENTO	REDE DE ATENDIMENTO
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência /Atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e nãoespecializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Quadro 7: Principais Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência⁴².

⁴² Extraído de: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília:** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 205 p. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_PNPM.pdf >

4.3 INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VCM: DEMANDAS, CONTRIBUIÇÕES, DIFICULDADE E DESAFIOS.

As entrevistadas da presente pesquisa estão distribuídas entre os setores da assistência social, saúde e justiça da rede especializada de atendimento à violência contra mulheres.

- a) Assistência Social – Casa Abrigo e Centro de Referência Clarice Lispector;
- b) Saúde – Cisam e Wilma Lessa;
- c) Justiça – Núcleo de Apoio à Mulher (NAM), 1ª e 2ª Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher.

Nos serviços especializados da Assistência Social as interlocutoras desenvolvem atividades que passam pelo atendimento direto às mulheres que chegam aos serviços. Os atendimentos podem envolver, em algumas situações, apenas uma escuta associada ao aconselhamento, acolhimento e *rappport*, sem visar o estabelecimento de vínculos terapêuticos. Como também, há casos aonde, de acordo com a demanda e as possibilidades da usuária que chega ao serviço, podem ser realizados atendimentos sistemáticos para os quais são empregadas técnicas que passam pela intervenção em crise, mas que não podem ser caracterizados como psicoterapia.

No setor da saúde as entrevistadas realizam atendimentos diretos às mulheres que chegam ao serviço relatando queixas de agressões físicas e sexuais. Assim como no setor da saúde, são realizadas intervenções em crise geralmente apenas durante o tempo de internação da mulher no serviço, podendo a mesma ser posteriormente encaminhada para algum outro dispositivo interligado à rede de saúde que disponha de atendimentos psicológicos, muito embora não seja um procedimento comum, uma vez que, segundo uma das interlocutoras, os serviços para os quais as mulheres são encaminhadas não têm dado devolutivas sobre o andamento dos casos. Em algumas situações, também raras, há, segundo a mesma interlocutora, a realização de encaminhamentos para algum outro dispositivo da rede de enfrentamento da violência contra mulher.

Nos setores da justiça as atividades exercidas pelas psicólogas entrevistadas se apresentam de forma bastante mista, variando inclusive entre os setores com atribuições semelhantes. Tanto nas Varas quanto no NAM (Núcleo de Apoio a Mulher), as interlocutoras

atuam de forma direta no apoio das atividades das/os magistradas/os desses serviços, podendo prestar atendimentos diretos às mulheres ou não.

Setor/ Área	Atividades gerais
Assistência Social	Realização de atendimentos psicoterápicos ou não; Apoio e orientação junto as demais profissionais que integram as equipes multidisciplinares.
Saúde	Realização de plantões psicológicos; atendimentos de apoio, orientação e acolhimento das usuárias; Psicoterapia breve; e encaminhamento para outros dispositivos.
Justiça	Apoio direto as magistradas e magistrados; Emissão de laudos Psicossociais; Desenvolvimento de pesquisas.

Quadro 8 – Atividades gerais exercidas pelas psicólogas por setor/área da rede de atendimentos à violência contra mulher.

A seguir trouxemos as atribuições das psicólogas em seus respectivos setores de trabalho. Privilegiamos os dados extraídos por meio de suas falas. Dessa forma, optamos por reproduzir alguns dos trechos de suas falas sobre esse eixo temático tendo por finalidade dispor suas atribuições em quadros analíticos que facilitassem a compreensão das informações fornecidas. Iniciaremos com a análise por instituições, utilizando os recortes de suas falas de forma sistematizada. Observamos ainda que os trechos das falas podem conter símbolos e caracteres que pretendem reproduzir determinados aspectos da linguagem. Esses símbolos foram padronizados durante a fase da transcrição das entrevistas⁴³ e se encontram nos Anexos.

4.3.1 Clarice Lispector:

Quando perguntada sobre as suas atribuições no Centro, Carolina referiu a realização do primeiro atendimento, aquele em que a mulher chega ao serviço pela primeira vez, como sendo uma dos momentos mais importantes para sua entrada da mulher no serviço, sendo, portanto, para ela uma de suas principais atribuições:

Aqui no serviço de referencia nesse momento eu estou atuando no atendimento às mulheres e no primeiro atendimento que é um atendimento diferenciado. O primeiro atendimento que a gente faz à ela é um atendimento em que estão presentes assistente social, advogada e a psicóloga. É quando essa mulher chega e vai se preencher o prontuário e aquele momento que ela vai relatar pra gente a situação de violência que ela tá trazendo e também é nesse momento se que identifica as demandas que aquela mulher traz e já se faz algumas orientações.

⁴³ O mapa de caracteres utilizados nas transcrições das entrevistas encontra-se nos anexos – Anexo VI.

Ainda nesse primeiro momento “a gente de forma bem ampla faz essa primeira intervenção, dá as primeiras orientações pra posteriormente fazer encaminhamento do ponto de vista social e do ponto de vista jurídico”. O que Carolina referiu como primeiro atendimento é comumente nomeado em psicologia como plantão psicológico em que são realizados atendimentos de urgência (sem necessidade de agendamento prévio). Nessa modalidade de atendimentos são comuns as intervenções de apoio, acolhimento e aconselhamento. Nos encontros posteriores ao primeiro atendimento, ocorrem os atendimentos sistemáticos que possuem uma caracterização psicoterápica. Sobre esses atendimentos Carolina fez a seguinte consideração

O atendimento propriamente dito tem uma variação da quantidade de vezes que essa mulher vem. Como psicóloga a gente aprendeu lá na universidade sobre a atuação do psicólogo no consultório que assim que eu comecei a trabalhar comecei a perceber que não dava pra seguir aquele modelo... **Tem as especificidades daquela mulher em situação de violência e que ela traz a própria condição, a relação que estabelece com o contexto de violência** e interfere na forma como essa mulher chega aqui e a forma como ela transita pelo serviço de referencia e isso é muito claro pra quem trabalha nesse atendimento... Então esse atendimento vai acontecer dependendo da disponibilidade que essa mulher tem de vir pra cá do ponto de vista financeiro da relação da permissão entre aspas ou não dela sair de casa. A condição que ela tem pra chegar até aqui, enfim, envolve uma série de fatores. Então esse atendimento psicológico ele é sistemático, se estende, e tem uma frequência maior que o atendimento jurídico que é mais pontual e social também. Tem algumas demandas que agente trabalha em rede e junto com o serviço social se faz esse encaminhamento pra outros serviços que tão inclusos em outras secretarias. O atendimento psicológico tem mais frequência, uma permanência maior dessa mulher aqui no centro. (Carolina)

Nesse trecho da fala de Carolina, nos chamou atenção a observação da interlocutora sobre o fato de que as demandas emanadas a partir de sua atuação junto às mulheres lhe exigiram o esforço de desfamiliarização de alguns pressupostos das teorias aprendidas na graduação, tendo sido para ela necessário reformular sua atuação a partir de outras referências⁴⁴. Conforme vimos em seu histórico profissional, esses referenciais foram buscados pela entrevistada em sua especialização em gênero e políticas públicas. Segundo ela, essa tem exercido forte influência no processo de reformulação de sua postura teórico-prática. Apesar de não ser uma especialização voltada para as discussões do gênero e das políticas públicas especificamente em psicologia, o debate sobre esses conteúdos tem lhe possibilitado estabelecer diálogos que tem orientado um processo de reaproximação entre teoria e prática. Neves e Nogueira (2003) propuseram um contraponto entre as terapias mais tradicionais em psicologia e as terapias de orientação feminista. Em suas concepções, a distinção entre ambas consistiria principalmente no fato de que as primeiras seriam pretensamente livres de valores e, portanto,

⁴⁴ Entretanto, conforme apontado mais adiante, Carolina já havia estabelecido algum contato prévio com o(s) feminismo(s) durante os anos da graduação.

apolíticas, já as últimas, enfatizariam a importância dos sistemas de valores e aspectos políticos. Dessa forma, elas destacaram o seguinte:

Enquanto as terapias tradicionais recorrem a constructos intrapsíquicos para explicar a psicopatologia, as terapias feministas encaram a psicopatologia como resultado da opressão; enquanto que as terapias tradicionais reforçam os papéis sexuais tradicionais e promovem o ajustamento às normas sociais vigentes, as terapias feministas confrontam esses papéis e essas normas (NEVES E NOGUEIRA, 2003, p. 54)

Não obstante, há, em psicologia, profissionais que se utilizam de diferentes tipos de terapias e abordagens teóricas na sua prática profissional (psicanalítica, humanista, familiar, conjugal, cognitivo-comportamental, dentre outras) e buscam aproximar suas práticas interventivas aos seus princípios feministas. Desse modo, acabam por adaptar modelos mais ou menos tradicionais em procedimentos terapêuticos feministas (NEVES E NOGUEIRA, 2003). As posturas de Carolina, Mirela e Ane se aproximam mais dessa última perspectiva.

No trecho da fala que destacamos em negrito, Carolina apresentou a necessidade de empreender leituras e intervenções inclinadas à singularidade que cada caso requer. A interlocutora ressaltou sobre a relação que as mulheres estabelecem com o contexto da violência. Conforme visto no primeiro capítulo dessa dissertação, apesar de haverem por parte das autoras feministas pontos divergentes nas teorizações sobre o tema da violência contra mulheres, é lugar comum a negação de que haja uma vitimização presumível da mulher (GREGORI, 1993; GROSSI, 1994; SAFFIOTI, 2001; 2005; SANTOS E IZUMINO, 2005). Tomando como ponto que a violência se dá em contextos relacionais (GREGORI, 1993; GROSSI, 1994) deve-se levar em conta a posição que atrizes e atores assumem nas situações de violência (GREGORI, 1993; GROSSI, 1994; MEDRADO E MÉLLO, 2008).

Retornando às atribuições das psicólogas, Mirela, também do CREAM, enfatizou a importância dos atendimentos sistemáticos que segundo ela seriam “os atendimentos daquelas mulheres que já estão com frequência semanal ou quinzenal”. Segundo Mirela, nos primeiros atendimentos, que são sempre multidisciplinares, o foco estaria na anamnese e preenchimento de “um prontuário que é bastante extenso que contempla várias áreas”. A entrevistada ressaltou a importância de haver profissionais da psicologia no primeiro contato da usuária com o serviço uma vez que

Em alguns casos de primeiro atendimento, apesar de não ser algo muito comum de acontecer, a equipe tem que sair e eu fazer uma intervenção já naquele momento, por conta da situação em que a pessoa se encontra. Então a gente não sabe muito como vai acontecer não é? Não é uma coisa previsível... Você faz aquela escuta, aquele preenchimento de prontuário sobre perguntas e respostas, ela vai falar sobre a situação dela e vai falar sobre o que a trouxe aqui então isso mobiliza questões que necessitam uma intervenção naquele momento.

Além do primeiro atendimento e dos atendimentos sistemáticos, as psicólogas que se encontram disponíveis podem ser solicitadas durante os atendimentos realizados pelas colegas das outras áreas em que, por exemplo, pode acontecer “num atendimento jurídico, as vezes, uma descompensação e o pessoal solicita ‘entra aqui com a gente’, então tem muito esse contorno no atendimento” (Mirela).

Fora as atribuições internas ao centro, Carolina também referiu atribuições externas que são demandadas pela Secretaria da Mulher

Tem uma demanda da secretaria que é pra realização de um trabalho além do centro de referencia que é no abrigo pra meninas e adolescentes, crianças e adolescentes que é fora daqui do centro de referencia, mas também é uma trabalho focado na questão de gênero e violência e nesse momento eu estou me preparando pra realizar esse trabalho que é uma intervenção fora do centro de referencia que vai ser realizado com as usuárias do abrigo e com os profissionais.

4.3.2 Casa Abrigo:

Foram ouvidas duas psicólogas que atuam na Casa Abrigo Sempre Viva, Ana e Andréa. As funções atribuídas à psicologia nesse serviço, segundo as narrativas das entrevistadas, envolvem:

- Atendimentos individuais;
- Atividades em grupo;
- Trabalho em equipe multidisciplinar, como estudos de caso ou acompanhamento da dinâmica da casa, por exemplo;
- Assessoria à coordenação e equipe multidisciplinar⁴⁵.

Os atendimentos, individuais, os atendimentos em grupo e o trabalho em equipe multidisciplinar, incluindo os estudos de caso. Assessoria à coordenação e a outras pessoas da equipe também. O psicólogo ele tem um olhar diferenciado sobre aquela situação em que a mulher está vivenciando e aí a gente repassa. Tem algumas situações também que a gente repassa pra equipe para facilitar, para favorecer a condução daquele caso (Andréa).

Os atendimentos individuais realizados pelas psicólogas apresentam especificidades quanto a sua configuração, manejo e finalidade. Segundo uma das interlocutoras:

Nós fazemos atendimentos individuais às mulheres, mas não tem uma perspectiva de psicoterapia, de forma nenhuma, não tem como ter. A gente faz intervenções pontuais e sempre de apoio! Não são intervenções mobilizadoras. As mulheres estão na casa e

⁴⁵ Orientações e instruções sobre o manejo específico com cada usuária, tendo em conta suas demandas individuais e especificidades.

elas podem estar até por quatro meses, mas elas podem sair a qualquer momento (Ana).

As mulheres usuárias do serviço de abrigo podem permanecer na Casa Abrigo pelo período de até quatro meses, segundo Andréa e Ana. No entanto, situações como transferência ou desistência da mulher em permanecer na casa são iminentes. Logo, psicoterapias, mesmo que de apoio ou breve⁴⁶, estão desaconselhadas uma vez que psicoterapias podem se constituir enquanto processos altamente mobilizadores de angústia, ansiedade ou de conteúdos estressores e, por tal razão, requerem permanência no processo por períodos de tempo mínimos, que tendem a exceder o tempo de permanência das mulheres nas casas-abrigo.

I – Inclusive elas podem ser transferidas de uma unidade para outra a qualquer momento e qualquer momento é qualquer momento mesmo! Eu posso hoje trabalhar na sexta feira, mas na segunda, quando eu voltar, a mulher que eu estava atendendo pode não estar mais lá, ela pode ter sido transferida para outra unidade.

P – Por qual razão?

I – Às vezes o risco da mulher estar numa determinada unidade, a localização em que ela mora (...) então a secretaria da mulher ela tem várias unidades. Essas unidades elas estão distribuídas ao longo do estado. Se uma mulher é de uma determinada região e está numa determinada unidade e, digamos, ela precisou ser atendida numa unidade de saúde, então levamos ela até uma unidade de saúde, chegou na unidade de saúde e ela diz: “eu conheço aquela pessoa” é risco ficar naquela região, então a gente avalia e pode encaminhar essa mulher pra uma outra casa da secretaria pra garantir a segurança dela. Então isso pode acontecer. Digamos que hoje esteja acontecendo isso... E aí, nessa avaliação geralmente eu estou incluída, as psicólogas estão incluídas nessa decisão (Ana).

Nas Casas-Abrigo o enfoque psicoterápico é, portanto, substituído em favor de intervenções que visam o empoderamento dessas mulheres. Considerando que, conforme já visto, a Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulher, em uma perspectiva ampliada, visa promover ações que incidam sobre a prevenção e (re)construção da autonomia das mulheres em situação de violência, tendo em vista prevenir a recaída dessas mulheres nos ciclos da violência. As intervenções psicológicas realizadas junto às usuárias da casa devem visar o fortalecimento emocional, criação de estratégias de segurança considerando a necessidade de reinserção e retomada pela mulher de seus vínculos sociais. Deve-se considerar, inclusive, que a mulher, por vontade própria, retorne à relação com o agressor. Nesses casos, as intervenções das psicólogas não podem ter caráter prescritivo ou tentar induzir a mulher à tomada de determinadas decisões. Tendo como norte o empoderamento, o respeito aos desejos individuais das mulheres usuárias da casa fazem parte do próprio processo de fortalecimento emocional necessário para a construção de uma vida sem violência ou padrões de relacionamento abusivo.

⁴⁶ Psicoterapia de curta duração, geralmente já se inicia com uma previsão de termino ou número pré-estabelecido de sessões. Atua com foco em uma demanda específica.

Nas reflexões que eu vou construindo com elas, eu não vou dizer “não volte pro seu marido”... Não vou porque elas podem ainda gostar dele, elas podem ainda tá planejando isso, então o que é que eu digo? – Não aceite a violência! Perceba que se ele falar num tom mais alto dizendo que você não pode fazer alguma coisa, ele te DETERMINANDO algo, nisso ele já está iniciando uma violência... Perceba isso e não aceite. – Eu vou trabalhando isso com elas porque algumas querem voltar pro marido e se eu... Elas não vão me falar se eu começar a dizer – não volte –, elas não vão falar e eu não vou conseguir refletir com elas e construir possibilidades e alternativas, inclusive dizendo para elas que os serviços estão disponíveis para quantas vezes elas precisarem (Ana).

Devido às condições limítrofes e altamente estressoras que envolvem toda a situação de abrigo, tal como a suspensão temporária de seus vínculos sociais, o medo das ameaças sofridas, os efeitos psicológicos da violência, entre outros, as mulheres abrigadas podem apresentar quadros de adoecimento mental. Com base nos relatos das entrevistadas, não raro, mulheres em situações prolongadas de violência apresentam transtornos depressivos ou de ansiedade agudos, o que requer a realização de intervenções em crise⁴⁷ (intervenções de emergência), passando pelo apoio, acolhimento e supressão de ansiedade/ angústia. Quando há a identificação de que a usuária manifesta algum sofrimento mental mais sério, mesmo que decorrente da violência, o tratamento psicoterápico deve ser feito fora da casa-abrigo, em alguma unidade de saúde, considerando a inviabilidade da realização de psicoterapia nesse espaço.

Eu estou em atendimento com uma mulher que tem um quadro de depressão grave e instalada há muitos anos e ela nunca fez nenhum tratamento. Ela iniciou um tratamento na Casa porque ela já chegou com uma receita para uma medicação porque ela tinha passado por uma avaliação psiquiátrica três dias antes de ir pra Casa-Abrigo e aí eu comecei a fazer uns atendimentos a ela pra fortalecê-la numa perspectiva muito da intervenção da crise mesmo (Ana).

As atividades desenvolvidas em grupo têm por finalidade a promoção de reflexões sobre temas geralmente relacionados à violência. Os trabalhos em grupo junto às mulheres também são norteados pelo fomento ao empoderamento delas, buscando produzir reflexões sobre seus direitos. Por meio dos grupos também são promovidas atividades educativas que visam conscientizar sobre tipos de violência, naturalização de padrões de relacionamento abusivo, comportamentos violentos que as próprias mulheres possam reproduzir contra crianças e contra si mesmas, gênero, noções de funcionamento da própria rede de atendimentos à violência, etc.

Sobre o trabalho desenvolvido especificamente junto à equipe multidisciplinar Andréa pontuou que algumas situações demandam intervenção por parte delas. Seriam orientações

⁴⁷ A intervenção em crise é um método de ajuda indicado para auxiliar uma pessoa, uma família ou um grupo, no enfrentamento de um evento traumático, amenizando os efeitos negativos, tais como danos físicos e psíquicos, incrementando a possibilidade do crescimento de novas habilidades de enfrentamento reforçando a busca de opções e perspectivas de vida (AS, WERLANG e PARANHOS, 2008).

sobre as especificidades de determinados casos tendo por intuito compartilhar com a equipe possibilidades quanto a possíveis estratégias que possam facilitar a condução dos mesmos. A interlocutora falou brevemente sobre a necessidade de desenvolvimento dos estudos de casos. Entretanto, a falta de tempo e a carga horária de 40 horas semanais foram apresentadas por ela como um grande empecilho para a promoção dos estudos dos casos junto à sua equipe e às demais casas de abrigamento distribuídas pelo Estado. Andrea citou que houve algumas tentativas, todas frustradas em função da falta de tempo, de promoção de encontros com as demais equipes das demais casas abrigo do Estado objetivando a troca de experiências sobre a convivência e estratégias adotadas para com as usuárias do serviço.

4.3.3 Cisam e Wilma Lessa

Tanto o Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros - CISAM quanto o Serviço de Apoio à Mulher Wilma Lessa do Hospital Agamenon Magalhães, são serviços de saúde especializados no atendimento de casos de violência física e psicológica contra mulher. Nos casos de violência física sexual, ambos os serviços realizam a contracepção de emergência, prevenção do HIV e demais DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) e abortamento legal. Faz parte das atribuições da equipe de psicologia desses setores prestar apoio às usuárias, além de orientá-las sobre os procedimentos que a equipe multidisciplinar deverá adotar durante o período de acompanhamento. As psicólogas podem também esclarecer as mulheres sobre seus direitos, além de encaminhá-las aos serviços especializados e delegacias da mulher. Ambos os serviços fazem parte do Sistema Único de Saúde (SUS) e prestam, portanto, atendimento de forma gratuita à população.

No CISAM, as atividades do setor da psicologia se desdobram em atendimentos realizados nas enfermarias e ambulatórios da maternidade acompanhando mulheres gestantes, puérperas e violentadas sexualmente. No CISAM as psicólogas não realizam apenas atendimentos exclusivos aos casos de violência sexual.

Thaís, tendo sido bastante solícita, foi a única interlocutora do CISAM que se voluntariou a participar da nossa pesquisa. Ela faz parte de uma equipe que conta com apenas outras duas psicólogas para atender toda a demanda da maternidade. As três psicólogas desse setor foram formalmente convidadas, sendo que uma delas, apesar de inicialmente ter se prontificado a participar da pesquisa, após ler o material informativo deixado pelas pesquisadoras para facilitar o esclarecimento do que propunha o projeto (ver anexos II, III e IV), desistiu de participar das entrevistas. Na ocasião de sua desistência, justificou que as atividades que exerce no CISAM estão mais direcionadas ao cuidado e acompanhamento das

puérperas internadas o que em sua avaliação estaria fora do nosso objeto de interesse. Entretanto, percebemos já no primeiro contato, sua resistência à nossa pesquisa em função de sua inclinação feminista. Na oportunidade a citada demonstrou limitações pessoais para lidar com temas que foram surgindo enquanto Thaís explicava-nos, por exemplo, sobre os procedimentos abortivos previstos pela legislação brasileira, atualmente realizados pelo CISAM. Esclarecemos que em nossa primeira visita realizada ao setor de psicologia do CISAM, Thaís e a psicóloga desistente estiveram presentes e participaram igualmente da apresentação do material informativo do trabalho, enquanto que a terceira estava ausente e foi contatada apenas pela carta convite (Anexo IV) e demais materiais entregues ao setor (anexos II, III e V). A resistência demonstrada por algumas integrantes da equipe de psicologia para tratar do tema aborto, considerando que o CISAM se configura enquanto dispositivo especializado em abortamento legal, sugere não só um problema de natureza ética, mas, também, de capacitação formativa.

A assistência às mulheres vítimas de violência sexual, compreendida enquanto ação de saúde, inseriu no cotidiano dos serviços de saúde temas como aborto, violência sexual e doméstica, dentre outras temáticas relativas ao gênero, que têm se configurado como de difícil compreensão para os profissionais (SOARES, 2003). Para algumas autoras (SOARES, 2003; D'OLIVEIRA E SCHRAIBER, 1999) tal problemática pode sugerir que o despreparo para lidar com estas questões pode ter relação com uma formação teórica e prática inadequadas.

A falta de capacitação e do conseqüente [sic] domínio de instrumental teórico e prático para tratar dos agravos resultantes da violência sexual, uma vez que este tema não faz parte da formação acadêmica dos profissionais de saúde, junto à crença de que esta não é uma problemática pertinente ao setor saúde (SOARES, 2003, p. 400).

Vale o adendo de que o Código de Ética Profissional da Psicologia, em seus Princípios Fundamentais, determina que “o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Ainda de acordo com o Art. 2º do referido código, à/ao psicóloga/o é vedado “praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão”; ou ainda, “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais” (CFP, 2005, p. 07). Logo, é possível concluir que aos profissionais de psicologia, no exercício de suas funções, é vedado qualquer tipo de ato que legitime ou reforce as opressões que pesam sobre as mulheres. Apesar da obviedade, vale a ressalva de que tal determinação se estende a toda categoria de psicólogas(os), independente de suas áreas de atuação.

Em nota oficial⁴⁸ o Conselho Federal de Psicologia – CFP publicizou seu posicionamento com relação ao aborto da seguinte maneira:

O CFP se posiciona conforme os Tratados Internacionais assinados pelo Estado brasileiro, nos quais o governo se compromete a garantir o acesso das mulheres brasileiras aos direitos reprodutivos e aos direitos sexuais, referendando a autonomia destas frente aos seus corpos.

Além de reconhecer os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, bem como a autonomia das mesmas sobre seus corpos, o CFP posiciona-se favorável a ampliação dos debates acerca da descriminalização do aborto no Brasil: “o conselho também segue os encaminhamentos do VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP), entre eles a discussão dos Projetos de Lei que regulamentam o aborto seguro e a garantia do diálogo com os movimentos que lutam pela legalização do aborto”.

O espectro de funções exercidas pela psicologia no setor é amplo e não se restringe ao atendimento de casos que envolvem violência sexual/ abortamento. Thaís esclareceu que:

A gente faz o acompanhamento das gestantes e puérperas internadas, seja ela numa situação só de parto, de enfermaria, de enfermaria canguru, ou de mulheres e meninas vítimas de violência sexual.

Como Thaís transita entre a urgência e o ambulatório da maternidade, em alguns casos ela continua prestando apoio psicoterapêutico às mulheres violentadas após receberem alta da urgência. Segundo a mesma, quando isso ocorre, ela não estabelece um número de atendimentos às usuárias de modo que as mesmas podem permanecer em atendimento por tempo indeterminado.

Ane, também a única interlocutora do seu setor, informou sobre o papel da psicologia no Wilma Lessa. Ane avaliou que suas atividades e demais colegas, está geralmente muito voltada para o apoio, intervenção em crise e acolhimento das usuárias, especialmente no momento do primeiro encontro das mulheres com o serviço. Conforme informado por Ane, as mulheres atendidas lá podem ser vítimas de violência física sexual ou não. São casos que geralmente envolvem espancamentos e/ou estupros. Essa seria, portanto, uma das diferenças entre as atribuições do CISAM e do Wilma Lessa quanto ao atendimento especializado às mulheres em situação de violência, já que no CISAM não são atendidas mulheres que sofreram outras violências que não incluam a sexual. Muito embora não seja uma atribuição prevista para o setor, Ane, assim como Thais do CISAM, relatou que em alguns casos ela permanece prestando atendimentos às usuárias mesmo após terem recebido alta do serviço.

⁴⁸ Disponível em: <http://site.cfp.org.br/posicionamento-do-conselho-federal-de-psicologia-sobre-o-aborto/>

4.3.4 1ª e 2ª Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher.

Os Juizados são instâncias especializadas para a aplicação da Lei 11.340/2006 (conhecida como Lei Maria da Penha), cuja criação é uma recomendação presente nos artigos 1º e 14º da mesma lei. Em síntese, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça ordinária (comum), possuem competência cível e criminal. São responsáveis por processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Convém observar que, após a aprovação da Lei 11.340/2006 e já havendo a implantação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, “em Pernambuco, a partir da Lei Complementar Estadual nº 209, de 02 de outubro de 2012, a denominação ‘Juizado’ foi substituída por ‘Vara’ tendo em vista dar uma maior clareza à comunidade jurídica no que tange aos trâmites internos” (CINTRA e PAULO, 2014, p. 994).

A porta de entrada da mulher às Varas é a delegacia, seja ela especializada de atendimento à mulher ou não. O agente policial, depois de cumprir as exigências previstas no artigo 12 da Lei nº 11.340, deverá remeter (no prazo de 48 horas) o inquérito ao juízo competente que analisará, em caráter liminar, os pedidos feitos pela denunciante (TJDFT, 2006).

O § 1º, do art. 19 da mesma Lei, determina que as medidas protetivas de urgência poderão ser concebidas de imediato pelo Juiz, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, que será prontamente comunicado. A despeito da importância das Varas para o enfrentamento da VCM, em especial nos casos em que envolvem risco. Nossa pesquisa pôde identificar descompassos e desafios que desembocam no encalhamento de processos que, em tese, demandariam resposta imediata da justiça. Maria, entrevistada da 2ª Vara, sinalizou que:

Muitos crimes denunciados em delegacias brasileiras, fora os que nunca foram denunciados, não cheguem a ir pra justiça porque simplesmente as delegacias não conseguem fazer um inquérito que dê pra se mover que dê pra alguém fazer alguma coisa, então... Dizem que quando chega na mão da promotoria a promotoria não tem como oferecer denuncia porque tá faltando tudo.

No entanto, a despeito disso, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal — TJDFT, sobre os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, orienta que nos casos em que os inquéritos forem enviados incompletos, o juiz de plantão deve indeferir os pedidos, remetendo-os às varas competentes para distribuição. O processo precisa ser autuado e enviado ao

Ministério Público para as providências cabíveis, que podem ser a denúncia, o retorno à delegacia para novas diligências ou o pedido de arquivamento⁴⁹.

Na figura a seguir esquematizamos a tramitação dos processos, bem como o funcionamento das Varas:

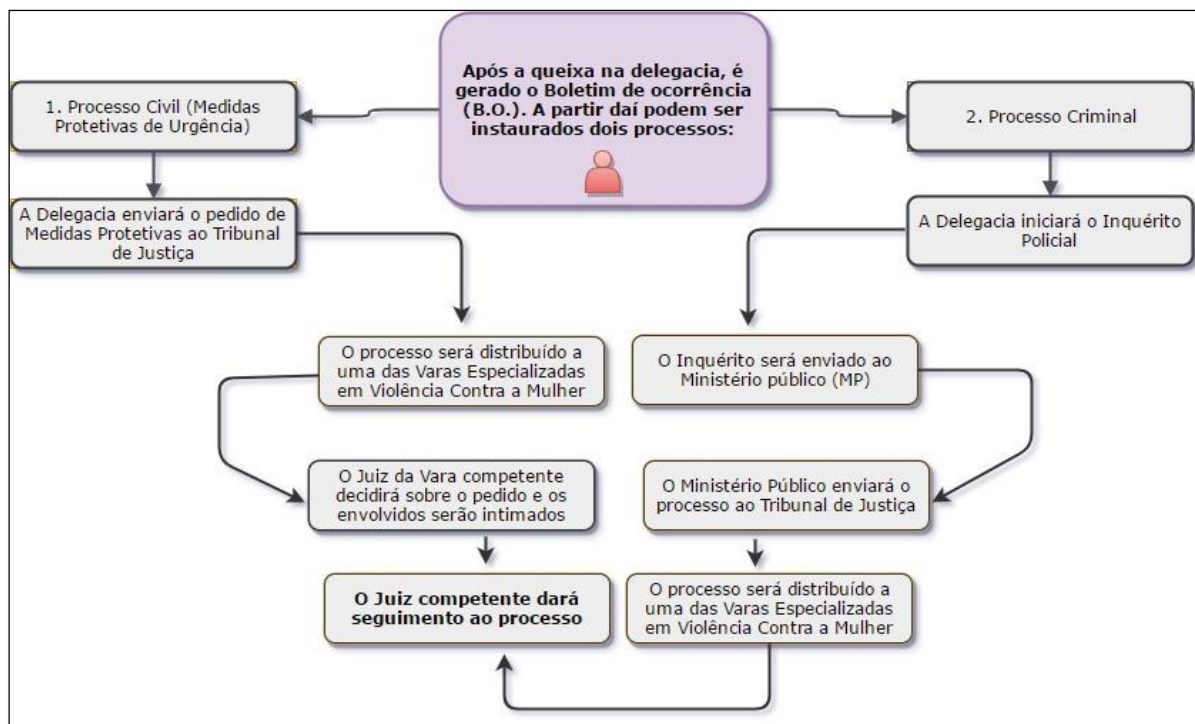


Figura 1 – Tramitação e funcionamento das Varas⁵⁰

Em seu Artigo 30, a Lei 11.340/2006 determina sobre as atribuições das equipes psicossociais das Varas:

Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes (BRASIL, 2006).

A 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher atua exclusivamente em casos de violência atravessados pela questão de gênero. As atividades da psicologia nesse setor atendem integralmente às atividades previstas na Lei Maria da Penha – LMP: a) estudos e

⁴⁹ Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher — TJDF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/acesso-rapido/informacoes/perguntas-mais-frequentes/juizado-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

⁵⁰ Informações extraídas de: <http://www.tjpe.jus.br/web/varas-da-mulher/como-funciona>

avaliações psicossociais que possam subsidiar as decisões das/os magistradas/os; b) avaliação de casos que envolvem risco para filhos menores de pais e mães em situação de violência; c) desenvolvimento de trabalhos educativos junto aos homens em cumprimento de sentenças; e d) desenvolvimento do projeto caminhos, que atua especificamente junto às mulheres que chegam à Vara.

Dentro do contexto da lei Maria da Penha a equipe trabalha tendo em vista fazer estudos psicossociais para subsidiar as decisões das magistradas daqui (...) nos são remetidos processos que envolvem crianças e adolescentes, com menos de dezoito anos, para saber se aquele contexto de violência é também um contexto de risco pra aquelas crianças e adolescentes e a gente faz um estudo da situação para verificar e opinar tecnicamente para saber se realmente aquela violência familiar ou contra a mulher estaria causando também danos ou riscos para aquelas crianças. A juíza dá a medida protetiva a favor da mulher, mas ela só dá a medida protetiva em relação aos filhos mediante esse estudo psicossocial. Então de cara ela não afasta esse agressor da possibilidade de ter acesso aos filhos (Martha).

As psicólogas da 1ª Vara integram o único setor, dentre todos os pesquisados, que desenvolve ações educativas junto aos homens envolvidos nos processos que chegam à Vara.

Então, além dos pareceres que a gente faz, também desenvolvemos um trabalho com os homens que passaram pelo julgamento e tiveram suas penas e prisão transformadas em penas alternativas, que é uma pena de prestação de serviço para a comunidade. A juíza determinava essa prestação de serviço à comunidade e quando terminavam essa prestação de serviço eles vinham pra cá todos os meses pra participar de um trabalho em grupo onde se trabalhava a questão da violência questão de gênero, violência urbana e demais questões que fossem relativas a essa cultura. Questão de drogas também que as vezes tem influência no aspecto da violência. Nesse grupo a gente discute essas questões que também são trazidas da parte deles. Demandas espontâneas sobre outras temáticas e aí a gente trabalha com esses homens aqui uma vez por mês quando eles vêm assinar. Eles são obrigados a vir uma vez por mês para assinar uma ata de frequência para dizer que ele está presente e para dar uma satisfação à justiça. (MARTA).

Além dos pareceres e trabalhos educativos realizados junto aos homens, as psicólogas da Primeira Vara também desenvolvem trabalhos paralelos com as mulheres envolvidas nos processos que chegam para a Vara. Esse projeto foi batizado com o nome de “Caminhos”, seu propósito central é tornar a mulher ciente de quais caminhos poderá trilhar a partir do momento em que faz a queixa por lesão corporal.

O objetivo era começar a falar com a mulher que foi prestar queixa na delegacia por lesão corporal e que esse processo ela não pode desistir. A gente queria desde já ter contato com essa mulher pra que ela pudesse ser orientada em todos os tramites que iria passar o processo dela, quais os passos que iriam ser dados, o que ela poderia fazer para agilizar, como ela poderia acompanhar e, também muito importante, falar pra essa mulher sobre a questão do ciclo da violência porque muitas vezes entre uma prestação de uma queixa e um processo quando chega para gente estudar há um lapso de tempo, quando a gente vai entrar em contato com esse casal ele já tem reatado seus laços novamente. Nesse processo a mulher se reaproxima, o homem se reaproxima, porque o ciclo da violência, ele tem essas fases de tensão, de explosão e de lua de mel. Muitas vezes quando a gente vai encontrar esse casal eles estão novamente nessa fase

de lua de mel, o que não impede de forma alguma que recomecem todo ciclo novamente. Essa mulher é informada, pra mostrar para ela que a qualquer momento que necessitar, ela pode fazer uma nova queixa, pode juntar essa queixa ao processo que já existe pra que realmente as coisas caminhem (MARTA).

Na 2ª Vara, assim como na primeira, são desenvolvidas atividades multidisciplinares, junto às Assistentes Sociais, para desenvolvimento de pareceres psicossociais que subsidiem as decisões das magistradas quanto à determinação de restrição de visitas aos filhos menores. Na 2ª Vara, ao contrário da 1ª Vara, as atividades desses profissionais tem se restringido à emissão de laudos e pareceres.

Na 2ª vara o trabalho da gente é de parecerista. Eventualmente se cogita se estender pra outras questões, mas o trabalho da gente é o de parecerista! (Maria)

A equipe psicossocial é solicitada para desenvolver estudos e pareceres em casos que envolvem não apenas filhas/os menores, mas também pessoas que moram numa mesma residência sem que haja, contudo, uma relação de conjugalidade.

É! A gente atua basicamente em duas situações diferentes. Uma que é (prevista) na Lei Maria da Penha, quando se tem restrição e suspensão de visita () aos filhos menores do casal que é uma das medidas protetivas possíveis e a juíza não defere sem o parecer psicossocial. Então quer dizer que são dois pareceres um psicológico e um (psicossocial) são solicitados em situações quando há conflito entre pessoas que moram na mesma residência, mas não necessariamente casadas, as vezes trata-se de um conflitos entre irmãos ou um conflito entre padrasto e enteada, laços de parentescos diversos.

Apesar de a interlocutora ter informado que as atribuições da Segunda Vara diferem das da Primeira Vara, observamos que essa diferenciação se dá muito mais em termos de dinâmica de funcionamento das equipes do que da atribuição de funções propriamente dita.

4.3.5 NAM

Ao chegarmos para o primeiro contato com o setor de psicologia do NAM fomos muito bem recebidas por Paula. Na oportunidade, Paula dedicou bastante atenção a apresentação do nosso material informativo e ao final já deixou acordado conosco sua participação na pesquisa. Conversamos sobre diversos temas relativos à violência contra mulher e à atuação da psicologia nesse contexto. Nossa conversa foi fluida e criou um ambiente propício para a realização da entrevista que se seguiu já na semana seguinte.

Para falar de suas atribuições no NAM Paula primeiro explicou que ingressou no setor por meio de concurso público prestado para ocupação do cargo de analista ministerial, tendo como pré-requisito formação de nível superior, não havendo exigência de formação em

psicologia, podendo o cargo ter sido ocupado por qualquer outro profissional portador de diploma de graduação em outras áreas.

Suas funções atualmente estão circunscritas ao subsídio das atividades do magistrado que responde pela equipe técnica do NAM. Ao contrário das interlocutoras das Varas, suas atividades não envolvem emissão de laudos ou pareceres psicológicos uma vez que no NAM não são feitos atendimentos diretos às mulheres em situação de violência. Suas atividades são sempre delegadas pelo juiz. Sua autonomia é relativamente limitada já que suas funções variam conforme as necessidades do magistrado chefe do setor, porém a forma como as executa ficam a cargo de sua decisão.

Dessa forma, suas atividades envolvem o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao tema da violência contra mulher; realização de palestras sobre o tema junto às entidades parceiras como pró-criança, Escola Superior do Ministério Público dentre outras; suporte e promoção de ações nas ruas de divulgação da Lei Maria da Penha em todo o Estado, interior e capital; Além das ouvidorias do 180 (Disque Denúncia) em que segundo Paula:

Nós recebemos as ouvidorias do 180. Diante da denúncia nós vamos entrar com os órgãos responsáveis da localidade. A delegacia, a promotoria e assim por diante. A gente entra em contato, eles vão atuar no caso e depois dão o *feedback* para a gente e nós devolvemos esse *feedback* para o 180. Então seria dar os encaminhamentos. Um exemplo seria as denúncias que chegam de cárcere privado.

Apresentamos a seguir um quadro contendo a síntese das funções exercidas pelas psicólogas em seus respectivos setores.

Serviço	Atuação das psicólogas nos serviços
Clarice Lispector	Realização de atendimentos dos tipos plantão psicológico e psicoterápicos breves e focais tendo em vista o empoderamento da mulher, elaboração de questões relacionadas ao gênero e superação da situação de violência; Realização de ações educativas em outras instituições.
Casa Abrigo	Atendimentos psicológicos, não-psicoterápicos, que envolvem escuta e aconselhamento. Monitoramento e supervisão das mulheres além de prestação de orientação da equipe técnica quanto à relação estabelecida com as mulheres no dia-a-dia do serviço.
CISAM	Plantão psicológico, prestação de orientação das mulheres quanto aos seus direitos e procedimentos adotados durante sua permanência na unidade de saúde. Atendimentos psicoterapêuticos e realização de possíveis encaminhamentos a outros dispositivos.
Wilma Lessa	Plantão psicológico, prestação de orientação das mulheres quanto aos seus direitos e procedimentos adotados durante sua permanência na unidade de saúde. Atendimentos psicoterapêuticos e realização de possíveis encaminhamentos a outros dispositivos.
1ª Vara	Elaboração de laudos e pareceres que subsidiem as decisões das magistradas quanto à emissão de medidas protetivas; Realização de estudos sobre as temáticas de gênero; Realização de atividades e oficinas educativas com os homens envolvidos nas situações de violência; Criação e realização do projeto Caminhos.
2ª Vara	Elaboração de laudos e pareceres que subsidiem as decisões das magistradas quanto à emissão de medidas protetivas.

NAM	Apoio às atividades do magistrado; desenvolvimento de pesquisas sobre o tema da violência contra mulher; realização de palestras e capacitações sobre essa temática; Suporte, organização e promoção de ações de rua de divulgação da Lei Maria da Penha em todo o Pernambuco; Intervenções a partir das ouvidorias do 180 (Disque Denúncia).
-----	---

Quadro 9 – atuação das psicólogas nos serviços⁵¹

4.4 PSICOLOGIA E POLÍTICA FEMINISTA NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO GRANDE RECIFE – PE

Conforme visto no método, na codificação desse bloco de perguntas objetivamos investigar se haveria influência do(s) feminismo(s) nas práticas das psicólogas entrevistadas. A fim de facilitar a compreensão da(o) leitora retomamos aqui as categorias condensadas no bloco de perguntas que gerou essa categoria final:

- Feminismo e Psicologia – Rebatimentos no processo formativo profissional,
 - Contribuições teóricas,
 - Política Feminista,
 - Tensões,
 - Militância.

Foram então feitas as seguintes indagações:

- 1) A interlocutora se considera feminista?
- 2) Participa ou já participou de algum movimento feminista?
- 3) A interlocutora já teve contato ou aproximação com teorias feministas e de gênero?
- 4) O que você pensa sobre neutralidade em psicologia?

Conforme Neves e Nogueira (2005) as metodologias feministas têm exercido influência sobre as ciências sociais. Na psicologia, são influências que repercutem nas reflexões teóricas e metodológicas de suas produções, dentre essas ferramentas as autoras destacaram a reflexividade como um instrumento analítico importante.

A reflexividade de que falam Neves e Nogueira, trata da responsabilização de quem pesquisa sobre o conhecimento que produz. Kenneth Gergen (2008) também tratou desse aspecto, conforme vimos no capítulo segundo, quando ele observou que na produção de conhecimento em ciências humanas e sociais a defesa de valores seria quase como “um produto inevitável da existência social” (GERGEN, 2008, p. 478). Para Neves e Nogueira (2003), a

⁵¹ Elaborado com base no conteúdo das entrevistas

reflexividade em psicologia deve estar presente não só na prática de investigação, mas também na intervenção científica. Nesse trabalho tomamos emprestado o conceito de reflexividade não só para pensar o nosso lugar na produção dessa pesquisa, mas também para pensarmos sobre como as afiliações teóricas e visões de mundo das nossas interlocutoras repercutem em suas práticas profissionais e no enfrentamento à violência contra mulheres em seus espaços de atuação.

Em quase todos os setores visitados observamos o engajamento das psicólogas na luta pelo enfrentamento a todas as formas de violação aos direitos das mulheres. Escutamos relatos emocionantes de trabalhos realizados de empoderamento das mulheres, de reflexão e de inclusão dos homens, por exemplo. No entanto, nem todos os setores demonstraram o mesmo engajamento nessa luta. A neutralidade reflete o “Sentimento de inutilidade plena e absoluta” relatado por uma das interlocutoras⁵² sobre seu trabalho na rede. Quando perguntamos a essa interlocutora se, de alguma forma, ela acreditaria na possibilidade de uma psicologia engajada na luta pelo enfrentamento à violência contra mulheres, obtivemos a seguinte resposta

I = Eu acho que se ela for politizada ou comprometida ela deixa de ser psicologia.

Além de defender uma posição de neutralidade na psicologia essa interlocutora apresentou uma leitura de gênero bastante diversa das apresentadas pelas demais interlocutoras. Destacamos um determinado trecho da entrevista em que sua concepção de gênero emergiu

P - O que você pensa sobre o lugar da mulher e do feminino na psicologia de uma forma geral? Me refiro às teorias psicológicas em que a mulher e o feminino aparecem sempre relacionados ao lugar de falta ou de inferioridade se comparadas aos homens?
I = Veja na teoria, na psicanálise o humano vem no lugar de falta. É uma coisa que é muito clara que esse lugar de falta e de castração é o lugar de todos, não é um lugar da mulher. **Se você disser que um homem e uma mulher podem se posicionar de formas diferentes em relação à castração aí SIM!** O homem e a mulher são igualmente castrados na teoria psicanalítica? Sim também!...

Sua leitura de gênero parece colada à questão da genitalidade e nos remete a famosa frase do pai da psicanálise “A anatomia é o destino” (FREUD, 1924, p.197). Em nosso entendimento uma noção de gênero intrinsecamente colada ao sexo biológico dos sujeitos ainda representa uma lógica a partir da qual são prescritos e engendrados padrões normativos de conduta que constroem feminilidades e masculinidades, homens e mulheres. A busca por explicações sobre a gênese psicológica das diferenças de gênero são encontradas em muitas teorias, sendo a psicanálise uma delas (NARVAZ, MARTHA GIUDICE, 2010).

⁵² Tomamos aqui o cuidado de ocultar alguns dados para evitar que pudesse haver identificação da interlocutora e do seu setor

Sexualidade e gênero passaram a constituir-se como grandes temas de interesse da psicologia a partir dos estudos da psicanálise de Freud. Sua teorização acerca da libido e demais energias pulsionais advindas do inconsciente tornaram-se conceitos centrais nos estudos da psicologia, especialmente no campo de estudos e intervenções clínicas. A representação de feminilidade da mulher castrada demarcada pela “falta”/“inveja” do pênis, reflete não só a noção de uma sexualidade instaurada a partir de uma perspectiva biologicista –anatômica mas que também incidiu sobre a instituição de um “sexo universal” – o falo (eminentemente masculino), uma vez que o clitóris seria representado na teoria freudiana como um órgão inferior análogo ao pênis.

Apesar de Freud ter estabelecido o inconsciente como pedra angular em sua teorização e, portanto, o primado do simbólico/imaginário sobre o “real”, o fundador da psicanálise não foi capaz de deslocar de fato sua teorização de uma perspectiva biologicista uma vez que recorreu às diferenças anatômicas para explicar a experiência diferenciada vivida por meninas e meninos durante a fase do complexo de Édipo. A feminilidade se constituiria no fim das contas a partir da constatação por parte da menina do “não ter” um pênis e seu análogo simbólico – o falo. Ao superar o suposto ódio contra a mãe castradora que lhe teria negado a possibilidade de ter um pênis, restaria à menina conformar-se com a sua “inveja do pênis” e com o lugar de passividade restados após aperceber-se enquanto “ser castrado” e incapaz de ocupar a posição fálica - ativa.

Na teoria em discussão, a conformação por parte da menina com o lugar de passividade (advindo da falta de um pênis/falo) seria fundamental para a aquisição por parte dela da feminilidade. Dessa forma, o lugar do feminino implicaria necessariamente em passividade e o masculino estaria, graças à posição de possuidor de um falo, associado à posição de atividade. Apesar de não constituir o foco do debate ao qual nos propomos, consideramos importante situar, de forma extremamente superficial e fragmentada, a teoria psicanalítica, tomando como ponto que a mesma enquanto discurso (mesmo que não unívoco):

Teve grande disseminação pelo discurso científico e social, o que tem, ainda hoje, sérias implicações nos discursos e nas práticas científicas e sociais relativas à constituição da subjetividade e da sexualidade humana. Referencial predominante e com maior poder de difusão no discurso social e nas disciplinas de Psicologia clínica dos cursos de graduação (NARVAZ, 2010, p. 3).

Ainda sobre a teoria psicanalítica, consideramos importante situar que autoras e autores psicanalistas (ver, por exemplo: ARÁN, 2003, 2009; NUNES, 2000; ROCHA, 2001) têm se esforçado para repensar o lugar da mulher, do feminino e da sexualidade na teoria originada em Freud. As autoras Márcia Arán (2003, 2009) e Martha Narvaz (2010), por exemplo,

problematizaram, à luz de autoras e autores como Foucault e Butler, a teoria freudiana da sexualidade enquanto dispositivo da matriz heterossexual instaurada sobre o modelo de diferenciação sexual no qual é sistematicamente reiterado o primado dos homens sobre as mulheres.

Zeferino Rocha (2001) avaliou criticamente a representação freudiana da mulher castrada “marcada por um a-menos” formulada em alguns escritos freudianos, a saber: “Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade” de 1905⁵³ e o artigo “As teorias sexuais infantis” de 1908⁵⁴, em que para Zeferino

As idéias [sic] que Freud [...] desenvolve sobre a sexualidade feminina não convencem e melhor teria sido que ele jamais as tivesse escrito. Freud, inegavelmente, era um homem de seu tempo. Mas custa acreditar que um inovador que, em tantos pontos, esteve muito além de seu tempo tenha defendido a tese da inferioridade da sexualidade feminina, quando comparada com a masculina. De fato, nos textos [...] a sexualidade da mulher tem a sexualidade masculina como paradigma e termo de comparação. (ROCHA, 2001, *on line*⁵⁵)

Quanto à historicidade que demarcou a obra freudiana, há certa similitude e concordância entre o trabalho de Zeferino anteriormente apresentado e o de Maria Rita Kehl (1998), que indo além, observou que Freud de fato era um homem de seu tempo. Tipicamente burguês, não foi capaz de romper com as normativas morais vigentes na passagem para o século XIX. Para a autora, a incapacidade de Freud em subverter os paradigmas da época, o levou a formular uma teorização acerca do feminino em que se ressaltava a suposta incapacidade sublimatória⁵⁶ das mulheres o que as tornaria passivas e limitadas. Acreditamos que este aspecto do ideário freudiano (dentre tantos outros) funcionou como mais uma ferramenta de segregação das mulheres dos espaços públicos (políticos) logrando justificar a conformação das mulheres aos espaços privados (privativos) e estritamente domésticos.

Sobre a questão da neutralidade em psicologia, com exceção de Maria, todas as demais entrevistadas consideraram a neutralidade um conceito problemático. Em várias falas observamos que a neutralidade ora esteve apresentada como um impeditivo à agência política

⁵³ FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da personalidade, 1905. In: Um caso de Histeria, Três Ensaio Sobre Sexualidade e Outros Trabalhos, 1901 – 1905. Vol. VII. pag. 119 – 127. Rio de Janeiro, Ed. Imago. 2006. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

⁵⁴ Freud, Sigmund. Sobre as Teorias sexuais das Crianças, 1908. In: “Gradiva” de Jensen e outros trabalhos, 1906 – 1908. Vol. IX, pag. 185 – 204. Rio de Janeiro, Ed. Imago. 2006. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

⁵⁵ Versões *on line* nem sempre apresentam paginação. É o caso da fonte consultada, aqui citada.

⁵⁶ Ver FREUD, Sigmund. Novas Conferencias Introdutórias sobre Psicanálise (1933 [1932]) - XXXIII Feminilidade. In: Novas Conferencias Introdutórias sobre Psicanálise e Outros Trabalhos, 1932 – 1936. Vol. XXII. Rio de Janeiro, Ed. Imago. 2006. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud).

das psicólogas, ora como elemento pretensão “neutralizador” das afetações para com o outro. Como bem colocaram Narvaz e Koller (2006)

A ciência, na perspectiva das epistemologias feministas, tem gênero, havendo diferentes maneiras de produzir conhecimento. Homens e mulheres fazem ciência de formas diferenciadas. A ciência positivista, considerada androcêntrica pelas epistemologias feministas, associou a objetividade à masculinidade, o que conduziu a presumir que, para ser objetivo, requer-se um distanciamento e uma separação entre razão e emoção (2006, p. 651).

Assim as epistemologias feministas entendem que o conhecimento é sempre situado (HARAWAY, 1995) em determinadas localizações históricas, políticas, sociais e econômicas, por tal razão vem posicionando-se contra a objetividade e a neutralidade características da ciência positivista androcêntrica (NARVAZ e KOLLER, 2006, p. 651). Outro aspecto da não neutralidade do “gênero científico” foi observado por Santos (2012), segundo ela por mais que as mulheres ocupem atualmente no Brasil a maioria das matrículas do ensino superior, ainda são minorias nos campos de produção do conhecimento científico tradicionalmente masculinos. O ponto de tensão dessa realidade paradoxal identificada pela autora é que por mais que as mulheres estejam inseridas na realidade científica brasileira, ainda não acumulam capital científico igualmente significativo ao dos homens. Para a autora, a participação feminina nos espaços universitários ainda não tem implicado na eliminação dos mecanismos discriminatórios demarcados no campo científico de modo que os campos de produção do conhecimento científicos com predominância masculina permanecem concentrando maior capital científico.

A pergunta sobre neutralidade foi realizada nesse bloco de perguntas e propositalmente situada após a identificação por parte das interlocutoras quanto ao feminismo por entender que, conforme visto no capítulo segundo desse estudo, autodenominar-se feminista implicaria diretamente em assumir um posicionamento favorável a um grupo historicamente minorizado – as mulheres. De modo que ao se autodeclararem feministas as interlocutoras formalizam uma postura não-neutra ante uma psicologia fundamentada sob a égide da neutralidade e objetividade científicas (NOGUEIRA, 2001b). Não por acaso essa é uma questão problematizada pela maioria das feministas. Conforme vimos, para muitas autoras e autores feministas a neutralidade no campo científico é um conceito considerado problemático por buscar isentar quem pesquisa das suas próprias implicações mediante o objeto estudado e o saber produzido a partir dessa relação (HARAWAY, (1995); GERGEN (2008)). Ao desconstruir o ideário da neutralidade em psicologia, passamos a vislumbrar a possibilidade de assumir posicionamentos críticos, mais honestos e politicamente comprometidos, favoráveis à

desfamiliarização frente às práticas produtoras de desigualdades sociais que instituem e desfavorecem determinados grupos minoritários. A Psicologia, ao dialogar com as teorias feministas tornou-se um importante mecanismo de inovação, de mudança social e de serviço público (NEVES E NOGUEIRA, 2003).

Com efeito, o conceito de neutralidade foi absorvido pela psicologia clínica passando a ser parte de suas ferramentas de trabalho. Para Reis e Guareschi (2010) ainda há na psicologia, enquanto área do conhecimento e de formação, uma perspectiva de neutralidade a-histórica. Em função disso, as autoras acreditam que a formação da psicologia ainda prima pela “suposta impessoalidade do psicólogo, sendo a neutralidade considerada condição fundamental para as práticas desse profissional para evitar interferências supostamente inconscientes no seu trabalho, especialmente na área clínica” (REIS e GUARESCHI, 2010, p. 856). Práticas psicológicas baseadas na neutralidade científica podem ser caracterizadas por posicionamentos “onde o psicólogo não se mistura com o seu objeto, ao contrário, busca se distanciar dele, apresentando respostas cheias de certezas, acreditando-se capaz de prever comportamentos” (NASCIMENTO et al, 2006, p. 15).

Outro problema apontado por Dimenstein (2000) é que alguns cursos de psicologia no Brasil não tem possibilitado aos alunos um conhecimento abrangente que envolva os aspectos sociais - históricos, políticos e ideológicos - que determinam sua prática e a realidade em que atuam (DIMENSTEIN, 2000, p. 104). Reis e Guareschi (2010) observaram que a dicotomização entre psicologia e política na formação e nas práticas desses campos de saber se devem, dentre outras questões, à neutralidade importada do campo de produção científica em psicologia que primam pela neutralidade.

Quanto as perguntas listadas no início desse tópico, Carolina respondeu se considerar feminista, suas experiências profissionais estiveram quase sempre relacionadas às temáticas de gênero. Porém, um contato teórico mais específico só veio ocorrer ao ingressar na especialização em gênero promovida pela Secretaria da Mulher do Estado em parceria com FAGES conforme vimos anteriormente. Seus primeiros contatos com o feminismo se deram já nos anos da graduação, porém não por meio das disciplinas do curso, mas pela influencia de uma professora que lecionava no curso e participação em grupos feministas. Sobre neutralidade, Carolina pontuou que vem desconstruindo alguns posicionamentos que tinha sobre esse conceito, notamos que essa tem sido resultante da influencia daquela especialização.

P - Você só está tendo contato com as teorias feministas e de gênero agora por conta da especialização em gênero ou não?

Não! Eu já tinha. Eu tenho uma atuação que do ponto de vista profissional foi essencialmente com mulheres, então essa discussão sobre feminismo, sobre gênero ela já fazia parte da minha formação agora eu estou aprofundando mais ainda.

P - E como que começou, ou melhor, quando foi que você teve contato com as teorias feministas e de gênero?

I - Quando eu estava ainda na universidade concluindo o curso de psicologia eu participei de alguns grupos naquele momento. Grupos feministas.

P - Tinha aí já um interesse pessoal?

I - Sim! Tinha uma professora que foi muito importante na minha formação que era minha professora de psicologia social e naquele momento eu e outras começamos a discutir sobre essa questão. Ela foi a nossa mentora nesse momento [...] na verdade ela foi determinante naquele momento da minha vida.

P - Te consideras feminista?

I - Me considero!

P - E sobre a neutralidade em psicologia, o que tu pensa?

I - É um caminho que oscila. Hoje com a especialização, a medida em que você vai estudando e vai se aprofundando, você vai tendo uma clareza cada vez maior das questões de gênero, da condição da mulher e você também não tem como se isentar totalmente [...] porque você também é mulher.

Mirela, também do CREAM, trouxe em seu relato um histórico denso do ponto de vista da prática psicossocial. Além de se considerar feminista, nos relatou experiências que vivenciou junto aos movimentos de mulheres que reivindicavam políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência contra mulheres. Além de ter participado desses movimentos, atuou diretamente na criação da Coordenadoria da Mulher vinculada na época a prefeitura do Recife durante a gestão do então prefeito João Paulo. Sobre sua proximidade com o feminismo, Mirela ponderou ter um contato superficial do ponto de vista teórico, porém intimamente ligada do ponto de vista militante. Ao final, Mirela se posicionou contrariamente ao conceito de neutralidade em psicologia.

Olhe já tive contato com o feminismo no sentido dos movimentos. Movimento organizado de mulheres, nada muito acadêmico. Mas na verdade pra atuar mais faltava era tempo porque se hoje demanda um tempo um centro de referencia desse avalie há dez anos atrás como você tinha que lidar com as situações mais diversas. Hoje em dia as pessoas tem um outro olhar. Tem a visibilidade da lei, a mulher já chega aqui mais informada mas antes não e a gente não tinha nem como informar não existia uma lei ainda adequada então era muito complicado trabalhar com a mulher.

P - É feminista?

I - Sim

P - Mirela o que você pensa sobre neutralidade em psicologia?

I - Eu penso que não tem como você neutralizar tem como você controlar, tem como você entender isso mas não tem como você neutralizar não tem como fazer de conta que não existe. Então eu não acredito nisso sabe? Agora, claro que você tem se conhecer, tem que se trabalhar, isso vai além de conhecer as teorias e as técnicas. Acima de tudo, você precisa saber como isso te afeta e afeta o outro. Se não houver essa compreensão, você não tem muito o que fazer e para no limite da técnica, no limite da abordagem, no limite da teoria. Para mim tudo isso é limitante. Quando você está frente a frente com outro ser humano e quando você se entrega na escuta e você está presente no sofrimento daquele outro ser humano não tem como você não se mobilizar sabe? É fato que a gente é afetado, é fato! Nós somos mulheres e seres humanos acima de tudo e temos uma história e nossa história bate com a história do outro em algum momento, em algum lugar de alguma forma.

Quando perguntado para Ana se ela se consideraria feminista ela respondeu que não, por não se sentir apropriada dos debates teóricos dos feminismos, porém, mais adiante, ela ponderou que “pensando numa perspectiva de ação eu acredito que sou feminista”. Perguntamos se ela já havia participado ou teria interesse em participar de algum movimento feminista, ela respondeu

Vontade sim, interesse não. Como assim? Acredito que pra eu participar de uma militância de qualquer instancia que seja eu preciso de uma disposição de energia muito grande, energia e tempo e ai eu não me envolvo porque eu não vou conseguir assumir responsabilidades que aquele espaço vai exigir de mim então participar de um movimento feminista vai exigir de mim uma contra partida que eu não tenho pra dar. É um tempo que eu não tenho para dar nesse momento. Mas isso não quer dizer que eu não esteja colaborando e se tem alguma ação, digamos tem uma caminhada ou manifestação que eu acredito que valha a pena eu consigo conciliar meu horário eu participo.

Quando perguntada sobre a noção de neutralidade em psicologia, Ana respondeu inicialmente o seguinte “Nunca acreditei, nem mesmo quando eu estudava”. Ana prosseguiu relatando o racismo que ela mesma sofrera enquanto psicóloga negra por parte de alguém que se referiu a ela como “sua nega safada”. Essa situação ocorreu em um contexto de trabalho. Ana explicou que após o episódio sentiu-se profundamente mobilizada e levou o conteúdo para ser trabalhado junto à sua psicoterapeuta, chegando lá, segundo ela

Assim que conto da situação qual é a intervenção que ela faz pra me dar aquele apoio? Ela vai trazer a experiência dela enquanto mulher branca loira magra para dizer que ela também sofria preconceitos? Eu respondi que ela não entendia! Daí ela não me deixava falar. Fui embora. Então eu percebo, a partir da minha própria experiência que a neutralidade não existe. Começando a partir da nossa imagem.

Aqui observamos aspectos que representam as faces de uma mesma moeda - a diferença e a desigualdade que podem estar apresentadas dentro de uma mesma categoria. Trazemos para a reflexão o fato de serem essas – Ana, sua professora e sua psicoterapeuta, sujeitos que compartilham de uma suposta categoria “universal” – mulheres. Colocamos propositadamente o termo universal entre aspas, porque conforme assinalam Piscitelli (2004), Harding (1993), dentre outras e outros autores, a universalização da categoria mulher fortaleceu e mascarou a hegemonia das mulheres brancas (heterossexuais, burguesas e etc.) sobre as não brancas (não heterossexuais e não burguesas por exemplo). A partir dessas autoras ficou evidenciado que a universalização da categoria mulher funcionou, inclusive nas próprias esferas de ativismos feministas, como um mecanismo de opressão, segregação e silenciamento de alguns sujeitos inclusos nessa categoria (mulher). No caso experienciado por nossa interlocutora, acreditamos que a sua psicoterapeuta ao negar a(s) diferença(s) existente(s) entre elas, acabou por tentar silenciar ou até mesmo deslegitimar a queixa de Ana enquanto psicóloga - mulher - negra vítima

de racismo. Nesse caso, consideramos que a negação da diferença implicou em opressão. Sobre esse ponto, Haraway (2009) também contribui quando, numa crítica a política de identidade adotada pelos feminismos tradicionais, defendeu que não há entre as mulheres uma característica natural comum e universal que as torne em uma categoria igualitária ou unívoca.

Quando perguntado para Andrea se já teve contato ou aproximação com teorias feministas, ela respondeu que sim, porém sem aprofundamento. As teorias feministas e de gênero com as quais teve contato, vieram por meio de leituras feitas aleatoriamente e por meio de cursos de capacitação realizados a distancia, alguns promovidos em parceria com a Secretaria da Mulher.

I = Já sim a partir de leituras mesmo de quando eu entrei no serviço. Li muitas publicações da secretaria por sentir falta dessa coisa mais direta de uma orientação. Eu achava importante ter conhecimento de onde eu estava e qual é a visão que a secretaria tem sobre a mulher, sobre as questões feministas. De que maneira seria interessante trabalhar isso com essas mulheres então eu tenho feito essas leituras sobre as teorias feministas a partir de então.

P = E teorias de gênero também?

I = Também! Feministas e de gênero. Cheguei a fazer alguns cursos a distancia, fiz alguns cursos do IBAN

P = É você que vai atrás desses cursos ou é a secretaria que solicita que você faça?

I = Eles orientam, esse curso do IBAN eu fiquei ciente a partir de um email que eles passaram pra que a gente se inscrevesse

P = Qual foi o curso?

I = Acho que políticas públicas com ênfase em desigualdades de gênero.

Sobre a participação em movimentos feministas Andrea informou que nunca teve contato mas ponderou que desejaria ter

I = Já tive muita vontade mas é realmente como Ana disse e nisso a gente é parecida porque a gente se envolve muito com o que a gente faz, tem um investimento grande e o nosso trabalho no dia-a-dia já exige muito, é uma carga horária muito grande.

P = Mas esse teu interesse se deu quando?

I = Foi após a minha entrada aqui.

P = Tu te considera feminista?

I = Sou, sou feminista a partir do momento em que eu busco por uma igualdade entre os gêneros então eu me considero feminista sim nesse sentido, na forma como eu educo minha filha na forma como eu conduzo meu trabalho. Eu não sou militante mas com certeza sou feminista.

Thaís do CISAM quando perguntada sobre a sua proximidade quanto as teorias feministas e de gênero, informou-nos que não tem um conhecimento aprofundado sobre o tema, porém vem tendo contato com alguns cursos de capacitação que tem fornecido à ela um conhecimento introdutório sobre essas temáticas

I – Estou fazendo um curso agora pela Universidade Federal de Minas Gerais que é sobre acolhimento à mulher em situação de violência na rede do SUS então a gente tem acesso a isso nas biografias, eu tenho tido acesso agora a questão da história dos movimentos de mulheres e isso pra mim está sendo muito bom. Mas eu não tenho uma teoria feminista, apenas um contexto histórico sobre a luta das mulheres.

Thaís tem dúvidas sobre se é ou não feminista. Entretanto, a influência do(s) feminismo(s) repercutem em sua atuação profissional

P - Tu se considera feminista?

I - Não.

P – Poderia detalhar melhor tua resposta?

I - É, eu não sei. Vai ver que eu sou até feminista e não sei e não me autodenomino. [...] Eu luto pelo direito das pessoas. Em consultórios há predominância feminina então talvez porque eu trabalho com maternidade então eu lido muito com esse mundo feminino com esse universo. Quero continuar empoderando de alguma forma essas mulheres com certeza.

Sobre neutralidade Thaís foi enfática

I - Eu acho que ela não existe. É um mecanismo de proteção do terapeuta até porque eu acho que pra eu cuidar de alguém pra eu me implicar com alguém eu preciso ser afetado por esse alguém [...] mas neutralidade não acho que ela existe de verdade. Agora também tem o seguinte, é um encontro profissional psicólogo e cliente ou paciente como queiram chamar. Não é uma conversa de amigos. Então eu preciso ter o conhecimento de alguma técnica, eu preciso ter o conhecimento da minha ciência.

Ane do Wilma Lessa fez um longo relato sobre sua trajetória dentro dos movimentos de mulheres, dentre eles o das feministas comunistas. Sua trajetória dentro da militância feminista é ampla. Ela fez parte das mulheres que reivindicaram a implantação da coordenadoria da mulher que veio a ser criada e vinculada à prefeitura do Recife durante a gestão de João Paulo. Ane foi durante os anos de sua formação uma ativista assídua, ingressou em alguns cursos de programas de pós-graduação onde segundo ela “eu ia lá e debatia, participava dos debates. Eu bebia e voltava lá pra o campo onde eu atuava, nas comunidades carentes e vulneráveis”. Ane também participou das reivindicações pela criação do Wilma Lessa. Assim como Mirela, Ane após longa trajetória política pediu para ser transferida para o atendimento na ponta⁵⁷. Enquanto foi participante assídua das militâncias, Ane se considerava feminista, porém, quando perguntamos sobre se ela se considera feminista ela disse que não. Ela justificou sua resposta em função do fato de nesse momento de sua vida estar afastada de todas as suas esferas de debates feministas. Para ela seria incoerente se denominar feminista quando não se participa assiduamente dos seus debates. Ane ponderou ainda que nesse momento se encontra

⁵⁷ “Atendimento na ponta” foi uma expressão que apareceu tanto na fala de Ane quanto na de Mirela para se referirem aos trabalhos realizados diretamente com as mulheres usuárias dos principais serviços da rede de enfrentamento à violência contra mulher.

desatualizada quanto ao(s) feminismo(s), sobre seus debates e sobre o que tem ocupado centralidade em seu foco de ações. Entretanto em sua fala ela informou que no trabalho com as mulheres

I - Eu acho que a concepção feminista ajuda. Ajuda e muito.

P - Você se considera feminista?

I – Veja, eu hoje já não me digo comunista, feminista, “ista” nada! Hoje eu já não me digo mais. Sabe por quê? Considero que pra dizer isso é preciso que você esteja no meio e no grupo de quem está fazendo construindo, produzindo, praticando e militando. Como eu hoje não estou militando em grupo. Minha militância é solitária. Nesse momento é onde eu estou, do que eu faço do meu dia-a-dia. É na minha casa, é no meu trabalho e na minha vida com as pessoas que eu vivo, que eu lido. Então não me digo “sou” porque se eu fosse, nesse momento eu estaria lá! Onde elas estão. Onde eles estão. Onde estão quem está produzindo. [...] eu não sei se as feministas hoje estariam assinando embaixo do que eu acredito e tenho praticado entendi?

Dessa forma, pareceu-nos que para Ane “ser feminista” implica uma relação estreita de pertencimento aos debates e ações nas esferas acadêmicas e militantes, entretanto, a interlocutora ressaltou sua “militância solitária” que parece dizer de um modo de ação inspirado nos pressupostos do movimentos feministas com os quais manteve estreita relação. Sua militância solitária é exercida em sua vida de forma geral como algo que repercute em suas ações com as mulheres usuárias do serviço e no modo como ela se movimenta em espaços diversos. Seu primeiro contato com os movimentos de mulheres aconteceu na UFPE sob influência de uma docente que lecionava à época no curso de graduação de psicologia da UFPE.

[...] Na minha graduação minha professora de psicologia social estava repercutindo aquele livro "sexualidade feminina" e a gente fez um grupo de mulheres feministas para ler o livro e a gente andava nos elevadores do CFCH e dizia "tu está em que capítulo" e a outra respondia "há eu estou no do orgasmo" e as pessoas olhavam para gente e pensavam que éramos um bando de loucas. [...] Nessa mesma época da graduação eu participei do movimento de mulheres comunistas.

Sobre a questão da neutralidade em psicologia, Ane foi taxativa:

Quem tentar isso pra mim não entendeu nada do que é pra ele fazer. Acho que isso é um conceito que a gente tem que desbancar literalmente. A gente tem que tratar de mostrar o horror que ele significa. Em nome dele muitas pessoas nós vitimamos [...] Eu estou sempre afetada. Eu estou sempre em todos os casos [...] já me disseram que eu sou uma psicóloga que chora. Às vezes a paciente está aí onde você está e uma lágrima rola aqui de mim. E isso não me impede nem um pouquinho de estar com ela inteira e ajudá-la. Em nenhum momento em que minha emoção esteja presente.

Assim como Thais, Marta disse ter tido contato com as teorias feministas por meio dos relatos das histórias dos movimentos feministas.

Especificamente não. Mas li Simone de Beauvoir que foi uma pessoa que escreveu algumas coisas interessantes nessa área, mas não me aprofundi num estudo

específico do feminismo. A gente tem aquele conhecimento da história de como começou, as lutas primeiras. Aí depois a primeira onda, segunda onda, terceira onda e o pós feminismo não é? Que é uma tentativa de desmanchar as coisas que foram construídas. Mas é uma coisa assim mais de relato histórico.

Sobre o contato com teorias de gênero, o momento em que se deu o contato com essas teorias, sobre ser feminista e neutralidade ela pontuou o seguinte

P - Você já me falou que desenvolvem estudos sobre a temática de gênero uma vez que a função aqui na vara exige isso de vocês, mas me fala mais sobre como é a questão das teorias de gênero pra vocês, quais são as teorias com que vocês trabalham?

I - Veja aqui a gente trabalha muito com Saffiot que tem a questão de gênero e do patriarcado e a gente lê muito Saffiot

P - Então de esse contato com as teorias de gênero se deu agora com a tua chegada aqui foi? Não foi na tua graduação, especialização nem mestrado?

I - Não! Nada!

P - Já teve contato com alguma militância feminista?

I - Não!

P - Você se considera feminista?

I - Quando eu defendo os direitos das mulheres de uma forma radical eu posso dizer que eu sou! Sou feminista![...] Tenho a impressão que eu sou mais daquele feminismo que acredita na transformação da sociedade [...] Incluindo uma oposição ao liberalismo que é um sistema muito machista defensor de um direito do homem e para o homem e coloca as mulheres como objeto de desejo deles.

P - Como é a questão da neutralidade pra você?

I - Imparcialidade eu acredito que é possível porque eu acho que imparcialidade é você apresentar duas faces do mesmo problema sem que você naquele momento tome partido de um ou de outro, mas que dê a você a possibilidade do conhecimento. Agora o que eu acho que não existe é a neutralidade! Essa não existe. Que por mais que a gente queira não tem como, nós somos enviesados mesmo.

Maria foi a única dentre todas as interlocutoras que declarou posicionamentos contrários ao(s) feminismo(s), possuindo em relação a esse uma postura bastante diversa das demais entrevistadas. Sua fala durante a entrevista esteve sempre precedida ou seguida de alguma justificativa, geralmente prolongada, e de ironias comunicadas também por meio de linguagens não verbais como risos sarcásticos e outros gestos como expressões faciais do tipo, revirar os olhos, simular sonolência mediante algumas perguntas mais específicas sobre a relação dela enquanto psicóloga e feminismo.

P - Você tem ou teve algum contato ou aproximação com as teorias feministas ou teorias de gênero?

I = Sim.

P = Em que termos ou situações?

I = Prática nunca, militância não e teórica lê por curiosidade até porque de certa forma quando a gente trabalha onde eu trabalho a gente vai conviver com um monte de gente que se norteia por essas teorias aí então você tem que pelo menos conhecê-las minimamente que seja e eu confesso que meu conhecimento sobre ela não é um conhecimento extenso nem profundo é um conhecimento (livre).

P = Então essas teorias de nenhuma forma influenciam teu trabalho?

I = De nenhuma forma porque esse pouco desse conhecimento mínimo que eu tive eu não concordo, eu acho que os pressupostos tão errados.

P = Tu pode falar uma pouco mais sobre isso?

I = Ai vai demorar tanto... É porque vai demorar.

P = Então tu nunca participou de nenhuma militância nem nada disso?

I = Não

P = Te consideras feminista?

I = Não!

P = No seu ponto de vista, o que você pensa da neutralidade na atuação profissional do psicólogo?

I = Veja, total neutralidade eu acho que não é possível de se haver por parte de ninguém eu acho que a neutralidade (é um objetivo que) a gente vai tentando aproximação assintoticamente certo. Nesse ponto acho que o trabalho pessoal do psicólogo é absolutamente essencial porque a partir do momento que você sabe as questões que lhe atravessam você pode se aproximar assintoticamente de uma posição de neutralidade. O quê que eu falo de assintoticamente? Você se aproxima mas você nunca chega nela. Então só que eu acho que pra chegar nisso você precisa ter conhecimento do que é que lhe atravessa e tentar colocar isso entre parênteses enquanto você está atuando é por isso que eu não acredito numa psicologia militante porque você não tá colocando entre parênteses.

O (s) feminismo(s) são grandes agentes contestadores das noções de objetividade, verdade e neutralidade que historicamente dominaram o conhecimento científico (MARY GERGEN, 1993; KENNETH GERGEN, 2008; NOGUEIRA, 2001a; 2001b; 2008; NEVES E NOGUEIRA 2003; 2005). Nas perspectivas feministas, o conhecimento é socialmente construído e situado, de modo que “os actores e as actrizes sociais desempenham um papel primordial neste processo pró-activo e multi-componencial, e que é necessário atribuir um lugar de destaque às influências de índole cultural, económica, política e social na construção da ciência” (NEVES E NOGUEIRA, 2003, p. 48). Dessa forma, as influências das epistemologias feministas em psicologia levam a admitir que

Determinados valores que desafiam a neutralidade e a universalidade devem ser adoptados na concepção das metodologias feministas e devem reflectir-se na prática de investigação e intervenção científica. Esta prática deverá ser orientada pela tomada de consciência, por parte dos/as investigadores/as, de que a forma como esse processo é conduzido depende das suas ideologias, das suas expectativas e das suas crenças e de que a interferência dessa “culturalidade” no seu trabalho poderá ditar a forma como é construída por eles/as a realidade (NEVES E NOGUEIRA, 2003, p. 48).

A defesa de uma busca incessante da neutralidade é algo que já não se pode sustentar com tanto afinco. Fazemos essa observação baseadas não só na perspectiva epistemológica adotada em nosso trabalho, mas na própria afirmativa de Maria de que “total neutralidade não existe”. Em um dado momento da entrevista a interlocutora informou o que pensa sobre o fenômeno que tem se nomeado de violência contra mulher no Brasil

Veja eu acho que existe uma lacuna que eu não diria que é uma lacuna específica daqui, eu diria que é uma lacuna que tá acontecendo em diversos meios e aqui é um deles em função da ideologização dos discursos. Porque o quê que acontece, você coloca todo seu discurso baseado a partir de um determinado (viés ideológico) você necessariamente cria um cegueira pra qualquer coisa que possa contrariar o seu viés

ideológico e aí você vai pegar o dado vai torturar estuprar matar até que ele confesse aquilo que você quer que ele confesse, então assim eu acho que aqui existe essa questão. A sensação que eu tenho quando eu pego qualquer coisa da literatura é que os dados estão sendo estuprados torturados barbaramente (certo) porque eu acho que a relação entre tudo o que a gente vê na literatura () e aquilo que a gente vê na prática. Sempre existe uma diferença entre teoria e prática mas as vezes a diferença não é simplesmente essa diferença normal, necessária entre teoria e prática é uma diferença que as vezes sugere que tem alguma coisa muito doida aí nesse meio de caminho. (MARIA).

O que a interlocutora sugeriu no final de sua fala com “essa coisa muito doida aí nesse meio de caminho”, é que, em seu ponto de vista, há deturpações que vêm sendo empreendidas pelos feminismo(s) não apenas na produção de dados e conhecimentos sobre o tema da violência contra mulheres mas também no modo de atuação profissional de alguns seguimentos. A interlocutora ao defender a neutralidade, ignora que ao fazê-lo, e, ao declarar-se neutra já assume uma visão, ou, ainda, uma posição dentro do processo de conhecimento científico.

Paula trouxe um pouco da sua experiência de atendimentos realizados em espaços e momentos anteriores ao NAM para responder alguns pontos da nossa pesquisa. Sobre os principais temas desse bloco de perguntas ela nos respondeu:

P - Você tem ou já teve contato com as teorias feministas e de gênero?

I - Olhe muito pouco. Muito pouco mesmo.

P - Me conta como que se deu o contato com o conhecimento que você tem sobre o tema

I - Veja as teorias de gênero é porque a gente trabalha com isso aqui mas as teorias feministas eu acho que eu não cheguei muito a ter contato não [...] Realmente eu li muito pouca coisa...

P - Se considera feminista? Já participou de alguma militância?

I - Nunca participei. Eu acho que o feminismo é importante. Apesar de que eu sou meio termo e o feminismo é um pouco extremista as vezes não é? Mas eu acho um movimento super importante porque deu voz a mulher. [...] O feminismo é de fundamental importância para essa visibilidade da mulher como sujeito. As vezes eu acho que tenho um pensamento muito machista, eu acho que isso ficou muito internalizada mas minha postura de vida hoje é a de pensar muito em igualdade [...] Acho que estou num processo de desconstrução ainda dessas coisas.

P - Que leitura é essa de gênero que tu fala? Tu consegue nomear?

I - Ainda não. Já li alguns textos mas não sei nomear.

P – E sobre neutralidade em psicologia me fala um pouco do que tu pensa sobre o tema?

I – Não existe até porque todo encontro tem a minha implicância e a do outro. Ninguém sai igual diante de um encontro. O que existe é eu saber até onde esse sentimento é meu e até onde aquele sentimento é dela. [...] Nos meus dez anos em cliente que eu atendi tinha um pouco da minha história. [...] Então eu também fui trabalhada nos meus conflitos e nas minhas dificuldades.

Observamos que todas as interlocutoras já tiveram contato com as teorias feministas e de gênero independentemente de se nomearem feministas ou não. A forma como esse contato

se deu variou conforme os percursos profissionais de cada uma e independeu da afiliação das mesmas aos pressupostos feministas.

Em um dado momento da entrevista, Marta informou que tem se dedicado à leitura da teoria do patriarcado de Saffioti. Ane informou sobre sua participação junto aos grupos de mulheres comunistas, não necessariamente feministas, também fez menção à Saffioti. Entretanto, ao passo que todas as interlocutoras já tiveram algum contato com as teorias feministas e de gênero, seus conhecimentos sobre essas temáticas não lhes permitiram nomear as diversas correntes teóricas presentes nos estudos com que tiveram contato.

Dessa forma, as noções de gênero presentes na maioria das falas das interlocutoras giraram, por exemplo, em torno de uma concepção em que gênero seria algo da ordem de uma construção social do que é ser homem e do que é ser mulher. Elas demonstraram compreender o gênero como algo distinto da sexualidade, outras apresentaram leituras binárias entre sexo e gênero.

Observamos também que os encontros das nossas interlocutoras com o(s) feminismo(s), sejam eles acadêmicos ou militantes, se deram em duas situações mais comuns – na maior parte ocorreram em função das demandas colocadas pela rede de enfrentamento à violência contra mulheres onde estão inseridas, ou pela participação em militâncias feministas. Ao primeiro caso correspondem Marta, Maria, Ana, Andrea, Thaís e Paula, à segunda situação correspondem as histórias de vida de Ane, Carolina e Mirela, aqui, usamos o termo “histórias de vida” porque observamos que há profunda imbricação dessas com suas experiência profissionais.

4.5 Práticas "Psi" e seus efeitos políticos: Considerações sobre o fazer em Psicologia e a urgência de (re) construção de novos saberes

“A concentração em psicologia apenas oferece uma compreensão distorcida de nossa condição presente”. (GERGEN, 2008, p. 483).

Segundo Ana durante a sua formação nos anos da graduação o tema da inserção da psicologia em contexto de políticas públicas não esteve presente. Segundo ela o tema não foi debatido nas salas de aula e o tema apenas aparecia de forma esporádica por meio de alguns poucos professores que por vezes mencionavam o tema. O contato com esse debate só veio a acontecer quando participou dos grupos do Conselho Regional de Psicologia - CRP que discutiam sobre o tema.

Andrea estudou sobre políticas públicas em uma determinada disciplina durante a graduação. “Na universidade do Ceará essa questão é muito forte... tem professores bastante

engajados com essa questão social”. Sobre a exclusividade de algum fazer por parte da psicologia em seu setor de trabalho, Andrea ponderou não ter certeza para poder fazer uma afirmação negativa ou positiva. Entretanto, acredita que empoderar ou acolher as mulheres até poderia ser feito por outras profissões mas não com a mesma condução dada por profissionais da psicologia. Sua justificativa girou em torno do argumento de que profissionais com formação em psicologia tendem a ter um olhar e escuta diferenciados para uma compreensão mais holística do ser humano.

Ane, Maria e Marta se graduaram entre os anos de 1980 e 1990, época que, conforme visto no primeiro capítulo, foi marcada pelo processo de redemocratização do Brasil e reivindicação pelo acesso a serviços públicos (FARAH, 2004). Por tal razão, o fato dessas interlocutoras não terem debatido sobre a inclusão da psicologia nos contextos das políticas públicas em suas graduações, pode refletir algo de um momento histórico mais amplo em que as políticas públicas não eram tão consolidadas como nos dias atuais. Contudo, as demais interlocutoras que se formaram do final dos anos 90 para cá, com exceção de Andréa, também não tiveram em suas graduações debates que envolvessem a atuação da psicologia nos contextos de políticas públicas. Seus encontros com esses temas se deram na prática cotidiana, com as diversas demandas que foram apresentando para elas realidades diversas, plurais a partir das quais novos fazeres se fizeram e refizeram. Sendo ainda para elas “o maior desafio conseguir aproximar cada vez mais a teoria da prática” (Thaís).

Ainda em dias atuais “os cursos de Psicologia têm se caracterizado ao longo dos anos por não possibilitar ao aluno o conhecimento dos aspectos sociais, históricos, políticos e ideológicos que determinam sua prática e a realidade em que atua” (DIMENSTEIN, 2000).

Para Reis e Guareschi (2010) a dicotomização entre Psicologia e política na formação e nas práticas desses campos de saber se devem, dentre outras questões, à neutralidade importada de alguns campos de produção científica em psicologia. Já Dimenstein (2000) considerou que tanto a neutralidade quanto a ênfase em um ideário individualistas dos sujeitos tem levado a baixa eficácia terapêutica e alto índice de abandono dos acompanhamentos psicológicos realizados em contextos de políticas públicas. Esses dois elementos têm repercutido na atuação da psicologia nos diversos contextos de políticas públicas

Quando o psicólogo passa a trabalhar nas instituições públicas de saúde, ele se depara com uma clientela e com um tipo de demanda que difere substancialmente das que ele atende na clínica privada. A clientela passa a ser constituída pela população de baixa renda, sendo geralmente encaminhada por outra instituição ou profissional de saúde, de maneira que chega com expectativas bastante distintas daquelas próprias à clientela que busca atendimento no consultório privado. Esta estaria mais em busca de “se conhecer”, de “se tratar”, ao passo que a clientela pública teria como objetivo a “eliminação de sintomas” (DIMENSTEIN, 2000, p. 107).

Apesar de estar se referindo a um contexto de saúde pública, o problema por ela observado é extensivo às demais realidades em que a psicologia tem se inserido. Reis e Guareschi (2010) consideraram que a despolitização da psicologia e o foco direcionado em determinadas práticas como a formulação de diagnósticos psicológicos, o delineamento de perfis de personalidade e a formulação de categorias psicológicas têm distanciado profissionais da psicologia “da possibilidade de compreensão dos sujeitos na contemporaneidade, que não podem mais ser inseridos em uma lógica linear e racional, pois emergem em suas multiplicidades” (REIS e GUARESCHI, 2010, p.856). Dessa forma as autoras chamam atenção para um ponto importante

Essa construção do conhecimento da Psicologia de maneira asséptica e descomprometida é o que tem caracterizado também a formação em Psicologia. Tal formação foi sendo efetivada, majoritariamente, por um olhar tecnicista voltado para o aprendizado da utilização de instrumentos e técnicas que apresentassem respostas corretas e precisas, sem se voltar para uma reflexão sobre a ideia que embasa tais práticas e os efeitos destas no cotidiano dos sujeitos com quem interagem (REIS e GUARESCHI, 2010, p.856).

No caso de Ana e Andréa da Casa Abrigo, as atividades por elas executadas podem ser compreendidas como práticas ainda em construção. O documento “Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência”⁵⁸ da Secretaria de Políticas para as Mulheres não especifica a composição obrigatória das Casas de Abrigamento das mulheres, muito menos fornece parâmetros para o que é esperado da atuação da psicologia nesses espaços. Ao falar em rede de “abrigo” o documento refere não só as casas-abrigo, mas toda a rede envolvida que inclui os CREAMs e CREAS (Centro Especializado de Referência de Assistência Social). Em nota de rodapé o documento menciona a necessidade ou importância de psicólogas e psicólogos atuando nos serviços de abrigo, mas não especifica em que termos

Na Política Nacional de Abrigamento, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher foi definido como central no processo de abrigo, dada sua *expertise* no atendimento das mulheres em situação de violência, à existência de psicólogos/as e assistentes sociais no quadro e ao maior contato com os serviços de abrigo, em especial com as Casas-Abrigo. (p. 38)

Paula, Ana e Andrea apontaram que a literatura atualmente disponível no Brasil sobre violência contra mulher está geralmente baseada nos variados referenciais dos estudos feministas ou de gênero conforme vimos no capítulo primeiro. Estão inclusos aqui diversos

⁵⁸ Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/01/SPM2011_DiretrizesAbrigamentoMulheresSituacaoRiscoeViolencia.pdf

trabalho de profissionais da psicologia⁵⁹, todos importantes, porém poucos abordam sobre a especificidade do fazer desses profissionais no campo de enfrentamento à violência contra mulheres.

P - Pra você enquanto psicóloga, pensando em termos teóricos, você tem algum dificuldade com o atendimento com as mulheres?(...) teóricos, práticos. Tem alguma dificuldade?

I - Tenho! Eu não encontrei, documentos, referências específicas pra essa atuação, nada! Nada da psicologia! Teorias da psicologia que me baseassem para essa atuação, nada! Inclusive eu não cheguei a ver, talvez ignorância minha, uma pesquisa limitada, Mas não encontrei documentos bem específicos do atendimento a mulheres em situação de violência, tudo que eu encontrei são questões superficiais e que falam mais da situação, explicam mais a violência do que a atuação do psicólogo. (Ana)

Sobre as principais dificuldades que desafiam a atuação da psicologia nos contextos de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres as interlocutoras elencaram algumas questões, dentre elas destacamos as seguintes:

- O desvio de funções foi apresentado como uma dificuldade para Andrea, Ana e Paula;
- A falta de referencial teórico específico para a atuação da psicologia em setores específicos da rede, esse foi um apontamento feito por Andrea e Ana da Casa Abrigo;
- Em alguns casos específicos foram apontadas a falta de treinamento ou treinamento inadequado para o desenvolvimento das atividades nos setores;
- Comunicação limitada com a Secretaria da Mulher do Recife com alguns setores;
- Dificuldades em realizar encaminhamentos bem sucedidos para outros dispositivos independentemente de fazerem parte da rede de enfrentamento a violências contra mulheres;

⁵⁹ Ver: FERREIRA, WANDERLEA NAZARÉ BANDEIRA. (IN) VISÍVEIS SEQUELAS: A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER SOB O ENFOQUE GESTÁLTICO. [S.d.]. Disponível em: <<http://www.ppgp.ufpa.br/dissert/Wanderlea.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2013; GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCCATTI, A. P. N.; DELL'AGLIO, Débora Dabosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estudos de Psicologia*, v. 28, n. 2, p. 219–227, 2011; GALVÃO, Elaine Ferreira; ANDRADE, Selma M. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do sul do Brasil. *Saude Soc*, v. 13, n. 2, p. 89–99, 2004.; 2013; NARVAZ, Marta; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 647–654, 2006; NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, v. 37, n. 1, p. 7–13, 2006. Disponível em: <http://lindinalvarodrigues.sikinos.uni5.net/arqs/materia/2145_a.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2014; PORTO, Madge. Psychological intervention experience in a women's shelter in situation of violence. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 24, n. 3, p. 369–374, set. 2008. ; PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia. ATENDIMENTO PSICOLÓGICO EA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 567–576, 2012a.; PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. Violência, mulheres e atendimento psicológico na Amazônia e no Distrito Federal. *Psicologia em Estudo*, v. 17, n. 2, p. 297–306, jun. 2012b.. 2014; RAMOS, Maria Eduarda; OLTRAMARI, Leandro Castro. Atividade reflexiva com mulheres que sofreram violência doméstica. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 30, n. 2, p. 418–427, 2010.

- Falta de articulação e coesão entre os setores da rede de enfrentamento da violência contra mulheres;
- Sobrecarga da jornada de trabalho de quarenta horas semanais foram apontados por Ana, Andrea, Carolina e Cristina;
- Falta de comprometimento por parte de alguns profissionais da psicologia e de outras áreas com o enfrentamento da violência contra mulheres;
- Falta de clareza por parte de alguns profissionais sobre o seu lugar de atuação em alguns setores, essa foi uma observação de Maria.

Frente a sua abertura ante novos contextos como os das políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, a psicologia se abre para novas possibilidades, novos fazeres, novas reflexões, novos caminhos para abordar o universo singular de cada sujeito. Para tanto, a revisitação de si é inevitável.

A inserção de profissionais da psicologia nos contextos de políticas públicas implica desafios e questionamentos que vão se apresentando para a psicologia enquanto ciência e profissão. Ana, Ane, Andrea, Carolina, Mirela, Marta, Thaís e Paula assumiram a possibilidade de construção de novos saberes e práticas a partir das experiências vividas no encontro com o outro de forma mais honesta sem dissimular suas afetações pessoais. Abriram mão da posição de quem detém o saber (poder) e se permitiram o desafio de extrapolar as delimitações dos saberes normativos. A “disponibilidade de estar para o outro” da qual nos falou Mirela e que transborda na fala e nas histórias de Ane, nos oferecem ensinamentos que merecem ser repercutidos na academia, nas nossas práticas e na construção de novos saberes.

O diálogo com as epistemologias feministas fortalece o avanço da psicologia e a sua consolidação em espaços outros, para além da clínica. É com base no princípio da igualdade entre as pessoas que as epistemologias feministas aliadas às práticas em psicologia, pretendem, antes de tudo, garantir a criação de um compromisso científico, social, cultural e político que legitime e valorize, numa perspectiva de equidade, as experiências de mulheres e homens. Além disso, a perspectiva feminista favorece o desenvolvimento de olhares em psicologia que privilegiem as subjetividades das pessoas como sendo algo de uma inscrição social, rejeitando leituras meramente individualizantes.

Ser feminista em psicologia demonstrou ser uma importante ferramenta de intervenção política, uma vez que conforme nos diz Nogueira (2001b) representam a subversão de conceitos legitimadores de opressões a grupos sociais desfavorecidos - neutralidade, verdade e objetividade, dentre outros que engessam e fragilizam a psicologia.

A falta de referencial teórico-prático, mencionada por algumas das entrevistadas, indica a urgente necessidade de inclusão de temas sociais – tais como violência, gênero, políticas públicas, dentre outros – nos cursos de graduação em psicologia.

Apesar de, em alguns espaços, o fazer da psicologia ainda estar em pleno processo de desenvolvimento, os desafios revelam a construção de novas práticas e saberes que se desenrolam a partir da inclusão da psicologia na Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres no Grande Recife – PE. Nessa (re)construção, como bem sugeriu Gergen (2008), a psicologia deve ultrapassar suas próprias fronteiras passando a produzir saberes interdisciplinares, levando em conta, fatores políticos, econômicos e institucionais, elementos necessários à compreensão numa perspectiva integrada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após situar os principais posicionamentos teóricos, bem como as tensões que envolvem a vasta produção acadêmica sobre o tema da Violência Contra Mulheres no Brasil, identificamos que o fenômeno da violência contra mulheres não deve ser compreendido como universal ou a-histórico, partindo equivocadamente do pressuposto de que todas as mulheres sofrem o(s) mesmo(s) tipo(s) de opressão.

Baseando-nos em Gregori, entendemos que a violência se dá nos contextos das relações entre homens e mulheres, sendo, portanto, necessário tomar o cuidado de não recair em reducionismo ou limitar o nosso olhar ao contexto específico das microrrelações. Sobre esse aspecto, levamos em conta a contribuição de Saffioti que advertiu sobre a necessidade de entendimento do fenômeno da violência contra mulher como inserido em um contexto mais amplo em que há relações assimétricas de poder historicamente constituídas entre as pessoas a partir do sexo biológico. Entendemos que as violências vivenciadas nas relações entre mulheres e homens, assim como diversas outras práticas construídas por seres humanos, estão perpassadas por uma miscelânea de elementos que vão desde fatores culturais a componentes de uma comunicação intersubjetiva que, interagindo, produzem efeitos e resultados diversos, ou até mesmo nefastos, e, para os quais, as teorizações do patriarcado ou a da dominação-exploração não dão conta.

O levantamento da literatura sobre o tema da violência contra mulheres no Brasil demonstrou haver considerável ênfase no papel da mulher na manutenção de situações de violência, ao passo que outros pontos nevrálgicos – como a participação dos homens na violência, indo desde suas motivações para (re)produzirem comportamentos violentos para com as mulheres, até os padrões de socialização que os colocam em posição de agressores – permaneceram pouco explorados durante mais duas décadas de debates.

Quanto à posição dos atores envolvidos em situações de violência, preferimos utilizar a expressão “mulheres em situação de violência”, por acreditar que há por parte dela a possibilidade de agência e exercício de poder, seja buscando auxílio exterior – ou manipulando e construindo sua posição enquanto vítima passiva; e “homens autores de violência”, termo cunhado por Medrado e Mélo (2008) ao questionarem a díade vítima-agressor, cuja distinção está muito mais próxima de uma lógica sexista que reitera a representação das mulheres como frágeis e passivas. Além disso, ao enfatizarmos a posição dos homens apenas como os “agressores” e a necessidade de puni-los, pouco contribuimos para a resignificação das situações que implementam e retroalimentam a violência entre homens e mulheres.

Os diálogos entre Psicologia(s) e o(s) feminismo(s) têm ensejado enriquecedoras discussões. Por exemplo, os usos feitos da ciência no intuito de legitimar o desfavorecimento de grupos minoritários (GERGEN, 2008; NOGUEIRA, 2001a, b; 2008); a necessidade de historicização (SCOTT, 1991) e localização (HARAWAY, 1995) dos conceitos e das categorias empregadas nas pesquisas (HARDING, 1993); bem como a necessidade de re(avaliação) crítica constante da instituição dessas categorias e de seus usos (HARDING, 1993; NOGUEIRA, 2001b); a desfamiliarização de ideias profundamente arraigadas à produção do conhecimento em psicologia como as noções que propõem a existência de *selves* estáveis (NOGUEIRA, 2001a, b; SPINK e FREZZA, 2013) e coerentes e de indivíduos autocontidos em si mesmos; as formulações de teorias da personalidade (NOGUEIRA, 2001b) que encapsulam e rotulam sujeitos; a questionável noção de neutralidade em psicologia e etc.

A proposição de uma psicologia construída dialogicamente junto às epistemologias feministas prevê, conforme vimos no desenvolvimento desse estudo, o rompimento com as pressuposições iluministas e a não dissimulação da politização dos saberes (GERGEN, 1993; 2008), que localizados histórica e geograficamente (HARAWAY, 1995), refletem a posição dos sujeitos epistêmicos. Assim sendo, debatemos aqui a importância da reflexividade no processo de investigação. Sendo a reflexividade, conforme apontado pelas autoras Conceição Nogueira e Sofia Neves (2005), a aceitação da necessidade de atenção sobre o envolvimento pessoal de quem pesquisa no decorrer do processo de investigação como um todo. Dessa forma, defendemos que deve haver, por parte de pesquisadoras e pesquisadores, psicólogas e psicólogos, o desenvolvimento aguçado de uma consciência auto-reflexiva da interferência de suas identidades (ocidental, pertencente a determinado grupo étnico, uma determinada classe, gênero, dentre outras) em suas práticas cotidianas.

Sob influência de Sandra Harding, nosso trabalho debruçou-se sobre a necessidade de aprender a aceitar e lidar com a instabilidade das categorias analíticas, refletindo, a partir delas, sobre determinados aspectos e tomando suas próprias instabilidades como “recurso de pensamento e prática” (HARDING, 1993, p.11). Dessa forma, as categorias analíticas aqui apresentadas, assim como nas teorizações feministas, não só podem como devem ser compreendidas como instáveis. Em vez da busca pelas relações de causalidade e efeito dos fenômenos, privilegiamos aqui a busca dos contrastes e das diversidades construídos nas e através das relações.

Frente a sua abertura ante novos contextos, como os das políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, a Psicologia se abre para novas possibilidades, novos fazeres, novas

reflexões, novos caminhos para abordar o universo singular de cada sujeito. Para tanto, a revisitação de si é inevitável.

A inserção de profissionais da psicologia nos contextos de políticas públicas implica desafios e questionamentos que vão se apresentando para a psicologia enquanto ciência e profissão. A maioria das psicólogas entrevistadas assumiu a possibilidade de construção de novos saberes e práticas a partir das experiências vividas no encontro com o outro de forma mais honesta sem dissimular suas afetações pessoais. Abriram mão da posição de quem detém o saber (poder) e se permitiram o desafio de extrapolar as delimitações dos saberes normativos.

O diálogo com as epistemologias feministas fortalece o avanço da psicologia e a sua consolidação em espaços outros, para além da clínica. É com base no princípio da igualdade entre as pessoas que as epistemologias feministas aliadas às práticas em psicologia, pretendem, antes de tudo, garantir a criação de um compromisso científico, social, cultural e político que legitime e valorize, numa perspectiva de equidade, as experiências de mulheres e homens. Além disso, a perspectiva feminista favorece o desenvolvimento de olhares em psicologia que privilegiem as subjetividades das pessoas como sendo algo de uma inscrição social, rejeitando leituras meramente individualizantes.

Ser feminista em psicologia demonstrou ser uma importante ferramenta de intervenção política, uma vez que conforme nos diz Nogueira (2001b) representam a subversão de conceitos legitimadores de opressões a grupos sociais desfavorecidos - neutralidade, verdade e objetividade, dentre outros que engessam e fragilizam a psicologia.

A falta de referencial teórico-prático, mencionada por algumas das entrevistadas, indica a urgente necessidade de inclusão de temas sociais – tais como violência, gênero, políticas públicas, dentre outros – nos cursos de graduação em psicologia.

Apesar de, em alguns espaços, o fazer da psicologia ainda estar em pleno processo de desenvolvimento, os desafios revelam a construção de novas práticas e saberes que se desenrolam a partir da inclusão da psicologia na Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres no Grande Recife – PE. Nessa (re)construção, como bem sugeriu Gergen (2008), a psicologia deve ultrapassar suas próprias fronteiras passando a produzir saberes interdisciplinares, levando em conta, fatores políticos, econômicos e institucionais apresentam-se como elementos necessários à compreensão numa perspectiva integrada.

Por fim, concluímos que é urgente a necessidade de produção de mais estudos que deem conta de investigar, refletir e embasar as novas práticas em psicologia que vem se

desenvolvendo a partir da inserção de psicólogas(os) na Rede de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres.

REFERÊNCIAS

_____. *Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir E Erradicar A Violência Contra A Mulher, “Convenção De Belém Do Pará”*. (Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994, no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral) Disponível em: <http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em: 27 maio 2014.

_____. *Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006*. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

_____. SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. *8 de Março: Anuário da Secretaria da Mulher*. 07. ed. Recife, 2013. 180p. Disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher>. Acesso em: 12 fev. 2014.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. *Capacitação à distância em democracia e gênero: políticas públicas e governo local*. / [gestão de] Márcia Costa; [coordenação] Dora Apelbaum, Rosimere de Souza; [conteúdo por] Delaine Costa et al. – Rio de Janeiro: IBAM; SPM, 2014.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. *Capacitação à distância em democracia e gênero: políticas públicas e governo local. Unidade 3 - Políticas Públicas, Situação das Mulheres no Brasil e Histórico do Feminismo/* [gestão de] Márcia Costa; [coordenação] Dora Apelbaum, Rosimere de Souza; [conteúdo por] Delaine Costa et al. – Rio de Janeiro: IBAM; SPM, 2014b.

_____. *Posicionamento do Conselho Federal de Psicologia sobre o Aborto*. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/posicionamento-do-conselho-federal-de-psicologia-sobre-o-aborto/>. Acesso em: maio 2015.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 74 p. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/>.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 205 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_PNPM.pdf.

ARÁN, Márcia. *A psicanálise e o dispositivo diferença sexual*. Estudos Feministas, v. 17, n. 3, p. 653, 1 jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300002> . Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. *Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea*. Revista Estudos Feministas, v. 11, n. 2, p. 399–422, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19129.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2014.

BRASIL. *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/conselho>. Acesso em: 11 fev. 2014.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1999.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Várias autoras, *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, pp.25-62

CINTRA, M. C. B.; PAULO, V. S. *Condições para Aplicação da Lei Maria da Penha nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Pernambuco*. Recife: 18º REDOR - Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no campo da Militância e das Práticas. UFRPE. 2014.

CFP, Conselho Federal De Psicologia. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, Resolução CFP nº 010/2005. XIII Plenário. Brasília, DF: CFP. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>

D'OLIVEIRA, A. F. & SCHRAIBER, L. B. *Violência de gênero, saúde reprodutiva e serviços*. In: *Questões de Saúde Reprodutiva* (K. Giffin & S. H. Costa, org.), pp. 337-355, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1999.

DUTRA, Elza. *Parâmetros técnicos e éticos para a formação do psicoterapeuta: alguns apontamentos*. *Psi Site do CRPSP - Psicoterapia*. Disponível em: http://www.crp.org.br/psicoterapia/textos_5.aspx. Acesso em: 16 abr. 2015.

DIMENSTEIN, Magda. *A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Estudos de Psicologia* 2000, 5(1), 95 – 121.

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Gênero e políticas públicas*. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47–71, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf> . Acesso em: 16 jul. 2013.

FLAX, Jane. *Thinking Fragments: Psychoanalysis, Feminism, and Postmodernism in the Contemporary West*. [S.l.]: University of California Press, 1990. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=qii0REgJeUgC>. Acesso em: 22 dez. 2014.

FREUD, Sigmund. *A Dissolução Do Complexo De Édipo (1924)* Tradução: Jayme Salomão. In: FREUD, Sigmund. *O Ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925)*. VOL. XIX, p. 190 - 199. Rio de Janeiro, Ed. Imago. 2006. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud)

GERGEN, Kenneth J. *A psicologia social como história*. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 475–484, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822008000300018&lng=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 13 jan. 2015.

GERGEN, Mary M. *Rumo a uma Metateoria e Metodologia Feministas nas Ciências Sociais*. In: *O Pensamento Feminista E A Estrutura Do Conhecimento*. Edunb Editora, Universidade de Brasília. 1993.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas: Relações de violência e erotismo*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. *Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil*. Estudos Feministas, p. 473, 1994. Disponível em: <http://journal.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16179/14730>. Acesso em: 20 jun. 2013.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados*. Cadernos Pagu, v. 5, p. 07–41, 1995. Disponível em: <http://ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/31102009-083336haraway.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2013.

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do Feminino - A Mulher Freudiana na Passagem para a Modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

MEDRADO, Benedito; MÉLLO, Ricardo Pimentel. *Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres*. Psicologia & sociedade, v. 20, p. 78–86, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspea11.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2013.

MÉLLO, Ricardo Pimentel et al. *Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social*. Psicologia & Sociedade, v. 19, n. 3, p. 26–32, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n3/a05v19n3.pdf> . Acesso em: 25 fev. 2015.

NARVAZ, Marta; KOLLER, Sílvia Helena. *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. Psicologia em Estudo, v. 11, n. 3, p. 647–654, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf> . Acesso em: 13 mar. 2014.

NARVAZ, Martha Giudice. *Psicanálise E Gênero: Deslocamentos Discursivos Sobre Os Processos De Subjetivação E Sua Relação Com O Masoquismo Feminino*. 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277817730_ARQUIVO_PsicanaliseeGenero-ARTIGOCOMPLETONARVAZFG9.pdf . Acesso em: 8 dez. 2014.

NASCIMENTO, Fernanda; CORDEIRO, Rosineide. *Violência no namoro para jovens moradores de Recife*. Psicologia & Sociedade, v. 23, n. 3, p. 516–525, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/09.pdf> . Acesso em: 10 maio 2014.

NASCIMENTO, Maria Lívia Do; MANZINI, Juliane Macedo; BOCCO, Fernanda. *Reinventando As Práticas Psi*. Psicologia & Sociedade, v. 18, n. 1, p. 15–20, 2006.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. *Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais*. Psicologia: reflexão e crítica, v. 18, n. 3, p. 408–412, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a15v18n3>. Acesso em: 9 nov. 2014.

NOGUEIRA, Conceição. *Construcionismo social, discurso e gênero*. 2001a. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4039>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____, Conceição. *Feminismo e discurso do gênero na psicologia social*. 2001b. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____, Conceição. *Ter ou fazer o gênero: o dilema das opções epistemológicas em psicologia social*. 2008. Disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/64365>. Acesso em: 29 nov. 2014.

NUNES, Silvia Alexim. *O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade*. [S.l.]: Editora Record, 2000.

PASINATO, Wânia. *Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça*. XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down082.pdf>. Acesso em: 28 de jun de 2014.

PASINATO, Wânia. *Questões Atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil*. ELHA, p. 130, 2006. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14339.pdf#page=130>. Acesso em: 27 jun. 2013.

REIS, Carolina Dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. *Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde*. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 30, n. 4, p. 854–867, dez. 2010.

ROCHA, Zeferino. *Feminilidade e castração seus impasses no discurso freudiano sobre a sexualidade feminina*. Disponível em: <http://www.cbp.org.br/artigo2.htm>. Acesso em: 19 dez. 2014.

SA, Samantha Dubugras; WERLANG, Blanca Susana Guevara; PARANHOS, Mariana Esteves. *Intervenção em crise*. Rev. bras. ter. cogn., Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jun. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000100008&lng=pt&nrm=iso

SAFFIOTI, Heleieth. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos pagu, v. 16, n. 2001, p. 115–136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SANTOS, Cecilia Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil*. EIAL: Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, v. 16, n. 1, p. 147–164, 2005. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4004126.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SANTOS, Vívian Matias dos. *Sobre Mulheres, Laboratórios E Fazeres Científicos Na Terra Da Luz*. Tese. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Doutorado em Sociologia. Fortaleza. 2012.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e realidade, v. 20, n. 2, 1991. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/23533422/1081670143/name/G%C3%AAnero-Joan-Scott.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2015.

SENKEVICS, Adriano. *O conceito de gênero por seis autoras feministas*, 2012a. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/04/09/o-conceito-de-genero-por-seis-autoras-feministas/>. Acesso em: 6 mar. 2015.

SILVEIRA, L. P. *Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência*. In: DINIZ, S. G.; SILVEIRA, P. L.; MIRIN, L. A. L. (Orgs.). *Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites*. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/396453/mod_resource/content/1/25anos-completo.pdf

SOARES, Gilberta Santos. *Profissionais de saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. S399-S406, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800021

TIMM, Flávia Bascuñán; PEREIRA, Ondina Pena; GONTIJO, Daniela Cabral. *Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política*. Revista Psicologia Política, v. 11, n. 22, p. 247–259, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005. Acesso em: 29 nov. 2014.

TJDFT — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. *Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher*. Publicado no Diário da Justiça folha 137, seção 3, de 22/09/2006. 2006. Disponível em: < <http://www.tjdft.jus.br/acesso-rapido/informacoes/perguntas-mais-frequentes/juizado-de-violencia-domestica-e-familiar-contra-mulher> >. Acesso em: 25 jun. 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Roteiro de entrevista semi- estruturada

Nome fictício da/do entrevistada/o:

Idade:

Serviço(s) onde atua:

Formação Profissional:

- A) Graduação
Instituição
- B) Estágios, Tema da monografia, afiliação teórica, etc,
- C) Possui alguma pós-graduação?

Em caso afirmativo qual?

- a) Instituição
- b) Programa ao qual a especialização, mestrado ou doutorado pertence?
- c) Quais as linhas de pesquisa por você seguidas?
- d) Quem foi sua/seu orientador?
- e) Qual o tema da monografia/ dissertação/ tese?
- f) Esta especialização/ formação influencia o exercício das suas atuais funções? De que forma?

Você poderia trazer um pouco da sua experiência profissional?

1. Quais funções e atividades são desenvolvidas pela psicologia no setor onde você trabalha?
2. Quais os maiores desafios e ou dificuldades com que você se depara no exercício das suas funções (no setor onde trabalha)?
3. Você presta algum tipo de atendimento direto às mulheres em situação de violência?
 - a) Se sim, qual?
 - b) Qual a finalidade desses atendimentos?
 - c) Qual o aporte teórico utilizado por você para subsidiar esses atendimentos?
 - d) Qual o modelo interventivo adotado (psicoterápico, atendimentos individuais, em grupo, grupos operativos, acolhimento seguido de encaminhamentos a outros setores, etc.)?
 - e) Há alguma técnica específica por vocês utilizada no atendimento com as mulheres?
4. Qual a contribuição que você acredita que o trabalho das/os psicólogas /os deste setor pode proporcionar para o enfrentamento da violência contra mulher?
5. Para você quais as dificuldades/ desafios enfrentados nos atendimentos às mulheres em situação de violência?

6. Você tem ou teve contato/ aproximação com teorias feministas e de gênero no decorrer de sua formação? Se sim, quando?
 - a. Em caso afirmativo, quais as teorias feministas ou de gênero você teve contato?
 - b. Estas teorias estão presentes influenciando seu trabalho com as mulheres? De que forma?
7. Você já participou ou participa de alguma militância/ movimento feminista? Se sim, poderia detalhar melhor?
8. Você se considera feminista?
9. Em sua avaliação seria possível um diálogo entre psicologia e as teorias feministas e de gênero? Em caso afirmativo, você acha que este diálogo pode ocorrer com tranquilidade ou há tensões e estremecimentos?
 - a. Se sim quais os principais pontos de tensão que vocês observa?
10. Em seu entendimento é possível pensar em uma psicologia comprometida em favor das mulheres? Em que termos?
11. O debate sobre gênero esteve presente em sua formação? Em quais momentos?
12. Para você leituras de gênero e feministas são necessárias/ importantes para a atuação profissional de psicólogas/os neste e em outros espaços? Se sim poderia justificar?
13. No seu entendimento é possível haver neutralidade por parte da/do profissional da psicologia durante todo o desenvolvimento de seu trabalho?
14. Durante a sua formação o tema da inserção de profissionais da psicologia nos contextos de políticas públicas esteve presente?
15. Você recebeu algum tipo de treinamento ou capacitação por parte da Sec Mulher ou outra instituição para melhor desenvolver seu trabalho? Se sim, qual/ quais?
16. Você considera que há atividades que devem ser exercidas exclusivamente por profissionais da psicologia no seu setor?
 - a) Se houverem, quais são e por quê?
 - b) Quanto ao contrário, você considera que há atividades que deveriam ser exercidas/ compartilhadas por outros profissionais mas que terminam recaindo sobre as psicólogas/os apenas?
17. Quais dificuldades desafiam a atuação psi em contextos de políticas públicas e sociais especialmente nos setores integrados à rede de enfrentamento à violência contra mulheres?

APÊNDICE B – DEMONSTRATIVO DA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

A inserção da Psicologia na rede de enfrentamento à violência contra mulher no grande Recife- PE: Reverberações teóricas, práticas e políticas.

Mestranda: Luciana Lins de Carvalho Rocha

Orientadora: Profa. Dra. Rosineide Cordeiro

Recife, _____ de 2014.

Sumário

1. Síntese da Pesquisa e objeto de estudo	112
2. Objetivos 113	
2.1 Objetivo geral.....	113
2.2 Objetivos Específicos.....	113
3. MÉTODO 113	
3.1 Tipo de pesquisa.....	113
3.2 Instrumentos.....	113
3.3 Interlocutores/as da pesquisa	114
3.4 Aspectos éticos da pesquisa.....	115
3.5 Análise dos dados.....	115

1. Síntese da Pesquisa e objeto de estudo

Este material trata-se de uma síntese do projeto de dissertação intitulada: “A inserção da Psicologia na rede de enfrentamento à violência contra mulher no grande Recife- PE: Reverberações teóricas, práticas e políticas” apresentada À 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e à 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher tendo por intuito melhor situar os profissionais da psicologia que atuam neste centro do que trata a nossa pesquisa e convidá-los posteriormente à participar voluntariamente da nossa pesquisa.

As atuais políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulher no Brasil refletem uma história de lutas e reivindicações travadas pelos movimentos feministas no país. Os principais dispositivos voltados ao enfrentamento desta violência como as delegacias especializadas, Casas abrigo, Lei 11.340/2006 (Maria da Penha) e Secretaria de Políticas para as Mulheres, são frutos de suas lutas e estão sob a égide de paradigmas e pressupostos atravessados pelas epistemologias feministas. A SecMulher do Estado de Pernambuco por exemplo no anuário de 2014⁶⁰ traz como marco conceitual as teorias feministas e de gênero que orientam a definição de suas ações e políticas sociais de atendimento às mulheres em situação de violência. Neste contexto estão inclusos apoio nas áreas jurídica, assistência social e atendimento psicológico.

O foco da nossa pesquisa é portanto compreender os efeitos produzidos pela inserção da psicologia no contexto de atendimentos às mulheres em situação de violência, avaliando em que medida

⁶⁰ O documento faz uma prestação de contas dos dois primeiros anos de gestão, anuncia as metas para 2013 e homenageia as mulheres pernambucanas que ocupam espaço de decisão nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e no Ministério Público

a inserção de profissionais da psicologia pode vir a não só contribuir para o enfrentamento da violência mas reverberar no desenvolvimento de novas práticas em psicologia.

2. Objetivos

2.1 Objetivo geral

Mapear a presença e atuação de psicólogos/as na rede de enfrentamento a violência contra mulher em Recife-PE, de modo compreender diálogos e intervenções possíveis da Psicologia nesse campo.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer as possibilidades de atuação de psicólogos/as em dispositivos da rede de enfrentamento à violência contra mulheres;
- Localizar na rede onde atuam psicólogos/as no grande Recife;
- Avaliar as possíveis contribuições desses/as profissionais na formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento a violência em Recife – PE;
- Refletir sobre os efeitos (teóricos e práticos) produzidos por meio de uma psicologia politizada a partir dos prismas das epistemologias feministas que permeiam as redes Nacional e Estadual de enfrentamento à violência contra mulheres.

3. MÉTODO

3.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo se caracteriza como sendo uma pesquisa qualitativa, cujo foco está no aprofundamento da compreensão de determinados grupos sociais, instituições e organizações, por exemplo. Tem como principal objetivo a interpretação do fenômeno que observa, levando em conta o contexto do objeto pesquisado. Minayo (1994)⁶¹ descreve as metodologias de pesquisa qualitativa como sendo aquelas que incorporam significado e intencionalidade como imanentes aos atos, às relações e às estruturas sociais.

3.2 Instrumentos

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas que serão áudio-gravadas e, posteriormente, transcritas. As entrevistas semiestruturadas demonstram ser o recurso que melhor se ajusta aos objetivos

⁶¹ MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1994.

dessa pesquisa, tendo em vista a possibilidade que estas fornecem de elaboração prévia e cuidadosa de um roteiro que facilite a emergência dos conteúdos almejados (MINAYO, 1994).

As entrevistas semiestruturadas mesclam perguntas fechadas e abertas e são baseadas em roteiros de entrevista previamente elaborados e que, segundo Minayo (1994), devem: 1) conter questões que fazem parte diretamente do delineamento do objeto; 2) possibilitar a ampliação e aprofundamento e não o cerceamento da comunicação; 3) contribuir para a emergência das visões e juízos acerca dos fatos e das relações que compõem o objeto. Ainda segundo a autora, o roteiro de entrevista deve conter poucas questões devendo funcionar como um facilitador do que ela chama de uma “conversa com finalidade” (p.99).

Tomando como ponto as observações de Minayo (1994), as entrevistas realizadas terão um roteiro previamente elaborado para que facilitem a compreensão sobre as possibilidades de diálogo da psicologia feminista com a atuação desses/as profissionais em suas práticas cotidianas, bem como investigar mais especificamente, 1) os efeitos produzidos por meio de uma clínica psicológica politizada a partir dos prismas das teorias feministas e de gênero; bem como 2) em que medida estes profissionais podem vir a contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento a violência contra mulher em Recife; 3) procurando melhor entender como está circunscrita a atuação destes profissionais dentro da rede; bem como as reverberações teóricas, práticas e políticas que emanam da inserção da psicologia no contexto de enfrentamento à violência contra mulheres.

3.3 Interlocutores/as da pesquisa

Serão entrevistados/as psicólogos/as que atuam na rede de enfrentamento à violência contra mulher no grande Recife-PE. Conforme mapeamento previamente realizado em Dezembro de 2013, foram localizados na rede de enfrentamento a violência contra mulher no grande Recife até o presente momento 08 (oito) serviços que contam com a atuação direta de profissionais da Psicologia. Como a margem de profissionais que atuam dentro da rede ainda é relativamente pequena pretende-se entrevistar o maior quantitativo possível de profissionais de cada um dos serviços, perfazendo um total mínimo de pelo menos 15 profissionais. Quanto a este ponto, vale destacar que a qualidade sobrepõe-se a quantidade do material e que conforme bem esclarece Minayo, “uma amostragem ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 1994, p. 102). Partindo ainda da mesma autora, deixar-se-á aberta a possibilidade futura de ampliação das fontes de dados. A margem de profissionais aqui delineada prevê o diálogo constante com o objeto pesquisado podendo ser formatada em função das devolutivas que o trabalho de campo conferirá.

3.4 Aspectos éticos da pesquisa

O projeto obedecerá as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), conforme Resolução 466/12⁶². O projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco e, somente após a sua aprovação, poderá ser desenvolvida a pesquisa.

A participação de cada entrevistado/a na pesquisa só será possível mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que obedecerá aos requisitos também previstos nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, conforme Resolução 466/12196/96.

A realização da pesquisa se baseará em três princípios éticos apontados por Spink (2000)⁶³ e que serão informados no momento que antecederá a realização das entrevistas. O primeiro princípio, segundo a autora, é o consentimento informado, ou seja, um acordo inicial que sela a colaboração que deve resultar na abertura de espaço para apresentar os objetivos, procedimentos e pressupostos que orientam a pesquisa. Mesmo havendo o consentimento informado por parte dos entrevistados/as, será deixado claro aos mesmos que, em qualquer momento, suas participações poderão ser canceladas, caso assim o desejem. O segundo princípio trata do resguardo das relações de poder abusivas, no qual há o cuidado para que se estabeleça uma relação de confiança entre os/as interlocutores/as e a pesquisadora. As pessoas pesquisadas terão ainda o direito da não-revelação de informações que desejem manter em sigilo (SPINK, 2000). Será facultado ao entrevistado/a a possibilidade de privar-se de responder a quaisquer uma das perguntas feitas durante o decorrer da entrevista. O terceiro princípio ético referido por Spink (2000) se refere ao anonimato. Assim, estará firmado o compromisso de garantir, dentro da medida do possível, a preservação das fontes de informação, resguardando-se o cuidado de não revelar informações que possam resultar na identificação dos participantes da pesquisa (SPINK, 2000).

3.5 Análise dos dados

Será utilizada a análise de conteúdo como recurso para pensar os dados produzidos nessa pesquisa. Desse modo, será possível uma análise de materiais produzidos pela comunicação, sejam de natureza verbal ou não-verbal, como documentos diversos, discursos, propagandas, dentre outros. Sua hermenêutica está baseada na dedução e inferência (BARDIN, 2004)⁶⁴.

⁶² Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em 29 mar 2014.

⁶³ SPINK, Mary Jane. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS*. v.31, n.1, jan./junh., p 7 -22, 2000.

⁶⁴ BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2004

A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos diversificados aplicáveis aos discursos, que busca compreender criticamente os sentidos das comunicações (BARDIN, 2004), numa leitura que extrapola o mero conteúdo lexical dos materiais em análise. O processo de análise dos dados se constituirá em uma análise temática que de acordo com Bardin (2004) está dividida em três etapas:

- Pré-análise: Trata-se da fase da organização, seleção e escolha do *corpus* (no caso particular dessa pesquisa o *corpus* constitui-se pelas transcrições das entrevistas). Neste primeiro momento a leitura deve ser flutuante pois o intuito é estabelecer contatos mais iniciais com o texto, facilitando o surgimento de impressões que orientarão a elaboração dos indicadores que servirão para a interpretação dos resultados.
- Exploração do material: Fase onde se deseja categorizar e codificar as informações. É aonde se definem as categorias de análise.
- Tratamento dos resultados e interpretação: Os resultados brutos são tratados e permitem estabelecer quadros de resultados que destacam as informações fornecidas pelo processo de análise. Segundo Bardin (2004, p. 95) “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”.

A análise qualitativa dos dados, aqui proposta, deverá ainda tomar como parâmetro norteador as proposições epistemológicas feministas. Serão destacadas as tensões que envolvem o debate da objetividade, tal qual proposta por Donna Haraway (1995), além de levar em conta as subjetividades imbricadas na relação sujeito/objeto, a historicidade dos conceitos e das categorias analíticas, bem como o caráter parcial do conhecimento que se pretende produzir.

Essa pesquisa tomará a criatividade, conforme orienta Minayo (1994), como elemento constituinte e legítimo do processo de construção de cada uma de suas etapas. A criatividade, assim como observa a autora, deverá estar presente durante todo o processo de construção da pesquisa, tendo em vista dar margens para impressão das peculiaridades da pesquisadora, bem como flexibilizar os formalismos das técnicas e métodos empregados.

Trata-se de um trabalho que reconhece o caráter de provisoriidade que lhe é intrínseco, uma vez que está versado a partir de determinados prismas e afiliações teóricas das quais não há como prescindir. Assumimos, portanto, que o conhecimento, que aqui se pretende construir, é fragmentado e não está comprometido com o estabelecimento de verdades absolutas.

APÊNDICE C – CARTA CONVITE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Recife, _____ de agosto de 2014.

Ao setor de psicologia

Eu, Luciana Lins de Carvalho Rocha, psicóloga, portadora do RG.: _____ / SDS-PE, residente e domiciliada à Rua _____ nº ____, Recife- PE, CEP: _____ – Telefone para contato: _____, e-mail para contato: _____, venho por meio desta solicitar a apreciação por parte dos profissionais da psicologia que atuam nesta instituição a conhecerem um pouco da nossa proposta de pesquisa que tem por título: “A inserção da Psicologia na rede de enfrentamento à violência contra mulher no grande Recife- PE: Reverberações teóricas, práticas e políticas”, que está sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, Telefones para contato: _____, e-mail: _____. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa que terá por objetivos principais mapear a presença e atuação de psicólogas/os na rede de enfrentamento a violência contra mulher em Recife -PE, de modo a compreender os efeitos produzidos pela inserção de psicólogas/os nesta rede, pensando em que medida a inserção desses profissionais pode vir não só a contribuir para o enfrentamento da violência mas reverberar no desenvolvimento de novas práticas em psicologia. Mais especificamente objetivamos 1) refletir sobre os efeitos (teóricos e práticos) produzidos por meio de uma psicologia politizada a partir dos prismas das epistemologias feministas que permeiam as redes Nacional e Estadual de enfrentamento à violência contra mulheres; e 2) a inserção de psicólogas e psicólogos em contextos de políticas públicas. Para tal, procuramos entender como está circunscrita a atuação destes profissionais dentro da rede, independentemente destes realizarem atendimentos diretamente às mulheres em situação de violência ou não. O nosso projeto já foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE.

A participação das/os interlocutoras/ es nessa pesquisa é voluntária, podendo haver desistência por parte das/os mesmas/os a qualquer momento. A coleta de dados está prevista para ocorrer no período de no máximo 1 (um) ou 2 (dois) encontros perfazendo ambas duração máxima de 1 (uma) hora, tendo início previsto entre os meses de agosto e de setembro. Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, cujos roteiros serão antecipadamente disponibilizados aos entrevistados. Ressalto que os dados coletados nas instituições serão mantidos em absoluto sigilo em acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos que preconiza dentre outros aspectos éticos a garantia do anonimato das/os interlocutoras/es. Saliento ainda que tais dados serão utilizados tão somente para realização deste estudo. Segue também anexado a este documento o comprovante de que a pesquisa já foi submetida e aprovada pelo CEP conforme consta no site da Plataforma Brasil (vinculado ao CEP). E uma versão reduzida do projeto de pesquisa contendo os objetivos gerais e específicos do estudo bem como a metodologia empregada.

Tendo em vista a produção acadêmica ainda reduzida no que concerne a atuação de psicólogos dentro da rede de enfrentamento à violência contra mulher tanto no Recife quanto no Brasil, o presente estudo ganha relevância sob dois aspectos: a) poderá vir a contribuir para visibilizar a necessidade e importância de ampliação da inserção da psicologia dentro da rede de enfrentamento à violência contra mulher, e b) a necessidade de estudo e construção de novas práticas frente a abertura de novos contextos de atuação e intervenção onde a psicologia passa a se inserir. Caso seja solicitado pelas/os interlocutoras/es (entrevistadas/os) disponibilizaremos exemplares da pesquisa concluída impresso e em CD.

Na certeza de contar com a colaboração e empenho das/os psicólogas/os deste CREAM, agradeço antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Recife, _____ de _____ de _____.

Luciana Lins de Carvalho Rocha

(CRP __/ _____)

APÊNDICE D – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada: “A inserção da Psicologia na rede de enfrentamento à violência contra mulher no grande Recife- PE: Reverberações teóricas, práticas e políticas”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Luciana Lins de Carvalho Rocha, portadora do RG: _____, residente à Rua _____ – Telefone para contato: _____, e-mail para contato: _____ e está sob a orientação da Prof. (a) Dr^a Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, Telefones para contato: _____, e-mail: _____.

Este Termo de Consentimento pode conter alguns tópicos que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa a quem está lhe entrevistando, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Sobre a pesquisa: O presente estudo Trata-se de um estudo de natureza qualitativa que terá por objetivos principais mapear a presença e atuação de psicólogas/os na rede de enfrentamento a violência contra mulher em Recife -PE, de modo a compreender os efeitos produzidos pela inserção de psicólogas/os nesta rede, pensando em que medida a inserção desses profissionais pode vir não só a contribuir para o enfrentamento da violência mas reverberar no desenvolvimento de novas

práticas em psicologia. Mais especificamente objetivamos 1) refletir sobre os efeitos (teóricos e práticos) produzidos por meio de uma psicologia politizada a partir dos prismas das epistemologias feministas que permeiam as políticas e redes Nacional e Estadual de enfrentamento à violência contra mulheres; 2) a inserção de psicólogas e psicólogos em contextos de políticas públicas, bem como 3) em que medida estes profissionais podem vir a contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento a violência contra mulher em Recife. Para tal, procuramos entender como está circunscrita a atuação destes profissionais dentro da rede, independentemente destes realizarem atendimentos diretamente às mulheres em situação de violência ou não.

Esclarecimento do período de participação do sujeito na pesquisa, início e término: está prevista para ocorrer no período de no máximo 1 (um) ou 2 (dois) encontros perfazendo ambas duração máxima de 1 (uma) hora, tendo início previsto entre os meses de agosto e de setembro. Serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, cujos roteiros serão antecipadamente disponibilizados aos entrevistados

Especificação dos riscos diretos para o participante (prejuízo, desconforto, constrangimento que podem ser provocados pela pesquisa): Como serão entrevistados/as psicólogos/as que atuam dentro da rede de enfrentamento à violência contra mulher no grande Recife, tendo por objetivo avaliar a atuação destes profissionais dentro da rede, poderão surgir em função disso desconfortos para os entrevistados. Entretanto, visando minimizar os riscos que poderão vir a ocorrer em função da realização das entrevistas, reforçamos a necessidade de assegurar a compreensão deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sublinhando a possibilidade de desistência por parte do participante a qualquer momento durante o decorrer da pesquisa. Caso seja constatada a ocorrência de danos ao interlocutor que decorram da participação na pesquisa, será garantido o ressarcimento de despesas em caso de dano.

Benefícios diretos e indiretos decorrentes da participação na pesquisa: Tendo em vista a produção acadêmica ainda reduzida no que concerne a atuação de psicólogos dentro da rede de enfrentamento à violência contra mulher tanto no Recife quanto no Brasil, o presente estudo ganha relevância sob dois aspectos: a) poderá vir a contribuir para visibilizar a necessidade e importância de ampliação da inserção da psicologia dentro da rede de enfrentamento à violência contra mulher, e b) a necessidade de estudo e construção de novas práticas frente a abertura de novos contextos de atuação e intervenção onde a psicologia passa a se inserir. Caso seja solicitado pelas/os interlocutoras/es (entrevistadas/os) disponibilizaremos exemplares da pesquisa concluída impresso e em CD.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações das entrevistas), ficarão armazenados em pastas de arquivo exclusivos da pesquisa sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado pelo período de 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pelas pesquisadoras (ressarcimento de transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO
(A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo: A inserção da Psicologia na rede de enfrentamento à violência contra mulher no grande Recife- PE: Reverberações teóricas, práticas e políticas, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Recife, ____ de _____ 2014.

(Assinatura do participante)

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Testemunha 1	Testemunha 2
Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE E – FOLHA DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

Plataforma Brasil

http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/visao/pesquisador/geri.

Saúde

[principal](#) [central de suporte](#) [sair](#)

Luciana Lins de Carvalho Rocha - Pesquisador | V2.21

Cadastros

Sua sessão expira em: 39min 54

Você está em: Pesquisador > Gerir Pesquisa > Detalhar Projeto de Pesquisa

⚠ O sistema apresentou um problema interno, tente novamente.

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

Dados do Projeto de Pesquisa

Título da Pesquisa: Psicologia feminista: Reverberações teóricas, práticas e políticas no enfrentamento da violência contra mulher no grande Recife-PE.
Pesquisador: Luciana Lins de Carvalho Rocha
Área Temática:
Versão:
CAAE: 30806814.0.0000.5208
Submetido em: 02/05/2014
Instituição Proponente: CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Situação: Aprovado
Localização atual do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Documentos Postados do Projeto

Tipo Documento	Situação	Arquivo	Postagem
Parecer Consubstanciado do CEP	A	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_706844.pdf	02/07/2014 15:09:43
Interface REBEC	A	PB_XML_INTERFACE_REBEC.xml	02/05/2014 12:34:53
Informações Básicas do Projeto	A	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_295415.pdf	02/05/2014 12:34:52
Outros	A	Questionario.docx	02/05/2014 12:27:50
Documento comprobatório	A	Lattes_Pesquisadora.docx	02/05/2014 12:04:04
Projeto Detalhado	A	Projeto_Comite_de_Etica.docx	02/05/2014 11:42:41
TCLE - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	A	TCLE_Preenchido.docx	23/04/2014 19:08:30
Folha de Rosto	A	FolhaDeRosto_Final.pdf	17/04/2014 00:08:57

[Listar Todos >](#)

Tramitação:

CEP Trâmite	Situação	Data Trâmite	Parecer	Informações
Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências da Saúde / UFPE-CCS	Submetido para avaliação do CEP	24/04/2014		
Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências da Saúde / UFPE-CCS	Rejeição do PP	24/04/2014		O protocolo está INCOMPLETO e não foi aceito pelo... Ver mais>>
Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências da Saúde / UFPE-CCS	Submetido para avaliação do CEP	24/04/2014		
Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências da Saúde / UFPE-CCS	Rejeição do PP	24/04/2014		-Anexar currículos lattes dos pesquisadores envolv... Ver mais>>
Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências da Saúde / UFPE-CCS	Submetido para avaliação do CEP	02/05/2014		
Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências da Saúde / UFPE-CCS	Aceitação do PP	05/05/2014		
Universidade Federal de Pernambuco Centro de Ciências da Saúde / UFPE-CCS	Parecer liberado	02/07/2014	O parecer do Colegiado, deste protocolo, foi a... Ver mais>>	

Localização atual do Projeto: Pesquisador Responsável

**APÊNDICE F – QUADRO DE CARACTERES PARA TRANSCRIÇÃO DE
ENTREVISTA**

Caracteres Utilizados Nas Transcrições

Situação	Convenção
Qualquer pausa mais breve	...
Pausa Maior	(...)
Citação de discurso direto	“Ele me chamou de”
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)
Incompreensão de palavras ou segmentos	()